



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - CAMPUS DE CASCAVEL
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LETRAS – NÍVEL DE
MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM LINGUAGEM E SOCIEDADE**

TAIANA GRESPAN

**ANTROPONÍMIA DE TOLEDO – PARANÁ - 1954-2004: ASPECTOS
INOVADORES**

CASCAVEL

2014



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - CAMPUS DE CASCAVEL
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LETRAS – NÍVEL DE
MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM LINGUAGEM E SOCIEDADE**

TAIANA GRESPAN

**ANTROPONÍMIA DE TOLEDO – PARANÁ - 1954-2004: ASPECTOS
INOVADORES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras – Nível de Mestrado, área de concentração em Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – *Campus* de Cascavel, sob a orientação da Profa. Dra. Márcia Sipavicius Seide.

CASCAVEL

2014

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - CAMPUS DE CASCAVEL
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LETRAS – NÍVEL DE
MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM LINGUAGEM E SOCIEDADE**

TAIANA GRESPAN

**ANTROPONÍMIA DE TOLEDO – PARANÁ - 1954-2004: ASPECTOS
INOVADORES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras – Nível de Mestrado, área de concentração em Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – *Campus* de Cascavel, sob a orientação da Profa. Dra. Márcia Sipavicius Seide.

BANCA EXAMINADORA

Dr^a Márcia Sipavicius Seide (Orientadora)

Dr^a Giselle O. Mantovani Dal Corno
(Universidade de Caxias do Sul – Caxias do
Sul - RS)

Dr^a Aparecida Feola Sella
(Universidade Estadual do Oeste do Paraná –
Cascavel – PR)

Cascavel, 17 de março de 2014.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mãe, a pessoa que mais se alegra com a minha felicidade e com as minhas conquistas.

AGRADECIMENTOS

Depois de tanto trabalho, mas de tanta satisfação, seria muito injusto esquecer-me de alguém neste momento. Por isso, gostaria de expressar meu carinho e agradecimento a todos que fazem ou fizeram parte da minha vida nesses últimos anos, pela compreensão e apoio.

Gostaria de agradecer, principalmente:

a Deus pela força inexplicável nos momentos difíceis e por me mostrar caminhos alternativos e menos duros;

à minha família, em especial, à minha mãe, pelo apoio emocional e pela gigantesca compreensão, principalmente, no estágio final da pesquisa; e ao meu irmão Tiago, por me ajudar com a metodologia e contagem de dados;

às minhas tias e primas, pelos abraços calorosos e risadas gostosas;

aos meus amigos, por compreenderem a ausência no último ano, e especialmente a Caroline Ribeiro e Fabiano Bisnella, pela imensa ajuda com a parte estatística;

aos meus colegas de mestrado, pelos ótimos momentos e pelas muitas experiências vivenciadas;

ao meu namorado, Nícolas Pensin, pelo suporte, conforto e pela distração que me proporcionou nas horas mais tensas dessa caminhada, além de todo carinho e cuidado dispensados a mim;

à CAPES, pela ajuda financeira imprescindível para a realização do trabalho;

aos funcionários da Biblioteca Municipal, Cartório de Registro Civil e Museu Histórico Municipal de Toledo, pela disposição e presteza com que sempre me ajudaram;

à banca de qualificação, Professora Dra. Adja Balbino de Amorim Barbieri Durão e Professora Dra. Sanimar Busse, pelas preciosas dicas;

à minha orientadora, Professora Márcia Sipavicius Seide, por todo o conhecimento, sabedoria e paciência, e por nunca deixar o desânimo vencer-me.

No mais, agradeço a todos que contribuíram para que eu chegasse até o final!

“O ato criativo sutil de nomeação individualiza uma criança com um rótulo que irá marcá-la para sempre, um nome que vai ser um sinal concreto, uma permanente tatuagem no curso de sua vida” (Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

Este trabalho apresenta alguns resultados de uma pesquisa de âmbito maior e faz parte de um projeto intitulado “Antroponímia, cultura e identidade em Marechal Cândido Rondon, Toledo e Missal” (Projeto nº 35370/2011, cadastrado na PRPPG, Unioeste). Por meio da análise de 600 nomes (registrados entre os anos de 1954 e 2004), procurou-se compreender a forma como os habitantes de Toledo nomeiam seus filhos e tentou-se investigar fenômenos inovadores nas práticas nomeadoras dos toledanos. A pesquisa está baseada nos pressupostos da Antroponomástica, disciplina da Linguística responsável por estudar os nomes próprios de pessoas. Contudo, diferentemente da maioria dos trabalhos realizados na área, os quais tendem para uma metodologia etimológica, nesta pesquisa, buscou-se descrever características inovadoras da norma antroponímica de Toledo, tendo a etimologia, por ora, um papel secundário em nossa pesquisa. Para tanto, foi utilizado o viés estruturalista da linguagem, posto que se considerou o nome como um signo linguístico, dotado de significante e significado e os estudos de Coseriu sobre a norma, nível intermediário de descrição linguística situado entre a língua e a fala. Como resultados, observou-se que a comunidade de Toledo apresenta alguns comportamentos inovadores quanto à nomeação dos filhos, entre eles, a escolha de um nome duplo ou de um modificador (como *y*, *ll*, *nn*, *th*, *ph*, etc). Tais fenômenos foram considerados inovadores porque eles não apresentavam tanta frequência nos anos iniciais de colonização do município e, nos anos finais do nosso *corpus*, houve um aumento súbito de frequência.

Palavras-chave: Linguística; Cultura; Antroponomástica.

ABSTRACT

This work presents some results from survey of large scope and is part of project whose title is "Anthroponymy, culture and identity in Marechal Cândido Rondon, Toledo and Missal" (Project No. 35370/2011, registered in PRPPG, Unioeste). Through the analysis of 600 names (recorded between the years of 1954 and 2004), sought to understand the way in which the inhabitants of Toledo name their children and tried to investigate innovative phenomena in the nominator practices of Toledanos. The research is based on the assumptions of Anthroponomastic, subject from Linguistics responsible for studying the proper names of people. However, unlike most works in the area, which tend to an etymological methodology, in this research, sought to describe innovative features of standard anthroponomical of Toledo, with the etymology, for now, a minor role in our research. To this, we used the structuralist language bias, since we consider the name as a linguistic sign, endowed with significant and meaning, and Coseriu studies about the standard, intermediate level of linguistic description located between language and speech. As a result, it was observed that the community of Toledo introduces some innovative behaviors regarding the appointment of children, among them the choice of a double name or a modifier (like y, ll, nn, th, ph, etc.). Such phenomena were considered innovative because they did not present so often in the initial years of colonization from municipality and, in the final years of our corpus, there was a sudden increase in frequency.

Key words: Linguistics; Culture; Anthroponomastic.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Modelo de ficha antroponomástica.....	54
Figura 2: Mapa do Paraná, com a localização do Município de Toledo	60
Figura 3: Avenida Maripá (1950)	63
Figura 4: Vista da Avenida Maripá, em 1950.....	63
Figura 5: Escritórios da Maripá, localizados à Rua Sete de Setembro, esquina com a Rua Barão do Rio Branco, em 1950	64
Figura 6: Avenida Maripá, entrada da cidade, em 1950	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	69
Tabela 2	69
Tabela 3	69
Tabela 4	70
Tabela 5	70
Tabela 6	70
Tabela 7 – Nomes duplos frequentes na cidade de Toledo, registrados entre 1954 e 2004	80

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
1.1 Panorama dos estudos antroponomásticos	18
1.2 O signo linguístico: a opção pelo estruturalismo	43
1.3 O nome próprio: um signo linguístico.....	46
2 METODOLOGIA	51
2.1 Paradigmas adotados na Onomástica.....	51
2.2 Procedimentos metodológicos utilizados para coleta e análise dos dados	53
3 O CENÁRIO DA PESQUISA: A CIDADE DE TOLEDO	57
3.1 História.....	59
3.2 Os colonizadores	61
4 OS CUIDADOS DE UM ESTUDO ETIMOLÓGICO SOBRE OS ANTROPÔNIMOS.....	66
5 OS NOMES DUPLOS NA CIDADE DE TOLEDO	73
5.1 Os nomes duplos de Toledo	77
6 A VARIAÇÃO GRÁFICA NOS ANTROPÔNIMOS DE TOLEDO	84
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS.....	100

INTRODUÇÃO

Os nomes fazem parte da história, da vida e da ideologia de um indivíduo, assim como se tornam importantes para a compreensão da formação e consolidação de uma sociedade. Entretanto, não há, até o presente, registros de nenhuma pesquisa que tenha sido feita na região do Oeste do Paraná, especificamente na cidade de Toledo, com o objetivo de analisar os nomes dos habitantes. Desse modo, esta pesquisa torna-se relevante, uma vez que contribuirá para a caracterização da norma antroponímica atuante em Toledo, desde sua formação até o início do século XXI.

Este trabalho faz parte de um projeto maior, intitulado “Antroponímia, cultura e identidade em Marechal Cândido Rondon, Toledo e Missal” (Projeto nº 35370/2011, cadastrado na PRPPG, Unioeste). Estão integrados a este projeto os trabalhos de Lauermann e Seide (2012); Gehring e Seide (2012); Frai e Seide (2012); Grespan e Seide (2012) e Vescovi e Seide (2013). Todas as pesquisas partiram do mesmo pressuposto de que a origem do sobrenome pode influenciar na escolha do prenome dos nomeados.

Vale ressaltar que, no início da presente pesquisa, foram traçados alguns objetivos que, com o passar do tempo, mostraram-se inviáveis, principalmente, pelo tempo disposto para a realização do mestrado. A princípio, objetivava-se analisar os nomes nas distintas comunidades de Toledo, especialmente, dentro da comunidade italiana. Contudo, a partir dos fenômenos que foram encontrados, percebeu-se que os analisar dentro de cada uma das comunidades existentes seria um processo demorado e analisá-los apenas na comunidade italiana renderia poucos resultados. Por esse motivo, decidiu-se examinar os fenômenos de maneira generalizada na comunidade de Toledo, a fim de descobrir fenômenos inovadores na norma antroponímica toledense¹.

Percebeu-se, logo no início das pesquisas, que há uma carência de referenciais teóricos na área da Antroponomástica no Brasil. Por esse motivo, além de trabalhos nacionais, buscou-se trabalhos internacionais para dar suporte ao presente estudo.

¹ Um nome é considerado tradicional quando permanece sendo utilizado em um período longo de tempo e se desaparece em alguma geração, seu uso é retomado em, no máximo, quatro gerações.

Procurou-se, por meio da análise do *corpus* da pesquisa, encontrar informações que permitissem compreender características inovadoras na prática de nomeação dos munícipes.

A pesquisa ora apresentada situa-se na área de abrangência da Antroponomástica, a qual faz parte da Onomástica. Os estudos onomásticos auxiliam na compreensão de uma sociedade, uma vez que o ato nomeador é um comportamento característico da cultura de uma sociedade. Essa área do conhecimento busca avaliar e compreender o nome próprio seja ele sobrenome, prenome ou apelido. Além disso, objetiva compreender como se dá, ou melhor, quais os fatores que contribuem para que os pais nomeiem seus filhos de uma dada maneira.

Neste sentido, é importante ressaltar que um estudo antroponomástico, além de muitos outros objetivos, intenta encontrar a motivação que leva um determinado indivíduo a nomear os seus filhos de uma forma específica. Dentre essas motivações, existem as de origem parental, as quais são baseadas nos nomes já existentes na família, as de caráter religioso, quando se presta uma homenagem a algum santo ou santa do mês e aquelas motivações que provêm da própria sociedade, seja para reafirmar a ascendência ou simplesmente para aderir a um nome da moda.

É importante frisar que o conceito de moda é definido por Lopez Franco (2010) como “um fenômeno social de transformação do gosto coletivo com tendência cíclica. O nome pode ser um objeto de moda que trata de um bem simbólico de caráter obrigatório e gratuito” (2010, p. 246, tradução nossa)². Desse modo, sabe-se que um nome é de moda se ele aparece em determinada época e desaparece em outra.

Neste trabalho, utilizou-se o viés estruturalista da linguagem para a análise dos nomes e a noção de norma de Coseriu. Considerou-se, aqui, que o nome próprio é um signo linguístico, não se diferenciando dos demais signos da língua. Por isso, o signo antroponímico é, assim como os demais, dotado de significante e significado, apresentando relações sintagmáticas e paradigmáticas. Entende-se que tratar o nome como um signo linguístico implica dizer que ele só significa aquele

² Fenómeno social de transformación del gusto colectivo con tendencia cíclica. El nombre de pila puede ser um objeto de moda debido a que se trata de um bien simbólico de carácter obligatorio y gratuito.

nome por não ser qualquer outro. Dessa forma, quando um nome é pronunciado, ele fará alusão a alguma pessoa que tenha sido nomeada daquela maneira. Hess (1995), ao analisar os antropônimos da população escrava, afirma que, da mesma forma como os símbolos linguísticos não existem de maneira isolada, os nomes próprios devem ser considerados como elementos deste sistema (1995, p. 5). Aqui, neste trabalho, assim como em Lopez Franco (2010) e em Hess (1995), o nome próprio foi concebido como totalmente integrado à língua. No capítulo um, no qual é abordada a fundamentação teórica do trabalho, será justificada a escolha por essa abordagem teórica.

No capítulo dois, são apresentadas as escolhas metodológicas para a realização desta pesquisa. Para chegar aos resultados, foram analisados 600 registros de nascimento, todos coletados no único cartório de registro civil da cidade de Toledo, Paraná, e registrados em uma ficha catalográfica. Na etapa inicial, foram analisados 100 nomes em cada ano escolhido (1954, 1964, 1974, 1984, 1994 e 2004). A opção por esses anos deu-se para que fosse possível comparar os resultados desta pesquisa com as demais que estão sendo realizadas paralelamente, junto ao projeto maior, já mencionado. Em um segundo momento, a fim de comparar diacronicamente os fenômenos encontrados neste *corpus*, analisaram-se os nomes dos pais dos registrados nas fichas.

No capítulo seguinte será traçado, brevemente, o perfil histórico e social da cidade de Toledo, local onde foi realizada a pesquisa. O capítulo é fundamental para que se compreenda o processo de formação da cultura do município.

No capítulo quatro, são abordadas algumas questões sobre a etimologia, uma das formas mais comuns de se analisar os nomes próprios. Na maioria das pesquisas realizadas na área da Onomástica, principalmente, em pesquisas toponímicas, as análises são realizadas considerando a origem do nome (etimologia) como o fator essencial para a categorização dos nomes. Entretanto, tratando-se de antropônimos, há diversas limitações quando se utiliza essa abordagem científica, sobretudo, por desconsiderar o caráter histórico e motivacional do processo designador.

Nos capítulos seguintes (5 e 6), são apresentados dois fenômenos encontrados nos registros de nascimento: os nomes duplos e os nomes com modificação de grafia.

No capítulo cinco, são apresentados os resultados obtidos por meio da análise dos nomes duplos em Toledo, em que se investigou se este fenômeno é algo recente ou se já ocorria em outras gerações, entre os pais e avós dos registrados. Além disso, procurou-se investigar se, na antroponímia toledense, tais nomes eram recorrentes e com que frequência eram utilizados no ato de nomeação.

No capítulo seis, são feitas algumas considerações acerca dos nomes com algum tipo de modificação de grafia. Em relação a estes, foram feitas comparações entre as décadas analisadas, a fim de verificar se o mesmo era um fenômeno recente, fruto da modernidade e globalização, ou se tinha resquícios mais antigos. Não foi objetivo desta pesquisa, apesar de se reconhecer a necessidade, realizar uma análise linguística aprofundada desses fenômenos de modificação de grafia. Tal análise poderá ser realizada com profundidade em pesquisas posteriores, referentes ao mesmo *corpus*.

No último capítulo, encontram-se as considerações finais, em que é apresentada uma síntese dos resultados gerados por esta pesquisa. Percebeu-se que a norma antroponímica de Toledo é bastante inovadora e não apresenta aspectos tradicionais relevantes, como a norma de Palotina (VESCOVI; SEIDE, 2013). Tem se tornado cada vez mais comum, entretanto, os nomeadores escolherem nomes duplos ou fazer alguma modificação na escrita original.

Contudo, não foi possível, nesta pesquisa, encontrar as motivações que levaram os designadores a optarem por essa composição de prenomes, visto que a pesquisa é de base documental. Em pesquisas futuras, será possível, por meio de entrevistas, encontrar as reais razões que motivaram essas escolhas e, assim, elucidar a nova norma antroponímica da cidade de Toledo.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Onomástica é o ramo da Linguística que se preocupa em estudar a origem dos nomes. Dentro dos estudos onomásticos, ainda existem a Antroponímia, a qual se ocupa com os nomes referentes às pessoas, sejam eles prenomes, sobrenomes ou apelidos, e a Toponímia, ramo que visa ao estudo dos nomes de lugares.

No Brasil, muitos destes estudos concentram-se em São Paulo, mais precisamente na Universidade de São Paulo. Uma das maiores pesquisadoras da área é Maria Vicentina Dick. Em seu trabalho intitulado *Toponímia e Antroponímia no Brasil* (1992), a autora afirma que a Antroponímia é o estudo exclusivo dos nomes próprios.

O estudo da Antroponomástica, por sua vez, ainda é muito restrito no Brasil, por isso, ainda há pouco material para estudo. Porém, há pesquisas relevantes na área que podem servir como base para novas e diversas pesquisas.

Dick (1992, p. 19) afirma que, apesar de ser uma disciplina antiga, no Brasil, a Toponímia, como corpo disciplinar, é recente e foi considerada por muito tempo uma disciplina secundária. A autora assinala ainda que o estudo só pode ser compreendido quando se entende que, por ele, percebe-se sua marca dentro de um espaço e de um tempo. Conforme salienta Ananias (2013, p. 33):

Os estudos contemporâneos da Toponímia não se limitam a coletar os nomes de acidentes geográficos e apresentar sua história e etimologia. Na realidade, esta é apenas uma etapa do estudo toponímico que fornece ao pesquisador os elementos para a análise propriamente dita.

Há, porém, divergências em relação aos estudos das duas vertentes da Onomástica, principalmente no tocante à abordagem de pesquisa. Além disso, os aspectos motivacionais também são distintos, posto que um nome de lugar pode ser dado por alguma referência ou característica do mesmo, diferentemente do antropônimo, o qual é dado por motivos diversos. Dick (1992, p. 38) afirma que “o que era arbitrário em termos de língua, transforma-se no ato do batismo de um lugar, em essencialmente motivado, não sendo exagero afirmar ser essa uma das principais características do topônimo”.

Conforme afirma Seide (2013, p. 2):

Os estudos toponímicos tendem a uma certa homogeneidade decorrente de a maioria das pesquisas almejar a elaboração de Atlas toponímicos e serem direta ou indiretamente influenciados pelas propostas teóricas e metodológicas de Dick [...] Os estudos antroponímicos, contudo são, ainda, incipientes [...].

Relacionando as duas vertentes, há ainda topônimos formados a partir de antropônimos, como nomes de ruas, cidades, praças, etc., possibilidades apontadas pelo estudo de Colognese (2011). O pesquisador analisou o nome de todas as ruas da cidade de Toledo, classificando-as de acordo com as motivações de cada uma. Dentre os nomes dos logradouros, Colognese (2011) encontrou homenagens a pessoas famosas, países e religiosos. A respeito disso, afirma:

A ação de atribuir nomes aos lugares não é arbitrária e sem sentido. Existem motivações que levam os homens a nomear os lugares da realidade circundante. Atribuir nomes é humanizar os lugares nos termos de uma sociedade e de uma cultura. Por isso os sentidos traduzidos nos nomes das ruas não se reduzem a etimologia [...] (COLOGNESE, 2011, p. 9).

Sabe-se, contudo, que a maior parte dos estudos na área da Toponímia é feita seguindo os moldes do *Atlas Toponímico de São Paulo*, um projeto iniciado em 1989 e coordenado pela professora Dick. O objetivo de tal é “reunir, analisar e categorizar os nomes de lugares visando à descrição do sistema toponímico e daquele estado” (SEIDE, 2013, p. 3). Desse modo, a maioria das pesquisas utiliza o critério etimológico como fator de classificação para os topônimos.

No Brasil, apesar de ser um ramo recente, a Antroponomástica apresenta estudos com distintas abordagens. No entanto, a maioria deles segue os moldes da Toponímia, a etimologia. Os trabalhos de Seide (2012) e Seide e Shultz (2012), entretanto, são embasados na Teoria da Relevância, “uma abordagem cognitiva e pragmática para o estudo do processo interpretativo da Neurolinguística e da distinção proposta por Langedonk entre lema de nome próprio e função de nome próprio” (SEIDE, 2013, p. 2).

Além disso, outras pesquisas como as de Lauermann e Seide (2012); Gehring e Seide (2012); Frai e Seide (2012); Grespan e Seide (2012) e Vescovi e Seide

(2013) têm sido apresentadas sem levar em consideração apenas o viés etimológico. Entende-se que esse novo paradigma emergente na Antroponímia seja mais útil para a caracterização da forma como os nomes são dados e de que forma eles significam.

1.1 Panorama dos estudos antroponomásticos

Entre os trabalhos desenvolvidos no Brasil, há a pesquisa de Débora Hess (1997), mestre especialista em antropônimos pela USP, que realizou um estudo acerca dos antropônimos da comunidade de Santa Rita do Passa Quatro, no último período escravista. Em seu trabalho, a autora analisou como os nomes dos escravos marcavam a sua identidade, revelando mazelas sociais embutidas nesses nomes, uma vez que os escravos não poderiam ter nomes já que não “eram dignos” de ter personalidades independentes. Assim como a nossa pesquisa, Hess (1997) buscou os nomes em fichas documentais e registros de nascimento, sendo a sua pesquisa também de cunho histórico-social.

Diversos pesquisadores têm utilizado técnicas da sociolinguística³ para examinar os nomes dentro das comunidades, uma vez que, por meio da observação e das entrevistas, é possível, com muito mais precisão, analisar os dados da comunidade. Essa nova corrente de estudo é chamada de Sócio-onomástica e tem se fortalecido cada vez mais, principalmente, na Europa.

Um dos estudiosos pioneiros dos antropônimos é o professor Mansur Guérios. Dentre as suas obras, destaca-se o *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes* (1981). Nesta obra, além de verbetes contendo a etimologia e os significados dos antropônimos, o autor apresenta o estudo sob o aspecto linguístico, com citações de outros ilustres estudiosos, como Leite de Vasconcelos (1887).

Sobre a origem dos antropônimos, Guérios (1981) apresenta três opções. Segundo o autor, a primeira relaciona-se à necessidade de as pessoas serem citadas, a segunda de serem chamadas e a terceira de serem diferenciadas umas das outras. Como prova disso, em uma sala de aula, por exemplo, quando há duas crianças com o mesmo nome, costuma-se chamar uma por algum apelido ou pelo seu sobrenome. Ainda em relação ao surgimento dos nomes, Guérios aponta que “a

³ Tais como abordagem quantitativa por dados observados nos informantes, sexo, idade, realização de entrevistas, análise, etc.

existência dos antropônimos está documentada em todos os povos, em todas as línguas, em todas as culturas [...] desde os primórdios da humanidade” (1981, p. 34). O autor observa ainda que, quando os nomes surgiram, carregavam consigo um significado “que, em geral, traduzia qualquer realidade condizente com os indivíduos seus portadores” (GUÉRIOS, 1981, p. 34). Além disso, este autor afirma que:

[...] as pessoas recebiam apenas um nome, o nome individual, como acontece ainda hoje em diversos agrupamentos humanos. O aparecimento do segundo nome, ou sobrenome, em certos povos verificou-se em tempos relativamente recentes. E o fato assim se explica. O nome de um indivíduo de tal família foi aplicado também a um membro de outra família, ambas da mesma comunidade (GUÉRIOS, 1981, p. 35).

Dessa forma, possuindo apenas um nome, as pessoas passaram a encontrar dificuldades em diferenciar um indivíduo do outro, necessitando de recursos que evitassem tal confusão. Geralmente, o indivíduo era chamado de Fulano filho de Beltrano, Fulano da Família tal, Fulano agricultor, Fulano de olhos azuis, etc. (GUÉRIOS, 1981, p. 35).

Diferentemente do que Guérios aponta em relação ao início da utilização dos nomes, hoje, o que se nota, é um esvaziamento de sentido e uma falta de relação direta entre o nome e o indivíduo. Em seu artigo *As origens dos nomes das pessoas*, Carvalhinhos (2007, p. 3) anota que:

Se hoje as sociedades ocidentais apresentam esse fenômeno do esvaziamento semântico nos nomes próprios de pessoas, nestas mesmas sociedades durante a Antiguidade os nomes não eram atribuídos por tradição ou gosto, mas efetivamente havia um motivo ou uma motivação ao fazê-lo, fosse por atributos físicos ou morais que se quisesse imprimir no indivíduo nomeado, fosse por devoção ou pela crença que um nome sagrado ou ligado ao sagrado traria sorte ao portador do mesmo.

Souza (2009) estudou de forma comparativa a formação de nomes compostos comuns e antropônimos com mais de uma base e concluiu que ambos comportam-se da mesma forma. Apresentando o que postulam Cunha e Cintra (2002), Souza (2009) afirma que a palavra composta possui sempre uma única ideia, apesar de possuir mais de uma base lexical, sendo que, muitas vezes, o seu sentido destoa da noção individual que as palavras significam (SOUZA, 2009, p.

131). A autora ressalta que o mesmo não ocorre com os nomes próprios, já que eles passaram por um processo de esvaziamento de sentido em relação ao significado que o nome possuía antes de ser um nome próprio, se bem que, do ponto de vista morfológico, tanto nomes próprios quanto nomes comuns possam ser compostos (SOUZA, 2009, p.131). Cumpre mencionar a existência de muitos nomes próprios compostos no *corpus* de Toledo, fenômeno examinado no capítulo cinco desta dissertação.

Outro trabalho acerca dos nomes próprios compostos foi realizado por Irani Sacerdote de Souza Silva (2012). A autora pesquisou nomes coletados em documentos dos séculos XIII, XIV e XV, a fim de verificar a estrutura antroponímica da era medieval. Neste trabalho, Silva traçou um histórico do surgimento do sobrenome, como necessidade de diferenciação dos indivíduos dentro e fora dos clãs.

Assim como em nossa pesquisa, outros trabalhos analisaram a modificação de grafia nos antropônimos brasileiros, entre eles, destaca-se o de Megale (2012). A autora concluiu que essa nova forma de nomear reflete a necessidade dos pais de “mudarem” a situação social dos filhos, acreditando que o nome pode cumprir essa função. Assim como Megale (2012), Lira e Hosokawa (2012) também investigaram o fenômeno e caracterizaram-no como criativo. Para as autoras, os pais estão cada vez mais inovando a forma de nomear, apropriando-se de nomes norte-americanos (LIRA; HOSOKAWA, 2012, p. 47).

Em nosso país, como já dito, os estudos relacionados à Toponímia são mais evidentes. Fora do Brasil, contudo, encontram-se diversos estudos bastante antigos, os quais já revelavam a importância de estudar os nomes das pessoas e a relação que estes têm com as questões culturais.

Sabe-se, também, que a relação entre língua e política é bem estreita. O que se vê, na maioria das nações que foram colonizadas, são resquícios da política de colonização implantada em tais processos. O próprio Brasil, colonizado *a priori* pelos portugueses, tem o português como língua oficial, uma vez que a mesma foi imposta pelos colonizadores lusitanos. Recentemente, outro exemplo estampou o cenário dos países que têm o português como idioma oficial: a tentativa de tornar o português uma língua una em todos os países, modificando a ortografia a fim de padronizá-la. Esse acordo, assinado em 2009 e prorrogado para entrar oficialmente

em vigor em 2016, demonstra que as relações políticas estão intimamente ligadas à língua, já que implicam questões que envolvem o poder.

Lopez Franco (2010), pesquisadora mexicana, realizou um trabalho cuja base metodológica é a mesma utilizada neste trabalho. Sua pesquisa deu origem a um livro: *Um siglo de nombres de pila en Tlanepantla de Baz*, e consistiu em uma análise dos nomes dos nascidos em Tlanepantla de Baz, no México, entre os períodos de 1901 e 2000. Partindo de um estudo histórico-social, Lopez Franco levantou as principais motivações que levaram à escolha dos nomes dos tlanepantlenses.

O trabalho *Ortografía e ideología: los nombres propios no castellanos en los medios de comunicación*, da professora Ana M. Vigara Tauste, apesar de não discutir diretamente os nomes de pessoas, aborda esta questão na língua espanhola. Os questionamentos do trabalho giram em torno das regras de acentuação de nomes próprios na Espanha.

O problema que fomenta a discussão é a escrita de alguns antropônimos, nacionais ou não. Um dos exemplos é a palavra *Barnabeu* (nome do estádio de futebol do Real Madrid), a qual passou a ser acentuada pelos jornalistas (*Barnabéu*), mesmo que a regra para as terminações de palavras “agudas” (oxítonas) seja de não as acentuar. Segundo a autora, essas modificações não oficiais de acentuação deviam ser por questões políticas de apaziguamento:

Quase sem perceber, o ‘respeito’ em relação às línguas com as quais vivemos e da ‘correção’ em sua política de tratamento tornou-se, no momento da escrita, tão importante quanto os critérios de ortografia. E como os critérios de ‘respeito’ e ‘correção’ não foram e são os mesmos para todos, as regras de ortografia da Academia deixaram de ser, por sua vez, incontestáveis e ‘universalmente’ válidas (mas não em alguns casos desconhecidos) [...] (TAUSTE, 2000, p. 2).⁴

No cenário espanhol, há diversas línguas consideradas independentes e que possuem suas regras específicas. O Catalão, por exemplo, é um idioma falado em

⁴ Casi sin percatarnos, el «respeto» a las lenguas con las que convivimos y la «corrección» política en su tratamiento pasaron a ser, a la hora de escribir, tan importantes como los criterios ortográficos, y en muchas ocasiones más. Y como los criterios de «respeto» y «corrección» no eran ni son los mismos para todos, las normas ortográficas de la Academia dejaron de ser, a su vez, indiscutidas y «universalmente» válidas [...]

uma comunidade ao norte da Espanha e, diversas vezes, é confundido com o próprio espanhol. Entretanto, muito mais do que regras distintas, esses idiomas possuem um histórico político que envolveu soberania e poder. Durante o regime do ditador espanhol Francisco Franco (1939-1975), o uso do catalão e de outros idiomas foi banido, da mesma forma que as outras línguas regionais na Espanha, como o basco e o galego. Após a morte de Franco, em 1975, e a restauração da democracia, recuperou o seu estatuto e a língua catalã é hoje usada na política, educação e em alguns meios de comunicação social. Outras línguas oficiais da Espanha são o Basco, no país Basco e o Galego, na Galícia, língua que, no passado, formava o Galego-Português e que se distinguiu da língua portuguesa a partir do estado português.

Por esse motivo é que quando ocorre uma adaptação de um nome, com o objetivo de facilitar a pronúncia, há uma divisão de opiniões a qual escorrega, às vezes, para o campo político:

[...] se não existem critérios ortográficos claros (a Academia tem cuidadosamente evitado se pronunciar sobre o assunto e em vista das coisas, é justo que não sem razão) ou unânime do ponto de vista ideológico (para alguns, escrevendo em vez de *Egibar* *Eguíbar* é uma grave falta de respeito pelos outros, uma forma de facilitar a leitura correta do sobrenome basco), nem a adoção rigorosa de padrões diferentes para um determinado idioma ou extensão a todas as seções e todos os profissionais de uma determinada escolha, reina a confusão [...] (TAUSTE, 2000, p. 3).⁵

Entretanto, certas vezes, alguns jornais, como o ABC, por exemplo, optam por trazer a escrita original dos nomes, os quais, por algum motivo, foram apresentados à sociedade – por seus donos – escritos de uma maneira mais “espanholizada”.

Há casos também, como descreve a autora, de mudanças ortográficas tanto nos prenomes quanto em sobrenomes por parte dos próprios portadores dos mesmos. Isso ocorre para que essas pessoas sintam-se mais familiarizadas com o

⁵ [...] allí donde no hay un criterio claro desde el punto de vista ortográfico (la Academia ha evitado cuidadosamente pronunciarse al respecto y, vistas las cosas, justo es reconocer que no sin cierta razón), ni unánime desde el punto de vista ideológico (para algunos, escribir *Eguíbar* en vez de *Egibar* es una grave falta de respeto; para otros, un modo de facilitar la lectura adecuada de este apellido vasco), ni riguroso en la adopción de las diferentes normas relativas a una lengua particular ni en la extensión a todas las secciones y a todos los profesionales de una determinada opción, reina la confusión [...]

meio, visto que, na Espanha, a escrita denuncia a origem etimológica/social do indivíduo. Tais mudanças, porém, apresentam desvantagens, visto que há uma perda cultural notável. Contudo, posta a situação político-cultural de aceitação nacional, o indivíduo vê-se obrigado a fazê-lo para sentir-se mais aceito ou até mesmo conseguir mais prestígio. Isso, para Tauste, pode ser considerado como uma falta de estabilidade dos antropônimos: “Se somos, ou queremos ser, e nossos sobrenomes são, de onde estamos de onde nos sentimos, convém proclamar a instabilidade (gráfica ou sonora) dos antropônimos” (TAUSTE, 2000, p. 6).⁶

Na Espanha, esta problemática da relação entre ideologia e ortografia dá-se, quase que unicamente, com os antropônimos nacionais (aqueles comuns à cultura espanhola, mesmo que com origens distintas). Quando se trata de antropônimos estrangeiros, segundo Tauste, o mais adequado é adaptá-los à fonética e grafia nacionais:

Visto que não é adequado conservar a grafia do nome de um alfabeto ilegível, a regra aceita por todos é, nesses casos, sua adaptação de modo que a ortografia espanhola se aproxime o máximo possível da pronúncia original (ao menos como a ouvimos, com o acento na sílaba correspondente) (TAUSTE, 2000, p. 7).⁷

Conforme ressalta a autora, esta questão é fácil de resolver. Outro exemplo dado para ilustrar essa questão é a escrita da palavra “Óscar”. Segundo a autora, alguns jornais apresentam-na com acento, outros sem, alguns grafam-na com maiúscula, outros com minúscula, uns com o s final, outros sem. Essas divergências provêm da incerteza sobre como grafar uma palavra estrangeira. Uma das opções é conservar a escrita original e correr o risco de não ocorrer a pronúncia adequada; e a outra é modificá-la, adaptando-a à escrita local (com o uso do acento agudo, por exemplo). Contudo, não há uma regra que decida isso, o que se vê, nos jornais espanhóis, é uma miscelânea de grafias não somente da palavra apresentada, mas de tantas outras.

⁶ Si somos (o queremos ser), y nuestros apellidos son, de donde estamos o de donde nos sentimos, conviene proclamar la no estabilidad (gráfica, sonora) de los antropónimos.

⁷ Puesto que no es adecuado conservar la grafía del nombre en un alfabeto ilegible para el público, la regla aceptada por todos es, en estos casos, su adaptación-transliteración de modo que la ortografía española que le demos se aproxime lo más posible a la pronunciación original (al menos tal como la oímos, con el acento en la sílaba correspondiente).

Essa é uma questão bastante pertinente – e também sem solução no Brasil – já que somos, assim como os espanhóis, bombardeados todos os dias por novas palavras advindas de outros idiomas (principalmente do inglês). Em relação aos antropônimos, há a mesma problemática (se assim pode-se dizer), sendo observados diversos prenomes de origem estrangeira, com adaptações fonéticas e ortográficas.

O mesmo ocorre com a grafia de topônimos, contudo, a autora apresenta a regra que é comum a diversos países, porém que não é muito utilizada (lá e aqui no Brasil): “[...] quando um lugar já possui um nome conhecido (historicamente) em espanhol deve seguir usando-o; por exemplo Londres, Nova Iorque, Munique, Florença [...]” (TAUSTE, 2000, p. 10).⁸

Há, porém, uma questão levantada pela autora sobre a possibilidade de uma crítica ideológica em relação à grafia de certos topônimos:

Seria enganoso pensar que a Academia defende que não se escreva Bayern (mas Baviera), ou que não se pode dizer ou escrever Hondarribia (mas Hondarribia), pelo simples fato de aparecerem os dois nomes no mesmo apêndice, sob o mesmo rótulo? Certamente, a dedução não parece loucura, mas levanta diretamente outra pergunta: por que todos pensam (tão radicalmente) que não há problemas em continuar usando Baviera ou Londres [...] Também são aqui possíveis argumentos (ortografia e ideológica inevitavelmente interligados) para todos, e qualquer seja a posição que tomarmos ou a preferência que tenhamos, isso vai excluir a outra possibilidade, sendo que essa escolha não será nada “inocente” [...] (TAUSTE, 2000, p. 10)⁹

Percebe-se que há uma forte presença de marcas ideológicas quando se faz uma escolha ortográfica. Para a autora, considera-se apropriado usar um nome castelhano – o comum – quando se está referindo a um topônimo espanhol (mesmo

⁸ [...] cuando un lugar tiene ya un nombre conocido (históricamente, por tradición) en español, debe seguir usándose este; por ejemplo, *Londres, Nueva York, París, Múnich, Oporto, Florencia...*, y no *London, New York, Paris, München, Porto, Firenze...*

⁹ ¿Sería disparatado deducir que igual que la Academia defiende que no digamos ni escribamos Bayern (sino Baviera), defiende que no digamos ni escribamos Hondarribia (sino Fuenterrabía), por el mero hecho de aparecer ambos topónimos en el mismo apéndice, bajo el mismo rótulo? Ciertamente, la deducción no parece disparatada, pero se plantea directamente otra pregunta: ¿por que nos parece a todos (tan radicalmente) bien seguir utilizando Baviera o Londres? [...] También aquí son posibles argumentos (ortográficos e ideológicos, inevitablemente imbricados además) para todos los gustos, y cualquiera que sea la postura que adoptemos o la preferencia que sigamos, esta excluirá a otra u otras y a casi nadie le parecerá «inocente» la elección hecha [...]

que não seja castelhano) e o mesmo vale para a apropriação de um topônimo estrangeiro. Contudo, considera-se falta de respeito adotar grafia estrangeira de um topônimo vernáculo (TAUSTE, 2000, p. 10).

Cabe lembrar que o papel da Academia Real Espanhola (RAE) é muito forte no país, sendo que a sua função principal é a de "determinar e fixar as vozes e vocábulos da língua em sua elegância e pureza". A instituição foi fundada em 1713, inspirada na criação da Accademia della Crusca (Itália, 1582) e na Academia francesa (1635), após aprovação do rei espanhol Felipe V. Foi ele quem colocou a Academia sob sua proteção e acrescentou, assim, o título de "real" ao nome da instituição. Atualmente, a RAE realiza a planificação linguística da língua espanhola, criando normativas (regras) que visam a manter uma unidade dentre as diferentes variantes da língua espanhola, a qual é falada em vários países (RAE).

Tauste questiona essa autoridade da Academia Real Espanhola, uma vez que, com tais proibições/contestações, há uma limitação da escolha linguística dos usuários (a qual deveria ser de livre arbítrio). A autora apresenta outros casos em que essa autoridade política da Academia mostra-se presente e de que forma os jornais e os meios de comunicação nacionais deixam suas marcas, intencionalmente ou não. Ao final, deixa claro que essa é uma questão difícil de ser resolvida, mas a qual, inevitavelmente, todos estão sujeitos. Os meios de comunicação, assim como os indivíduos, não podem escapar dessa força superior julgadora, que está impregnada nas escolhas feitas, inclusive, nas escolhas de caráter ortográfico.

Há que ressaltar, ainda, que, apesar desta questão entre língua, ideologia e poder ser mais marcada politicamente em países historicamente multilíngues como a Espanha, no Brasil, isso também é bastante evidente, principalmente quando se trata de julgamentos por escolhas ortográficas. Entretanto, tais escolhas decorrem, na maioria dos casos, por um desconhecimento da língua (no caso de brasiguaios ou estrangeiros, por exemplo) ou talvez por baixa escolaridade. Motivados por essas escolhas ocorrem alguns julgamentos, os quais inserem a pessoa em diferentes patamares ou "lugares sociais".

Além dessas, outras variações ortográficas fazem-se presentes no Brasil, principalmente quando se tratam de estrangeirismos ou adaptações dos mesmos. Como exemplo, tem-se a palavra "xampu", que, apesar de ser considerada ortograficamente correta, é comumente substituída (não somente em situações

informais, mas também em embalagens dos produtos) por *shampoo*, sua mãe estrangeira. Contudo, não há nenhuma pressão política ou ideológica em cima de empresas que fazem essa escolha, muito menos subentende-se uma tomada de posição neoliberal por parte da empresa de cosméticos. Quando ocorre esse tipo de escolha, tem-se duas opções: ou a empresa desconhece a norma brasileira ou é uma estratégia de mercado, visto que a palavra *shampoo* soa como de melhor qualidade, pelo fato de ser estrangeira.

Outra variação ocorre em nomes próprios. Há cada vez mais registros – como pode ser comprovado nos estudos do *corpus* de Toledo - de nomes com *y* ao invés de *i*, *sch* em vez de simplesmente *ch*. Tais escolhas, feitas por parte do nomeador, podem revelar, como apontam estudos como os abaixo mencionados, as classes sociais ou os desejos dos nomeadores, além de afetar o indivíduo nomeado.

Megale (2012), ao estudar essas variações gráficas nos nomes próprios, relata que esse fenômeno, chamado por ela de *americanismo*, explica-se por um desejo de mudança de realidade dos filhos. Desse modo, depreende-se que o desejo dos pais é que os filhos tenham melhores condições de vida, comparadas as suas. Para ela, na maioria das vezes, os nomeadores que escolhem esse tipo de construção são provenientes de classes desprivilegiadas (MEGALE, 2012, p. 17).

Assim, prova-se que a língua é um instrumento de força e poder, a qual tem a capacidade de revelar ideologias, crenças e conhecimentos e, principalmente, infiltrar-nos ou retirar-nos de lugares e posições sociais.

Sabe-se, conforme aponta Maria Tereza Biderman (2001, p. 208), que a língua inglesa é hegemônica no mundo atual por conta da influência econômica norte-americana: é, portanto, dela que se tomam emprestados inúmeros vocábulos e termos. Essa influência afeta também os nomes próprios. No entanto, em inúmeros casos, percebe-se uma tentativa de “americanizar” os nomes, acrescentando-lhes letras comuns aos nomes americanos – *k*, *w* e *y*, postura comum mesmo antes do novo acordo ortográfico.

Esse fenômeno foi bastante notável em nossa pesquisa, principalmente nos nomes registrados a partir da década de 70 (1974). Por meio de leituras diversas, foi possível notar que este não é um fenômeno isolado, uma vez que foi percebido e estudado por diversos autores nos últimos anos. Um desses estudos é o de Terese Thonus, pesquisadora norte-americana que analisou a presença de nomes com

influência inglesa no Brasil.

No artigo *Anderson, Maicon and Thiago: english names in Brazil*, Thonus (1992) evidencia a influência da língua inglesa em diversos idiomas do mundo, seja por empréstimos lexicais ou, até mesmo, na forma de nomear os filhos. Em seu trabalho, a autora demonstra a influência da escrita inglesa em nomes masculinos no Brasil, nomes registrados entre 1967 e 1987. Thonus percebe que nomes considerados tradicionais ou até aqueles herdados da cultura portuguesa têm sido substituídos por nomes puramente americanos – por influência da mídia estadunidense – ou até por nomes com alguma modificação de grafia. A autora ainda ressalta que há uma tênue diferença entre os nomes americanos de fato e os americanizados, por conta desse vasto número de nomes influenciados pela cultura norte-americana.

A autora ainda apresenta a tese de Carroll (1985, *apud* THONUS, 1992, p. 175), o qual considera o nome próprio ao mesmo tempo lógico e psicológico. De acordo com Carroll (1985, *apud* THONUS, 1992, p. 175), há duas possibilidades na consideração do nome próprio, sendo ele portador de algum significado ou simplesmente representador de algo ou alguém. Outro estudioso apresentado é Nicolaisen (1980, *apud* THONUS, 1992, p. 176), o qual observa que o tipo de conhecimento necessário para entender e criar nomes é bastante diferente daquele exigido para a decifração dos itens lexicais, uma vez que nomear constitui o "isolamento de uma pessoa ou lugar."

Thonus ainda complementa que a questão da criatividade é bastante presente nos nomes próprios, uma vez que o fator psicológico do nomeador entra em questão, muito mais que no momento de nomear um objeto ou um lugar, por exemplo.

A autora acrescenta que os nomes espelham mudanças nas relações sociais, visto que as áreas dialetais são criadas cultural e socialmente. Apresentando algumas pesquisas como a de Leys (1974, *apud* THONUS, 1992, p. 176) e Raper (1982, *apud* THONUS, 1992, p. 176), Thonus aponta que os indivíduos de classes mais altas costumam escolher nomes mais tradicionais para seus filhos, ao passo que os de classes mais baixas apresentam uma maior "versatilidade". Assim sendo, vários pesquisadores observaram que as classes mais altas são mais tradicionais, envolvendo a família na escolha de nomes de pessoas, ao passo que as classes

mais baixas mostram uma maior versatilidade (Leys, 1974; Rape, 1982 *apud* THONUS, 1992, p.176).

Contudo, outro pesquisador apresentado por Thonus ressalta que "os pais dependem de uma onomástica convencionalmente aceita, dos quais apenas os muito ricos, os muito estúpidos, ou o próprio empreendedor se atrevem a sair" (NICOLAISEN, 1980, p. 31 *apud* THONUS, 1992, p. 176).¹⁰

Outro autor, Brender (1986), também apresentado por Thonus, faz uma distinção entre nomes inovadores – escolhidos por pais mais instruídos – e nomes idiossincráticos – nomes dados por pais de menor instrução ou escolaridade, ou até mesmo de classes sociais mais baixas (BRENDER, 1986, *apud* THONUS, 1992, p. 176).

Como se sabe, a língua inglesa, como afirma Megale (2012), tem uma forte influência sobre os diversos outros idiomas e isso não foi diferente com o Português. As trocas comerciais e a informática aceleraram o processo de dispersão do idioma, afetando, também, os nomes de pessoas: "O contato linguístico, especialmente através da mídia eletrônica, acelerou a partida a partir de padrões de nomenclatura tradicional" (RAPER, 1982, p. 68, *apud* THONUS, 1992, p.176).¹¹ A autora salienta, ainda, que o inglês dos Estados Unidos é considerado um instrumento de poder e superioridade, já que este país adquiriu um status nas áreas de ciência, tecnologia, política e assuntos militares. Essa condição do país, atrelada ao seu idioma, faz com que muitas palavras de origem inglesa sejam emprestadas para outros países como forma de preencher uma lacuna, ou seja, denominar um elemento que não possui um nome correspondente no outro idioma, no caso, o Português, fenômeno que é conhecido como estrangeirismo. Em relação aos fenômenos encontrados em nomes de pessoas, assim como os do trabalho de Terese Thonus, foram considerados não como estrangeirismos, mas sim como modificações de grafia (ver capítulo 5).

O *corpus* do trabalho de Thonus foi coletado no cartório de registro civil Cajuru, da cidade de Curitiba, Paraná. O interessante deste trabalho é que, além dele apresentar muitos nomes semelhantes ao do *corpus* de Toledo, parte do período dos registros de nascimento dos mesmos coincide com os observados em

¹⁰ Parents depend on a conventionally accepted onomasticon of personal names, from which only the very rich, the very stupid, or the very enterpris-ing dare to depart.

¹¹ Language contact, especially through electronic media, has hastened the departure from traditional naming patterns (RAPER, 1982, p. 68).

Toledo: as décadas de 60, 70 e 80. Thonus considerou todos os anos entre 1967 até 1987.

Para realizar a pesquisa, Thonus analisou 47.058 certidões de nascimento, encontrando, em 22% delas, a influência da língua inglesa nos registros dos nomes. Para a análise, a pesquisadora considerou apenas os nomes masculinos e os indivíduos cujos pais eram nascidos no Brasil. A partir da análise, a autora percebeu que, da década de 60 para a de 80, o número de nomes “diferentes” praticamente dobrou, subindo de 60 para 118. Depois disso, a autora dividiu os nomes em cinco categorias:

1. Nomes idênticos aos nomes em inglês de uso corrente (47%) ;
2. Nomes americanos com grafia em português (15%) ;
3. Nomes com sufixos de origem americana (34%) ;
4. Nomes brasileiros com aparência americana (2%) ;
5. Nomes americanos com a “falsa” escrita americana (2%).¹² (THONUS, 1992, p. 178).

Abaixo, são reproduzidos alguns dos nomes encontrados por Thonus, dentro da primeira categoria:

- 1967:** David, James, John, Nelson, William
1968: Alan, Allan, Francis, Franklin, Frank, Robinson, Wellington
1974: Davis, George, Kennedy, Nicholas, Robertson
1981: Adrian, Anthony, Dave, Johnny, Maxwell (THONUS, 1992, p. 178).

A Tabela 1, Thonus (1992, p. 179) mostra uma lista parcial dos nomes incluídos na primeira categoria. De acordo com a autora, a seleção foi baseada no valor de interesse e não na frequência em que apareceram. O nome William (1967), por exemplo, também foi bastante encontrado no *corpus* de Toledo, além de suas variações. Para Thonus, essa categorização mostrou-se bastante relevante, visto que 26% das escolhas dos nomes encaixaram-se nela.

É importante ressaltar que a colonização de Curitiba, embora não mencionada no trabalho de Thonus, foi diferente daquela realizada no Oeste do Paraná. Além disso, o número de habitantes da capital paranaense é praticamente 20 vezes maior que o de Toledo. Esse é um dos fatores que deve ser levado em

¹² 1. Names identical to English names in current use (47%); 2. English names with Portuguese spellings (15%); 3. Names with suffixes of English origin (34%); 4. Portuguese names with pseudo-English spellings (2%); 5. English names with pseudo-English spellings (2%).

consideração para explicar o maior número de casos de nomes com a grafia idêntica à da língua inglesa em Curitiba.

Um dado bastante interessante do trabalho de Thonus e que corrobora com os dados de Toledo é que, no ano de 1970, foram encontrados oito dos 10 nomes mais frequentes. Em Toledo, como já dito, foi a partir dessa década que os nomes com “aparência” americana passaram a destacar-se nas fichas. Ademais, alguns nomes analisados na categoria, os quais possuem étimo inglês, mostraram-se quase idênticos nas escritas dos dois países. Entre esses nomes podem ser citados Eduardo, Francisco, Marcos, Ricardo e Ronaldo.

A segunda categoria apresenta nomes com algumas modificações em relação à escrita original.

A Tabela 2 mostra uma série de estratégias ortográficas / fonológica que são aplicadas (nenhum deles de forma consistente). Uma delas é a simplificação das consoantes duplas e aglomerados, como na Jeferson, Wilian, Patrik e Welinton. Outro exemplo é a substituição de m por palavra-n final (que não ocorre no Português): Alam, Andersom [...] (THONUS, 1992, p. 180, tradução nossa)¹³

Como o artigo de Thonus data de 1992, ela explica a questão da letra y, até então não pertencente ao alfabeto da língua portuguesa. Ela justifica que, em alguns nomes, tal letra foi substituída pelo i, de acordo com ela, “mais aceitável”: “[...] Édi. Este último também demonstra a substituição de y, letra não pertencente ao alfabeto Português atual, pela letra mais aceitável i” (THONUS, 1992, p. 180).¹⁴

Dentro da mesma categoria, a autora traz nomes como Deividi, Richardi, e Sidinei. Para ela, esta grafia, apesar de distinta da original, mostra-se mais fácil de ser pronunciada na Língua Portuguesa.

Na terceira categoria, enquadraram-se os nomes com a presença de algum tipo de sufixo, aparentemente comum na língua inglesa. 57% dos casos apresentaram o sufixo – son (Gilson, Nilson, Leanderson, Odilson, Wanderson). Outros afixos como –ton, -ey/ei também apareceram na composição dos nomes.

¹³ Table 2 shows a number of orthographic/phonological strategies which are applied (none of them consistently). One is the simplification of double consonants and clusters, as in Jeferson, Wilian, Patrik, and Welinton. Another is the substitution of m for word-final n (which does not occur in Portuguese): Alam, Andersom [...]

¹⁴ [...] Edi. The latter also demonstrates the replacement of y, not part of the current Portuguese alphabet, by the more acceptable i.

Mais uma vez, pode-se relacionar tais dados com a nossa pesquisa. Em nosso *corpus*, nomes como Vilson, Edilson, Claudinei, Jéfferson mostraram-se frequentes, apresentando os mesmos sufixos da terceira categoria de Thonus.

Na quarta categoria, foram encaixados os nomes que apresentaram alguma modificação na ortografia (troca do i por y ou letras duplicadas). Para exemplificar, a autora citou o nome de algumas personagens da televisão brasileira, as quais alteraram a escrita do nome para conseguirem melhores energias.

Em um artigo da Revista Veja ('Sopa de Letras e Números' 1989), há casos de artistas brasileiros que alteraram as grafias de seus nomes para 'atrair boa sorte': Marcella Praddo e Chico Anysio aceitaram conselhos dos numerólogos de que 'duplo é melhor' e 'y é mais forte do que i'. (THONUS, 1992, p. 183).¹⁵

A quinta e última categoria é, para Thonus, uma consequência exagerada da categoria quatro. Os nomes da categoria cinco apresentam os mesmos fenômenos da categoria quatro, mas de maneira exagerada. No *corpus* de Toledo há nomes como Ewerthon, Mayckel, Wellyngthon, entre outros. Em nosso *corpus*, no ano de 1994, foi encontrado um único nome com três prenomes com o mesmo exagero ortográfico: Yohanna Hemilly Katleen. Entretanto, não somente este, aparecem diversos outros estudados no capítulo sexto desta dissertação sobre modificação de grafia.

Para encerrar, a autora faz uma comparação entre os nomes das diversas categorias, apresentando as variações dos mesmos ao longo dos anos, a fim de dar o segundo passo na pesquisa.

Na segunda fase, a autora selecionou alguns nomes e levou às ruas para saber a opinião das pessoas em relação aos mesmos. Para isso, alguns pedestres que passavam pela rua foram questionados a respeito dos nomes que compunham a lista. Em um primeiro momento, a pesquisadora fez um questionário composto pelas seguintes perguntas:

1. Você conhece esse nome ou alguém que o tenha?
2. Qual a idade da pessoa?
3. Você gosta deste nome?

¹⁵ An unsigned article in the weekly *Veja* ("Sopa de Letras e Numeros" 1989) reports that Brazilian entertainment figures change the spellings of their names to "attract good luck": Marcella Praddo and Chico Anysio took numerologists' advice that "double is better" and "y is stronger than i".

4. Você daria esse nome a seu filho? (THONUS, 1992, p. 178).

Em um segundo momento, foram feitas diversas placas com nomes selecionados a partir de categorias 1 (um), 2 (dois), 4 (quatro) e 5 (cinco), sendo a categoria 4 (quatro) como grupo de controle. Cada pessoa foi convidada a ler os cartões em voz alta a fim de testar a pronúncia dos nomes. Após isso, as pessoas tiveram que classificar tais nomes como brasileiros ou estrangeiros.

Os comentários apontados pelos informantes foram bastante interessantes. Um deles afirmou que: "Os nomes estrangeiros são pomposos... Eles são o eco do desejo dos pais por seus filhos serem alguém neste mundo"¹⁶. Esse comentário corrobora com o que diz Megale, ao afirmar que esse fenômeno de *americanismo* explica-se como um desejo de mudança de realidade dos filhos, sendo um "desejo de mudança do *status quo*. Nessa direção, denota-se o desejo de que os filhos tenham chances diferentes na vida, se comparadas com as de seus pais, oriundos, na maioria das vezes, de classes desprivilegiadas" (MEGALE, 2012, p. 17).

Outro entrevistado afirmou que: "os pais tentam imitar grafias estrangeiras, mas acabam por pronunciá-lo do mesmo de qualquer maneira".¹⁷ (THONUS, 1992, p. 185).

Desse modo, o trabalho aqui apresentado mostra-se bastante interessante pelo fato de ter associado a pesquisa documental à impressão da sociedade em relação aos nomes. Difere da pesquisa feita nesta dissertação, uma vez que se preocupou com um fenômeno específico, o da grafia modificada, aprofundando-o em todos os aspectos que o mesmo proporciona para fins de estudo. Além disso, as contribuições feitas pelos entrevistados na última etapa da pesquisa denunciam a opinião pública sobre essa forma de nomeação, condizendo com as opiniões informais que se ouve em diversas situações.

Esta liberdade na escolha do nome (dentro dos limites permitidos pela lei) revela a sociedade em que vivemos. É perceptível o desejo de liberdade dos indivíduos, manifestado em diversos setores, inclusive, no momento de nomeação de um filho. A cultura americana, já bastante difundida no sul da América por conta

¹⁶ Another (M39) said, "Foreign names are pompous.... They are the echo of the parents' desire for their kids to be someone in this world, to stand out in society."

¹⁷ They try to imitate foreign spellings, but end up pronouncing it the same anyway!

da mídia e das relações comerciais, permite um número expressivo de nomes disponíveis para o nomeador, nomes, por sua vez, cada vez mais criativos.

Assim, como afirma Thonus, “não devemos, portanto, ser surpreendidos ao ver senhores brasileiros que atendem pelos nomes de Rambo, Elvis, MacGyver ou Graham Bell da Silva” (1992, p. 187).

Desse modo, é perceptível como o sistema de nomeação mostra-se diversificado nos diversos pontos do mundo e é incrível como a cultura afeta diretamente no ato de nomear. Bramwell (2011), em seu artigo *Tradição de nomeação transplantada: mudança e continuidade no Paquistão, na comunidade muçulmana em Glasgow*, mostra como a comunidade muçulmana que se formou em Glasgow, maior cidade da Escócia, nomeia seus filhos, apontando as similaridades e diferenças com a comunidade muçulmana do Paquistão. Assim como a pesquisa de Thonus (1992), esta é uma pesquisa que utiliza os métodos da sócio-onomástica, uma vez que são realizadas entrevistas para a análise dos nomes da comunidade.

A autora, ao fazer essa comparação e afirmar que a cultura afeta diretamente a nomeação, questiona-se:

Se as práticas de nomeação são dependentes da sociedade e da cultura em que ocorrem, uma pergunta intrigante que surge é: o que acontece com estas práticas de nomeação quando são transplantadas para uma outra sociedade com suas próprias tradições de nomenclatura? São as práticas de nomeação distintas perdidas como seus usuários assimilam em outra cultura? Eles continuam intactos? (BRAMWELL, 2011, p. 29).¹⁸

No artigo, a autora analisou as práticas de nomeação dos muçulmanos paquistaneses, principalmente, no aspecto como davam-se os nomes e os apelidos e as formas de fazer referência às pessoas na comunidade, verificando se isso alterou-se após a migração.

Em relação às tradições, Bramwell afirma que elas foram reconhecidas, nos últimos anos, dentro dos estudos onomásticos e como afirma Lieberman (1984, p. 77, *apud* BRAMWELL, 2011, p. 30) "o processo de nomeação é dependente da

¹⁸ If naming practices are dependent on the society and culture in which they occur an intriguing question arises: what happens to these naming practices when they are transplanted into another society with its own naming traditions? Are the distinct naming practices lost as their users assimilate into another culture? Do they continue intact? Or do they evolve in conjunction with the new situation?

sociedade"¹⁹, uma vez que o ato de nomeação ocorre dentro de um envolvimento sociocultural. Dessa forma, para a autora, o contexto social está intimamente ligado à escolha do nome. Além disso, afirma que, por causa dessa relação, muitos estudos antropológicos e sociolinguísticos têm sido realizados para verificar tais práticas de nomeação.

Em relação à comunidade analisada, a autora afirma que os imigrantes muçulmanos paquistaneses, em sua maioria, são originários de uma mesma região do país, Punjab, e migraram para Glasgow em busca de melhores empregos. Essas correntes migratórias foram tantas que se formou um grupo denso dentro de Glasgow. De acordo com o Censo 2001, o conceito de imigrante perdeu-se:

A ideia deste ser um imigrante já não é totalmente correta, no entanto, com os dados do Censo 2001, cerca de 47 % dos paquistaneses escoceses nasceram na Escócia e 11% na Inglaterra. Cerca de 37% das pessoas que relataram ser paquistanesas realmente nasceram no Paquistão (BRAMWELL, 2011, p. 30-31).²⁰

Na comunidade, fala-se Inglês, Punjabi e Urdu e muitos têm conhecimento da língua árabe. O árabe, segundo a autora, é falado apenas para os fins da religião, uma vez que os muçulmanos acreditam que o Alcorão deve ser lido em sua língua original. O uso de Punjabi e Urdu está restrito ao domínio inicial e da própria comunidade dentro Glasgow, embora o Urdu seja visto como o mais prestigiado, já que é a língua nacional do Paquistão.

Bramwell acrescenta que todos os informantes entrevistados no estudo identificaram-se como pertencentes à comunidade muçulmana paquistanesa em Glasgow. Porém, ressalta que muitos afirmaram sentir-se tanto paquistaneses quanto com identidade escocesa.

Em relação aos resultados, a autora destacou:

- I. Nomes habituais;
- II. Apelidos;
- III. Nomes de família, aqueles que fazem referência ao grupo familiar que o indivíduo pertence. (BRAMWELL, 2011, p. 32).

¹⁹ The naming process is not independent of the society

²⁰ The idea of this being an immigrant community is no longer entirely accurate however, as 2001 Census statistics state that around 47% of Scottish Pakistanis were born in Scotland, with a further 11% born in England. Around 37% of people reporting themselves as being 'Pakistani' in the 2001 Census in Scotland were actually born in Pakistan.

No primeiro grupo da pesquisa, enquadraram-se os nomes oficiais dos indivíduos, estando envolvidos os sobrenomes de nascimento, os sobrenomes referentes ao grupo cultural e os sobrenomes de casamento. Bramwell, em relação à utilização dos sobrenomes, traz uma pesquisa feita por Alford (1988, *apud* BRAMWELL, 2011, p. 33) em que o autor analisou o sistema de nomeação de sessenta comunidades. Como resultado, o autor constatou que os sobrenomes foram utilizados por apenas um terço delas.

No que concerne à forma de nomear das comunidades rurais paquistanesas de Punjab, Bramwell afirma que um único nome era suficiente para identificar um indivíduo dentro da aldeia. Por volta da década de 1950, quando os paquistaneses migraram para Galsgow, muitos não possuíam sobrenomes, mas foram obrigados a registrar-se na Inglaterra com algum sobrenome.

Essa prática deixa claro que, apesar dos imigrantes esforçarem-se para manter sua cultura nas novas terras, certos costumes precisam abandonados para que esses estrangeiros possam adequar-se à cultura e às normas do país de acolhida. No caso dos imigrantes paquistaneses, a forma de nomeação foi alterada para que pudessem manter uma boa convivência e serem introduzidos na cultura a qual se inseriram.

Desse modo, o sobrenome escolhido por eles foi decisivo para a nova vida na Escócia, além de que o mesmo é que foi transmitido aos descendentes. Entretanto, como afirma a autora, muitos desses sobrenomes muçulmanos utilizados hoje foram empregados inicialmente como prenomes e passados, posteriormente, aos filhos. Como exemplo, ela cita o nome Asim Ali, sendo que o filho do mesmo passou a ser chamado de Muhamnzad Asim (BRAMWELL, 2011, p. 33). Esse fato explica a quantidade de sobrenomes diferentes dentro de um mesmo grupo familiar.

Porém, ressalta a autora, este comportamento tem se tornado cada vez mais raro, uma vez que o sistema de nomeação britânico tem dominado a forma de nomear desses imigrantes, sendo o sobrenome passado de geração a geração. Alguns informantes, principalmente os mais velhos, disseram que, muitas vezes, sentem-se obrigados a seguir as normas do novo país, mesmo que não concordem com elas.

Outros sobrenomes fazem referência a um determinado grupo, os chamados sobrenomes culturais. Em uma determinada época, as pessoas eram referenciadas

a partir daquilo que faziam – suas profissões. Desse modo, para algumas pessoas, o sobrenome passou a indicar o seu ofício, por exemplo, *Nai*, que eram barbeiros ou *Rajput*, que eram proprietários de terra (BRAMWELL, 2011, p. 35).

Outra maneira de aquisição de um sobrenome era a relacionada ao casamento. De acordo com a crença islâmica, a mulher não pode receber o sobrenome do marido, ambos podem ter uma identidade independente. No entanto, a prática cultural em geral determina que uma mulher torne-se conhecida pelo nome de seu marido. Como os sobrenomes não têm sido amplamente utilizados nas áreas rurais do Paquistão, até recentemente, uma mulher não mudaria seu sobrenome hereditário para adquirir o sobrenome de seu esposo. Ao contrário, ela seria conhecida na comunidade pelo seu primeiro nome mais o nome do marido:

Por exemplo, se seu nome era Fátima e ela era casada com um homem com o primeiro nome [...] Iqbal, então ela pode ser conhecida como Fátima Iqbal. Ela também pode ser conhecida como Sra. Iqbal. [...] Esta prática foi adotada gerações mais velhas da comunidade de Glasgow (BRAMWELL, 2011, p. 36).²¹

Essa prática é muito diferente daquela adotada na cultura ocidental, em que, na grande maioria, as mulheres recebem o sobrenome do marido ao casarem-se. Como pôde ser observado no *corpus* de Toledo, a grande maioria das mulheres (mães dos nossos registrados) possuía apenas o sobrenome do esposo, perdendo, inclusive, o seu sobrenome de casa. Atualmente, tal prática não é mais permitida. No momento do casamento, a mulher pode escolher entre acrescentar o sobrenome do companheiro ou manter o seu nome de solteira, mas não pode mais retirar nenhum nome (BRASIL, 2013).

O Novo Código Civil (Lei n. 10.406, de 10/01/02), no Capítulo que trata da eficácia do casamento, dispôs acerca da *possibilidade* de um cônjuge adotar o sobrenome do outro, sendo que “qualquer dos nubentes, querendo, poderá acrescentar ao seu o sobrenome do outro” (BRASIL, 2013).

Na tradição do direito brasileiro, a mulher, ao casar-se, era obrigada a acrescentar ao seu nome os apelidos de família do marido. A

²¹ For example, if her name was *Fatima* and she was married to a man with the first or familiar name *Iqbal*, then she might be known as *Fatima Iqbal*. She might also be known as *Mrs Iqbal* (or a similar term to *Mrs*, such as *Begum*). This practice has carried on amongst the older generations of the Glasgow community

exigência, posteriormente amenizada com a permissão de manter o nome de solteira, foi abandonada no CC/02, autorizando qualquer dos cônjuges a adotar o sobrenome do outro (ar. 1.565, § 1º), sem reciprocidade. A manutenção, por ambos, do nome anterior ao casamento está implícita, pois subordina a decisão ao que cada um adotar, individualmente, a respeito (CENEVIVA, 2008, p. 179).

Essa diferença, bastante marcada na questão da adoção ou não de um sobrenome no ato do matrimônio, entre a cultura brasileira e paquistanesa, não é tão acentuada quando o assunto é a motivação da escolha do nome de uma criança. Dentro da comunidade muçulmana do Paquistão, em Glasgow, o significado do nome é um dos fatores mais importantes para os pais.

Os informantes da pesquisa de Bramwell (2011) deixaram claro que um dos direitos que uma criança muçulmana tem é de receber um bom nome, sendo que esse critério de “bom” quase sempre está ligado à religião. Com isso, os pais acreditam que o filho assumirá as características e os atributos que o nome simboliza:

[...] por exemplo, para um homem chamado Asinz (do árabe 'protetor') espera-se que assuma funções de proteção. Ele é visto como um impacto sobre a sua personalidade sendo descrito por um informante como 'um rótulo definidor de vida'. Isso significa que os muçulmanos têm muito consciência linguística, cultural ou raízes religiosas de seus nomes e seu significado (BRAMWELL, 2011, p. 38).²²

Outro critério bastante relevante para os muçulmanos está relacionado a questões religiosas. De acordo com a autora, os pais podem escolher entre os nove nomes de Allah ou noventa e nove nomes do profeta Mohammed. Contudo, tais nomes devem vir acompanhados de outro, servindo como caracterizadores: “Exemplos disso seriam Abdullah, ‘servo de Deus’ e Ahdul Rahman (ou Rehnzan) significado que significa ‘servo do misericordioso’, onde ‘o misericordioso’ é visto

²² for example a man named Asinz (from Arabic and meaning 'protector') might be expected to take on protective roles. It is seen to impact upon their personality - being described by one informant as "a life-defining label". This means that Muslim people are very aware of the linguistic, cultural or religious roots of their names and their significance.

como um atributo[...]” (BRAMWELL, 2011, p. 39)²³. Caso não apareçam as duas peças lexicais, pode-se interpretar como algo ofensivo a Allah.

A autora faz outras considerações a respeito do sistema antroponímico muçulmano e o que se nota, claramente, é que a forma de nomear nesta cultura apresenta características bem distintas da nossa. Conforme afirma Seide (2013, p. 2), assim como os topônimos, os antropônimos:

[...] são fruto de uma escolha por parte do designador, escolha feita de acordo com seus valores e sua visão de mundo, os quais são histórica e socialmente determinados. Além disso, cada língua apresenta recursos linguísticos distintos disponíveis para nomeação [...].

Muito mais do que com a “beleza do som”, os muçulmanos preocupam-se com o significado do nome e de que maneira o mesmo vai afetar a vida do nomeado. Para conseguirem adaptar-se à nova cultura, alguns critérios tiveram que ser modificados, mesmo que pouco radical, como a aquisição do sobrenome.

Outro trabalho que aborda as questões de cultura e identidade implantadas nos nomes próprios é o de Ivo Ngade (2011), *Nomes Bakassi, nomeando cultura e identidade*. O autor pesquisou a forma como ocorre e ocorria antigamente a nomeação em Bakassi²⁴ e quais as principais influências e preocupações desse ato na comunidade. A pesquisa é relevante, uma vez que a região foi disputada por Nigéria e Camarões durante um período, sendo que este ganhou a posse do local, em 2006 (WIKIPÉDIA, 2013). Esse conflito pode ser percebido, também, no ato de nomear, já que, de acordo com Ngade “os nomes fazem parte dos valores culturais herdados sob ameaça em Bakassi” (NGADE, 2011, p. 111).²⁵

Essa situação conflituosa fez com que o ato de nomear as pessoas fosse visto como uma tentativa de resgatar a cultura local. Desse modo, o ato de nomeação tornou-se uma resistência contra os valores herdados de outras culturas.

Para Woodward (1997, p.1 *apud* Ngade, 2011, p. 111), a mudança pode significar uma crise de identidade. Além disso, afirma que a identidade concede um

²³ Exemplos disso seriam “Abdullah, ‘servo de Deus’ e Ahdul Rahman (ou Rehnzan) significado que significa ‘servo do misericordioso’, onde ‘o misericordioso’ é visto como um atributo [...]”.

²⁴ Bakassi é uma península da República dos Camarões, situada na costa atlântica da África. Foi administrada pela Nigéria até o Tribunal Internacional de Justiça ter sentenciado em 2002 que o território é de soberania camaronesa, obrigando a sua cedência a Camarões. Esta cedência ocorreu em 14 de agosto de 2008.

²⁵ Names form part of the culturally inherited values under threat in Bakassi.

lugar no mundo e liga-nos com a sociedade em que vivemos. Desse modo, Ngade (2011, p. 112) afirma que, ao nomearem seus filhos, os habitantes de Bakassi estão estabelecendo relações entre as famílias, os clãs e retomando valores ancestrais.

Apesar de não existir muita bibliografia sobre a cultura e a história desse grupo, o autor afirma que há alguns estudos interessantes sobre a linguagem. Isso é explicado pela questão cultural dos colonizadores:

[...] parece que houve uma falta de investigação etnográfica na cultura Bakassi. A principal razão é que, em Camarões, a cultura Bakassi ainda é uma tradição sagrada. De acordo com a história, é um risco (mortal) tentar sondar este tipo de tradição. Os Bakassi são conhecidos por sua veneração dos valores culturais e espirituais conferidos em áreas protegidas (NGADE, 2011, p. 11-112).²⁶

O autor assinala ainda que Bakassi possui uma série de aldeias e clãs, cujos nomes derivam de um ancestral comum, Ngoe e sua esposa Sumediang. Citando, entre outras, a pesquisa de Willoughby (2007) e Herdinger (2008), Ngade revela que o casal estabeleceu-se em Bakassi cerca de 100.000 anos atrás:

De acordo com Herdinger (2008), além das tentativas de rastrear o par ancestral como o fundador do país, parece não haver mais nenhuma lembrança da história. Quais são, então, as circunstâncias que trouxe os nomes Ngoe e Sumediang como nomes ancestrais? Além disso, são estes nomes o resultado de algumas circunstâncias históricas no momento ou vamos apenas supor que os nomes surgiram a partir de um composto de metáforas derivadas da Bakassi mítico e naturais meio ambiente? (NGADE, 2011, p. 112).²⁷

Na sequência, o autor descreve o significado dos nomes dos progenitores na língua Akosse e levanta a hipótese de tais nomes terem influências literárias, uma vez que o significado de Ngoe é leão e, para vencer este animal, é preciso ser herói valente:

²⁶ Generally, it appears there has been a dearth of ethnographic investigation into Bakassi culture. A major reason is that in Cameroon Bakassi culture is still deep in sacred traditions. According to oral history it is a (deadly) risk to try to probe into these sacred traditions. The Bakassi are noted for their veneration of cultural and spiritual values conferred on protected areas.

²⁷ According to Herdinger (2008), apart from the attempts to trace the ancestral couple as the founding parents, there appear to be no further recollections in history. What then are the circumstances that brought about the names Ngoe and Sumediang as ancestral names? Further, are these names the result of some historical circumstances at the time or do we just assume that the names emerged from a compound of metaphors derived from the Bakassi mythical and natural environment?

[...] a caça e a coleta foram atividades de risco, com a existência de vários animais selvagens. Uma vez que o Leão vence todos os outros animais na força, portanto, Ngoe auto elogiou-se como sendo um leão. [...] A tradição afirma que as emoções irresistíveis de Ngoe para descobrir uma mulher solitária (Sumediang) bem como êxtase da mulher em encontrar um homem (Ngoe) [...] (NGADE, 2011, p. 112).²⁸

Outras análises são feitas a fim de tentar explicar, por meio da história oral (literatura) o significado e o porquê de tais nomes:

Os pontos importantes sobre os nomes dos ancestrais são: primeiro, o espírito de unidade que geram entre os descendentes de Ngoe. Ivo Ngwese (2009) menciona que o Bakassi se chama de ban'ngoe que significa filhos de Ngoe (Muan'ngoe singular: filho de Ngoe). Ele conclui que é um termo que une esses descendentes que falam as línguas Muanenguba. Isto confirma a afirmação de Woodward (1997) de que a identidade (como temos os nomes fundadores Bakassi) dá às pessoas um lugar do mundo e apresenta uma ligação entre eles e a sociedade (NGADE, 2011, p. 113).²⁹

Um dado bastante interessante e que remete aos nomes tradicionais da cultura ocidental (e também ao *corpus* desta dissertação) é que ambos os nomes, Ngoe e Sumediang, são muito presentes na onomástica local e têm significados na língua Bakassi. Além disso, o fato de esses nomes ainda estarem presentes nas novas gerações indica que a cultura Bakassi está viva.

Além disso, diversos nomes de lugares fazem referência aos “sete filhos” desse casal fundador da comunidade Bakassi. “Os nomes dos filhos de Ngoe formam um fascinante topônimo”, que se relaciona com ‘onde é Bakassi’” (NGADE, 2011, p. 13).³⁰ Tais topônimos, os quais representam os filhos do fundador, terminam com o sufixo “Ngoe”, o que marca ainda mais sua identidade cultural.

²⁸ [...] hunting and gathering was a risky activity with the existence of several wild animals. Since the lion conquers all other animals in strength, therefore, Ngoe eulogized himself (self-praise) as being a lion. [...] tradition asserts that Ngoe's overpowering emotions to discover a lonely woman (Sumediang) as well as the woman's ecstasy in finding a man (Ngoe).

²⁹ The important points about the ancestral names are: first, the spirit of unity that they generate amongst the descendants of Ngoe. Ivo Ngwese (2009) mentions that the Bakassi call themselves ban'ngoe which means children of Ngoe (singular Muan'ngoe: child of Ngoe). He concludes that it is a term that unites these descendants who speak the Muanenguba languages. This confirms Woodward's (1997) assertion that identity (as we have in the Bakassi founding names) 'gives people a location in the world and resents a link between them and the society'.

³⁰ Equally, the names of Ngoe's children form a fascinating 'toponym' which relates to 'where Bakassi is'.

Na cultura Bakassi, como revela o autor, a decisão de nomeação é feita pela família. Nesse ato, os pais marcam a identidade do novo ser, uma vez que os nomes nessa cultura revelam, também, o gênero (masculino ou feminino), além de qualidades morais. Assim como na cultura brasileira, os Bakassi também homenageiam seus antecedentes pelo nome. De modo distinto, porém, cabe ao homem escolher o nome do primeiro filho e à mulher o nome do segundo, sendo que ambos têm preferência pelo nome de um pai, mãe, avô ou avó.

Contudo, em alguns casos, não são os pais os principais responsáveis pelo nome dos filhos. O autor explica que “[...] se uma parteira está presente durante o parto é uma circunstância que pode influenciar na escolha do nome [...]”³¹ (NGADE, 2011, p. 114-115). Sendo assim, os Bakassi acreditam que é uma forma de compensar a parteira, por ter ajudado a mulher no parto, dar o seu nome para a criança. Além disso, é difícil uma criança receber um nome sem que os pais expliquem à comunidade o motivo pelo qual o escolheram.

Essa relação social que o nome proporciona pode ser percebida, também, através do seu significado. Os nomes Bakassi revelam a ética, a moral e os costumes de seus portadores.

O conceito de nomes repetidos também foi abordado no trabalho de Ngade (2011). Ele afirma que, na cultura Bakassi, a pessoa que recebe o mesmo nome que outra é chamada de *mbumbe* (ou xará para os brasileiros). Entretanto, nessa cultura, é comum escolher um nome que pertença a outro membro da família: “Na sociedade tradicional Bakassi, o *mbumbe* necessariamente tem que (mas nem sempre) ser um membro da mesma família [...]”³² (NGADE, 2011, p. 118).

A religião, acrescenta, tem influenciado os Bakassi nos últimos tempos, uma consequência da evangelização feita por missionários. Com isso, os nomes também sofreram influência, transformando a prática de nomear da cultura Bakassi.

Essa transformação na maneira de nomear parece estar cada vez mais aproximando as culturas, pois o que acontece nesta península africana é praticamente o mesmo fenômeno que se observa em outras línguas e culturas:

³¹ [...] if a midwife is present during childbirth in Bakassi this is a circumstance that can influence the name and naming practice.

³² In traditional Bakossi society, the *mbumbe* necessarily has to (but not always) be a member of the same family [...].

Hoje em dia, a prática de nomenclatura entre as elites modernas Bakassi desencadeia normas diferentes dos costumes tradicionais. Estes pais consultam dicionários de bebês on-line para escolher nomes para seus filhos [...]. Eles estão interessados em nomes que têm certo apelo sensual ou nomes honrados por meras paixões de popularidade e fama, por exemplo: Whitney de Whitney Houston; Kelly de Kelly Clarkson; Angelina de Angelina Jolie, Vanessa de Vanessa Paradis, Tracy de Tracey Chapman, Michael de Michael Jackson (NGADE, 2011, p. 118-119).³³

Com isso, conforme retrata Ngade, as pessoas acabam se afastando das práticas ancestrais de nomeação quando escolhem estes nomes não Bakassi, o que causa uma perda no valor identitário que os nomes possuíam nas gerações anteriores.

Outro trabalho que utilizou entrevistas foi o de Aldrin (2008). A pesquisadora entrevistou 126 famílias híbridas na Suécia, a fim de descobrir como os pais escolhiam os nomes para os filhos, posto de um era sueco e o outro, estrangeiro. Como resultado concluiu que ao escolherem um nome tipicamente sueco, um nome que é típico de outra cultura ou um que é comum em ambas – do pai e da mãe –, os pais podem estabelecer uma base de como a criança vai perceber a si próprio: como um verdadeiro sueco ou como um estrangeiro. Na Suécia, de acordo com Aldrin (2008), assim como em outros trabalhos apresentados nesta seção, o nome também sinaliza a pertença da criança a determinado grupo étnico.

Neste e nos demais trabalhos apresentados nesta seção, percebe-se que a modernidade tem modificado cada vez mais as culturas, provocando questionamentos sobre a identidade e a cultura onomástica. No *corpus* de Toledo, verificou-se que a prática de nomeação também vem se alterando ao longo dos anos, motivada por diversos fatores. Foi possível constatar que os nomes revelam de maneira muito clara a cultura e as tradições de um povo e deixam ainda mais visíveis as transformações sociais e culturais sofridas.

³³ Nowadays, the naming practice amongst the Bakossi modern elites triggers norms different from traditionally-inherited customs. These parents consult online baby dictionaries to choose baby names [...]. They are interested in names that give sensual appeal or names honoured through mere passions of popularity and stardom, for example: Whitney from Whitney Houston; Kelly from Kelly Clarkson; Angelina from Angelina Jolie; Vanessa from Vanessa Paradis; Tracy from Tracey Chapman; Michael from Michael Jackson.

1.2 O signo linguístico: a opção pelo estruturalismo

No *Curso de Linguística Geral*, a respeito dos nomes próprios, Saussure criticou a teoria referencialista do significado, a qual afirma que uma palavra faz referência àquilo que ela designa diretamente, como se as palavras tivessem ligações diretas com os objetos. Contrário a essa teoria, Saussure defendeu que essa nomeação é arbitrária, não possuindo nenhuma relação entre nome e objeto. Essa explicação faz parte do conceito de signo defendido por ele. Desse modo, um signo seria a união de uma imagem acústica e uma representação conceitual, diferenciando-se dos demais signos justamente por não ser outro.

Apesar de muitas escolas posteriores ao estruturalismo criticarem a teoria postulada pelo genebrino, muitos estudiosos defenderam o seu pensamento. Um desses é Lepschy (1975), pesquisador italiano que discutiu a dicotomia saussuriana:

Não se trata mais de afirmar a validade de uma descrição simplesmente sincrônica; o que se discute é a possibilidade de uma linguística diacrônica científica [...] Podemos ter [...] uma diacronia estrutural que possa retirar da comparação das descrições (sincrônicas) de estados linguísticos diferentes, sucessivos no tempo, a história do sistema linguístico. Confirmando a fecundidade desta [...] posição temos um filão da pesquisa moderna representado, de maneira eminente, por A. Martinet (LEPSCHY, 1975, p. 29-30).

Diferentemente de Lepschy, o qual manteve o que realmente postulou Saussure, muitos outros interpretaram diferentemente suas ideias, conforme mostra a denúncia de Calvet (1967) no posfácio da edição crítica do *Curso de Linguística Geral*, feita por Tulio de Mauro:

A ciência linguística foi criada a partir de um trabalho sobre um esqueleto, a língua, que deixou vaga a cadeira da fala, e, por consequência o concreto das situações de comunicação. Adicionando-se a este ponto de vista redutor as outras dicotomias saussurianas, particularmente diacronia/sincronia e paradigma/sintagma, chegamos à essência do estruturalismo (CALVET, 1967, p. 509, tradução nossa)³⁴

³⁴ [...] on a créé la Science linguistique en travaillant sur un squelette, la langue, en évacuant la chair de la parole ainsi que le concret des situations de communication. Si l'on ajoute à ce point de vue réduire quelques autres dichotomies saussuriennes, en particulier synchronie/diachronie et paradigm/syntaxe, nous avons l'essence du structuralisme.

Um linguista que interpretou/interpreta o estruturalismo como descreve Calvet é Possenti (2001). Contudo, essas interpretações redutoras da teoria de Saussure não são as únicas possíveis, posto que outros autores, assim como Lepschy e Fiorin (2003) reconhecem a grandeza da obra do pai da linguística. Seide (2006) mostra duas visões existentes sobre o estruturalismo, a primeira é adotada por Fiorin (2003) e a segunda, por Possenti (2001):

Observamos dois posicionamentos distintos: de um lado, os que insistem na importância dos estudos saussurianos e reconhecem a amplitude de suas propostas; de outro, os que se dedicam a mostrar que muitas inovações na área ou superam ou são independentes de seus postulados, por eles serem vistos como ultrapassados (SEIDE, 2006, p. 1).

Segundo Ilari (2004, p. 57), ao pensar o signo linguístico como sendo a soma de um significante e um significado, não importa a aplicação de signo aos objetos do mundo, mas sim a maneira como a língua contrasta um signo com todos os demais, ou seja, um signo só existe em oposição a outro. Isto é, para Saussure, o conceito de valor linguístico, em que a relação entre significante e significado deve ser considerada com base no sistema linguístico em que o signo realiza-se. A linguística, então, é considerada inerente no sentido em que minimiza a relação língua / mundo.

Sabe-se, contudo, que Saussure, no *Curso de Linguística Geral* (2000), assim como já atestava Lopez Franco (2010), considera o nome próprio como “isolado e não analisável no sistema de signos” (LOPEZ FRANCO, 2010, p. 30, tradução nossa). Porém, Henriques (2011) revela que, no manuscrito “Notes Item”, Saussure fez menção aos nomes próprios:

No manuscrito saussureano “Notes Item”, podemos concluir que, em primeiro lugar, o nome próprio não foi excluído da teorização saussuriana, pelo contrário, há considerações importantes de Saussure nos manuscritos que elucidam a questão da relação entre os nomes e os objetos do mundo (HENRIQUES, 2011, p. 9).

Diversas interpretações do que Saussure postulou no *Curso de Linguística Geral* fazem crer que o nome próprio estava excluído da sua teoria. Contudo, outro trecho do manuscrito revela que os nomes também são dotados de significante e

significado e apresentam, ainda, um terceiro elemento:

Quando está em questão alguma parte da língua sobrevém a *palavra* e o *sentido* (ou o signo e o sentido) como se isso resumisse tudo mas, além disso, exemplos de palavras como *árvore*, *pedra*, *vaca*, como Adão que dá [...] ou seja, o que há de mais grosseiro na semiologia: o caso em que ela é (pelo caso dos objetos que se escolhe para serem designados), uma simples onímica, ou seja, pois essa é a particularidade da onímica no conjunto da semiologia, o caso em que há um *terceiro* elemento incontestável na associação psicológica do sema, a consciência de que ele se aplica a um ser bastante definido em si mesmo para *escapar* à lei geral do signo (HENRIQUES, 2011, p. 5).

No mesmo manuscrito, Saussure fez referência aos nomes próprios de lugar, considerando que os mesmos eram uma exceção à regra:

Embora queiramos abordar o menos possível o lado ideológico do signo, é bem evidente que se as ideias de toda espécie oferecem uma fixidez [...] Fixidez obtida somente pelos nomes geográficos. A ideia invariável e influuável poderia ser considerada como coisa quimérica, os semas geográficos e os nomes próprios fazem exceção [...] (HENRIQUES, 2011, p. 7-8).

Isto demonstra que, diferentemente dos nomes comuns que têm uma ideia instável de significação, os nomes próprios têm uma relação fixa, invariável, não sujeita a alternâncias entre o signo e a ideia suscitada por ele. Isto porque o signo, nestes casos, faz referência a um ser exterior a ele.

Tais interpretações dos manuscritos saussurianos demonstram, portanto, que Saussure não descartou de sua teoria os nomes próprios, fazendo-os parte da teoria linguística pensada por ele. Desse modo, possuindo os antropônimos as mesmas características que os outros signos linguísticos, pode-se afirmar que eles estão incluídos no sistema linguístico da língua..

Feitas algumas considerações sobre a corrente estruturalista e as propostas de Saussure sobre os nomes próprios, torna-se necessário justificar o porquê de o nome próprio ser considerado um signo. Assim, na seção seguinte, será demonstrado que o signo antroponímico pode ser estudado a partir dos pressupostos estruturalistas.

1.3 O nome próprio: um signo linguístico

Na Língua Portuguesa, há dez classes morfológicas de palavras, entre elas os substantivos. Nesta classe, situam-se as palavras que dão nomes às coisas, aos sentimentos, lugares, etc. Por sua vez, os substantivos são categorizados como comuns, próprios, concretos, abstratos, primitivos ou derivados. Dentro do grupo dos substantivos próprios, encontram-se os nomes de pessoas, nosso objeto de estudo.

Hess (1995, p. 6) informa que os antropônimos têm suas origens nos nomes comuns e que, por conta do seu emprego de maneira especializada a um determinado sujeito, adquiriram características individuais, tornando-se nomes próprios. Ao analisar os antropônimos da população escrava, afirma que, da mesma forma como os outros símbolos linguísticos, não existem de maneira isolada, os nomes próprios devem ser considerados como elementos deste sistema. Nesta dissertação, assim como Lopez Franco (2010) e Hess (1995), concebe-se o nome próprio como totalmente integrado à língua.

Guérios (1981), na tentativa de diferenciar os nomes próprios dos comuns afirma que essa distinção é “aos olhos do linguista, artificial, porque, na sua origem, remota ou não, os antropônimos, etc., eram nomes comuns” (1981, p. 14).

Desse modo, comparando-se os nomes comuns aos nomes próprios, percebe-se que ambos possuem as mesmas características. Do ponto de vista sintático, tanto o nome comum como o próprio cumprem, ou podem cumprir, a função de núcleo de sintagma nominal. Além disso, no que tange à morfologia, ambos são capazes de gerar outros nomes, possuindo, então, um radical significativo e sufixos, conforme os exemplos (no caso dos nomes próprios chamamos de apelidos):

- I. Ana -> Aninha
- II. Maria -> Mariazinha
- III. André -> Andrezão
- IV. Casa -> casinha -> casarão

Com relação aos nomes duplos, aqueles formados por mais de uma peça lexical³⁵, o mesmo fenômeno pode ser visto, isso porque eles, assim como os nomes

³⁵ O termo “peça lexical” foi utilizado por Lopez Franco (2010), e refere-se aos nomes formados por um único prenome.

compostos simples, também são formados por processos de composição e justaposição, podendo ser analisados como qualquer outro elemento linguístico:

- I. Guarda + Roupa -> Guarda-roupa (composição por justaposição)
- II. Ana +Maria-> Ana Maria (composição por justaposição)
- III. Plano + alto -> Planalto (composição por aglutinação)
- IV. Maria + Ana -> Mariana (composição por aglutinação)
- V. José + Maria -> Josemar (composição por aglutinação)

Ademais, tanto o nome comum quanto o prenome apresentam relações de gênero: há nomes masculinos (I), femininos (II) e nomes comuns aos dois gêneros (III), diferenciando-se apenas pelo artigo anteposto. Além disso, há alguns prenomes que se diferenciam em gênero apenas pela vogal temática (IV):

- I. Taiana, Jéssica, Vanessa, porta, cadeira, lousa (femininos)
- II. Lucas, Tiago, José, apartamento, fogão (masculinos)
- III. Jaci, Loreni, Valdeci, estudante, dentista (nomes comuns aos dois gêneros)
- IV. Márcia, Márcio, Fabiana, Fabiano, médico, médica, aluno, aluna (diferenciam-se em gênero apenas pela vogal temática)

Além dessas semelhanças, tanto o nome próprio quanto o comum podem servir como núcleo de um sintagma nominal. Nas frases abaixo, em (I) o substantivo apresenta função de núcleo do sujeito, e em (II) tem a função de núcleo de predicado:

- I. Luana / A Luana viajou para Cascavel.
- II. A professora elogiou Luana.

Porém, diferentemente do nome comum, apenas o artigo definido pode determinar o nome próprio, sem que este seja modificado de classe gramatical, e perca a função de próprio. No exemplo abaixo, percebe-se essa relação, em que o nome próprio passa a ser comum, visto que passa a ser membro de um grupo:

- I. Aquela / Uma Luana viajou para Cascavel.

Neste caso, Luana deixa de ser única, uma vez que se pressupõe que há várias pessoas com o mesmo nome e que Luana é apenas uma, a qual o falante faz referência. Este fato de selecionar um elemento dentro de um grupo é o que caracteriza um substantivo comum em relação a um substantivo próprio. Isto significa que, quando um artigo indefinido é posto como determinante de um nome

próprio, ele torna-se um nome comum. O processo é o mesmo quando um pronome possessivo ou demonstrativo é usado como determinante.

O nome pode também relacionar-se com o adjetivo, mantendo relações sintagmáticas. Isto é natural quando se trata de nomes comuns (I, II), todavia, no caso dos nomes próprios, é preciso que o adjetivo transforme-se em substantivo, tendo função de aposto (IV). Tais relações originaram alguns sobrenomes (v), conforme ilustram as frases abaixo:

- I. O rapaz branco enfrentou o negro.
- II. O branco rapaz enfrentou o negro.
- III. Lucas branco enfrentou o negro.
- IV. Lucas, o branco, enfrentou o negro.
- V. Lucas Branco enfrentou o negro.

Outra noção importante que diferencia nome comum de nome próprio é que este não pode receber afixos, tampouco ser pluralizado sem que se torne um nome comum. Na construção “Eu não conheço muitas Luanas”, considera-se que não são conhecidas muitas pessoas com esse nome, sem ser feita uma referência a uma única pessoa, mas sim a um conjunto de seres, característica típica dos nomes comuns. Sobre esta distinção dos nomes próprios, Coseriu afirmou:

O importante não é que João ou Roma sejam nome de vários objetos, [...] eles podem ser “materialmente idênticos”, mas “pertencem a momentos linguísticos distintos”. Em outros termos, o traço formal que distingue a categoria como categoria verbal da gramática [...] é um traço negativo: o nome próprio não pode receber indeterminadores sem deixar de ser nome próprio, ou seja, sem tornar-se **outra palavra** [...] este traço não **define** a categoria, mas apenas a **descreve** e a **caracteriza** (COSERIU, 1987, p. 206, grifos do autor).

Não contrariando os postulados de Saussure, mas considerando insuficiente a dicotomia língua/fala desenvolvida por ele, Coseriu propôs a noção de norma como um nível de abstração intermediário, a qual abarcasse o caráter social da utilização da linguagem. Assim, não se pôs revolucionário às propostas de Saussure, mas sim como um continuador:

Parece-nos que existe em Saussure – apenas que ainda mencionada – uma oposição entre os dois conceitos de língua que em sua

doutrina parecem quase sempre identificar-se: a “língua” como “instituição social”, ligada a outras instituições sociais, e que contém também elementos não-funcionais (**norma**) e a “língua” como sistema abstrato de oposições funcionais (sistema) [...] Saussure não ignora o conceito de língua como sistema **a posteriori** de isoglossas, oposto à “língua” considerada como precedente à fala (**norma** ou **sistema** de oposições funcionais). Vejam-se, a este propósito, as páginas sobre os dialetos e línguas do ponto de vista geográfico (COSERIU, 1987, p. 48, grifos do autor).

Para o linguista, a noção mais abrangente é a do falar, estando dentro desta a norma, e dentro da norma encontra-se o sistema. Há, porém, um ponto intermediário para a norma individual, situada entre o falar e a norma (COSERIU, 1987, p. 72). É importante frisar que, dentro de um mesmo sistema, pode haver várias normas: “na realidade, há várias normas parciais (sociais, regionais), dado que a norma, por sua própria índole, é sempre menos geral que o sistema” (COSERIU, 1987, p. 61).

Neste sentido, enquanto o sistema é um repertório de regras e de possibilidades, a norma constitui-se por aquilo que, em determinada comunidade, tornou-se tradicional. Tais usos, previamente consagrados, é que se impõem ao sujeito e não as regras do sistema.

A norma é, com efeito, um sistema de realizações obrigadas, de imposições sociais e culturais, e varia segundo a comunidade. Dentro da mesma comunidade linguística nacional e dentro do mesmo sistema funcional é possível comprovar várias normas (linguagem familiar, linguagem popular, língua literária, linguagem erudita, linguagem vulgar, etc.), distintas, sobretudo, no que concerne ao vocabulário (COSERIU, 1987, p. 74-74).

Por ser a norma pré-existente ao falante e por corresponder àquilo que é de uso convencional, é possível aplicar tal conceito aos nomes próprios. Entende-se, assim, que as escolhas de prenomes, em uma determinada época e localidade, formam um acervo de nomes disponíveis para as futuras escolhas.

Entre essas escolhas, há diversas possibilidades, como a de escolher um nome simples ou duplo. Seide (2013) realizou uma pesquisa, em Marechal Cândido Rondon, baseada num *corpus* formado por registros de nascimento e constatou que, naquela cidade, há tradição de atribuir nomes duplos aos filhos. Diferentemente da pesquisa de Seide (2013), os resultados obtidos com esta dissertação mostram que, em Toledo, dar nomes duplos aos filhos é um modismo, comportamento não

tradicional. Os nomes de moda, por sua vez, têm um aumento repentino de uso, seguido de um decréscimo também considerável. O gráfico deste resultado pode ser observado na página 78. Este dado, assim como os resultados do outro fenômeno analisado nesta dissertação, é que justificam o título do trabalho: o comportamento inovador de nomeação dos habitantes de Toledo.

Os resultados evidenciam que, nos estudos antroponímicos, existem fatos de língua e fatos de norma. A presente pesquisa fundamenta-se tanto nos princípios estruturalistas propostos por Saussure quanto na noção de norma trazida por Coseriu. Além disso, por apresentarem relações paradigmáticas e sintagmáticas, os nomes próprios de pessoas formam um sistema, sendo possível estabelecer os valores associados a cada unidade do sistema. A partir dessa capacidade de se relacionar com os demais signos, é perceptível que o nome próprio de pessoa também é um signo linguístico, não se diferenciando dos demais signos que constituem a língua.

2 METODOLOGIA

2.1 Paradigmas adotados na Onomástica

Estudar o nome próprio não é algo recente dentro da Linguística e da Filosofia da Linguagem. Entretanto, cada uma das correntes que estuda esse objeto parte de visões e metodologias distintas.

Dentro da Onomástica, existem paradigmas distintos para a análise dos nomes próprios, posto que a Toponímia estuda os nomes de lugares e a Antroponímia, os nomes de pessoas. No Brasil, há certo consenso entre os pesquisadores, no que se refere à abordagem metodológica. A tradição, em ambas as vertentes, é utilizar as propostas da pesquisadora Maria Vicentina Dick, precursora dos estudos no Brasil e fundadora do *Atlas Toponímico de São Paulo* (ISQUERDO, 2012, p. 22).

Diferentemente dos estudos toponímicos, as pesquisas antroponímicas ainda são muito recentes no Brasil. Assim como afirma Seide (2013), há estudos que se utilizam da Teoria da Relevância para a abordagem dos antropônimos, “abordagem cognitiva e pragmática para o estudo do processo interpretativo, da Neurolinguística e da distinção proposta por Langedonk entre lema de nome próprio e função de nome próprio” (SEIDE, 2013, p. 7).

Apesar de novos grupos de pesquisas onomásticas estarem surgindo em diversas partes do Brasil, a maioria das pesquisas toponímicas ainda está filiada às pesquisas iniciais por Dick. Afora essas, há outras que, também em sua maioria, utilizam os mesmos processos metodológicos fomentados pela pesquisadora. Nestes casos, em um primeiro momento são coletados os dados documentais, os quais, posteriormente, são analisados quantitativamente. Na sequência, é realizada uma análise qualitativa, seguindo um modelo de categorias que levam em consideração o critério etimológico dos nomes e a possível motivação da escolha do mesmo (SEIDE, 2013).

Dentro da Antroponomástica, também há pesquisas que utilizam o método quanti-qualitativo, sendo a pesquisa de López Franco (2010) um exemplo. A pesquisadora analisou as certidões de nascimento dos moradores da cidade de Tlanepantla de Baz, no México, em um período de 100 anos: 1901 a 2000. López

Franco (2010) analisou os nomes a partir da frequência com que os mesmos eram utilizados em cada década, seguindo a etimologia ou a língua na qual o antropônimo estava escrito. Além disso, ela analisou a formação morfológica desses nomes.

Assim como a pesquisa citada, outras também se guiam pelo critério etimológico, sendo a origem do nome o principal fator de classificação dele. A adoção deste critério etimológico, comum na Antroponímia, mostra-se limitada quando o objeto são os nomes próprios de pessoas, uma vez que desconsidera “o processo enunciativo que resultou na atribuição de um nome do ponto de vista do designador” (SEIDE, 2013, p. 6). Seide (2013), ainda ressalva que:

Em raros casos, há, por parte do designador, conhecimento sobre o significado etimológico dos primeiros nomes, se bem seja comum haver algum conhecimento sobre a origem dos sobrenomes ou da comunidade na qual determinado primeiro nome é mais utilizado (SEIDE, 2013, p. 6).

A abordagem etimológica, portanto, mostra-se insuficiente quando os prenomes são o foco da pesquisa, contudo, pode ser utilizada quando se tratam dos sobrenomes, posto que o étimo dos sobrenomes são, na maioria das vezes, conhecidos pelos designadores, e a dos prenomes não o são.

Isto pode ser constatado em uma pesquisa apresentada por Seide (2013), em que analisa alguns dados entre os coletados e estudados por Colognese (2011). A pesquisadora considerou todos os nomes de pessoas iniciados com a letra “A”, homenageadas em nomes de ruas. Seide (2013) fez uma análise quantitativa dos prenomes em dois momentos, ora considerando a etimologia ora desconsiderando-a. Em outro momento, fez o mesmo apenas com os sobrenomes. O objetivo era observar a relação etimológica entre prenome e sobrenome, para verificar se há alguma correspondência entre ambos. Os resultados obtidos com a análise mostram “uma convergência relativa entre o sobrenome e os pré-nomes” (SEIDE, 2013, p. 7).

Com tais resultados, Seide (2013) chegou à conclusão de que, no caso dos estudos antroponímicos, não há uma razão para fazer-se análise etimológica dos prenomes, sendo esta abordagem suficiente, apenas, para os sobrenomes. Além disso, ressalta que as diferenças encontradas com tal análise apontam distintas possibilidades de estudar o nome: “como uma forma linguística atrelada ao étimo e como forma linguística atrelada ao uso” (SEIDE, 2013, p. 8).

Com relação a esta última, Seide (2013) comenta que:

Do ponto de vista da Neurolinguística, é interessante investigar como os nomes próprios são processados porque a comparação de seu processamento com aquele que ocorre para os nomes comuns possibilita que se saiba mais a respeito de como os nomes são recuperados pelos falantes em suas práticas discursivas, um processo cujo entendimento é fundamental para se tentar a recuperação da capacidade de linguagem de indivíduos cuja afasia compromete a capacidade de utilizar determinadas classes de palavras (SEIDE, 2013, p. 9).

Desse modo, segundo Seide (2013), o uso da Teoria da Relevância, teoria proposta por Sperber e Wilson, na década de oitenta do século passado, privilegia a função do nome próprio, aproximando-se muito mais do uso cotidiano dos antropônimos, do que a abordagem etimológica. Ainda em relação àquela teoria, a autora defende que nela não há conceitos estanques nem únicos, sendo consideradas todas as possibilidades plausíveis.

Apesar do conhecimento das inúmeras possibilidades deste viés, nesta dissertação foi utilizada a metodologia etimológica apenas na fase inicial. Devido às dificuldades de análise encontradas, tal abordagem foi posta em segundo plano, dando-se ênfase para algumas formas de nomeação observadas. Na seção seguinte, serão descritos os procedimentos metodológicos realizados nesta dissertação.

2.2 Procedimentos metodológicos utilizados para coleta e análise dos dados

Esta pesquisa tem uma dupla caracterização. Ela é de base quantitativa porque faz uso de amostras de nomes, os quais foram categorizados e quantificados, e também de base qualitativa, pois esses dados foram analisados e comparados uns com os outros a fim de encontrar resultados para a presença dos fenômenos observados. Após a coleta e seleção dos dados, os mesmos foram analisados e comparados entre si, a fim de caracterizar a comunidade do município de Toledo e classificá-la quanto ao perfil nomeador.

O método quantitativo assenta-se num pensamento mais dedutivo. Neste tipo de metodologia, tenta-se encontrar um nexo de causa-efeito, em que o investigador

trata os dados que obtém da utilização dos vários instrumentos de forma objetiva.

Dessa forma, a pesquisa apresenta abordagem positivista, uma vez que busca fatos ou causas de um fenômeno (nomeação e escolhas onomásticas). O positivismo considera a existência de uma verdade objetiva que pode ser revelada por meio de um método científico, cujo enfoque é a estatística. Por sua vez, o positivismo, na condição de método de pesquisa, estabeleceu aspectos que ainda hoje estão na base de abordagens contemporâneas da pesquisa em ciências humanas. Primeiro, ao acreditar-se em uma unidade da ciência, fica implícito que os objetos sociais e culturais devem ser tratados da mesma forma que os objetos físicos nas ciências exatas. “Essa posição é consistente com a ideia realista de que existe uma separação entre o cognoscente e o objeto conhecido” (SANTOS FILHO, 2001, p. 17).

De acordo com esse ponto de vista, os objetos sociais e/ou culturais – constituídos a partir das interações humanas – assim como os objetos físicos, têm uma existência independente do observador e de seu interesse.

Para que os fenômenos dos nomes duplos e nomes com modificação de grafia fossem observados, foram seguidas as seguintes etapas: em um primeiro momento, foram coletados dados no único cartório de registro civil da cidade de Toledo, pertencentes aos anos de 1954 a 2004, em um intervalo de tempo de seis anos. Para isso, foram utilizadas fichas, conforme o modelo abaixo:

Nome próprio registrado no Cartório Civil da Comarca de Toledo/PR			
LIVRO NO.	FOLHA	MÊS	ANO
Maria Venancio			
Data nascimento:		Data do registro:	
¹ Nome do pai			
² Naturalidade do pai			
³ Pai do pai			
⁴ Mãe do Pai			
⁵ Nome da mãe			
⁶ Naturalidade da mãe			
⁷ Pai da mãe			
⁸ Mãe da mãe			
⁸ DATA DE COLETA			
Coletado por			

Figura 1: Modelo de ficha antroponomástica

Dessa forma, foram analisados os 100 primeiros nomes registrados nos anos 1954, 1964, 1974, 1984, 1994 e 2004, totalizando seis décadas. Vale ressaltar que, para cada registrado, foi coletada toda a sua ficha catalográfica, contendo a data de nascimento, de registro, nome dos pais e avós.

Após esta etapa, os nomes dos registrados foram analisados individualmente. Para isso, considerou-se a etimologia dos sobrenomes desses indivíduos, a fim de verificar a proporção de comunidades étnicas em cada década analisada. Nesta etapa da pesquisa, o objetivo ainda era analisar as características de nomeação em cada comunidade encontrada, com uma ênfase maior na comunidade italiana.

Na sequência, após os nomes terem sido separados por comunidades (italiana, alemã, portuguesa, japonesa, árabe, etc.), os prenomes dos mesmos passaram por idêntico processo de classificação etimológica. Nesse momento, percebeu-se a dificuldade e a inconsistência desse método para a compreensão dos motivos do nomeador. Durante a pesquisa sobre o significado e origem dos prenomes, foram encontradas várias divergências, as quais prejudicavam a compreensão dos dados. Como já explicitado na primeira seção deste capítulo, desconsiderou-se a classificação etimológica dos prenomes e passou-se para outro tipo de análise. O tema sobre etimologia será abordado no capítulo quatro com maior profundidade.

Durante essa tentativa de classificação etimológica dos prenomes, percebeu-se que muitos registrados possuíam dois prenomes, nesta pesquisa, eles são chamados nomes duplos. Por esse motivo, optou-se por analisar esse tipo de formação, a fim de verificar a frequência dele no *corpus*. Dessa forma, separaram-se somente os nomes duplos e realizou-se a contagem dos mesmos em cada década. A partir disso, foi montada a frequência para compreender em qual período era mais representativo. Para a realização da frequência, primeiramente, foi utilizada a ferramenta dinâmica do programa Excel, e, depois, o programa Estatistic7³⁶. Os mesmos foram essenciais para a montagem dos gráficos, os quais ilustram os dados. Com a análise, verificou-se que esse fenômeno, na cidade de Toledo, aumentou nas últimas décadas. A fim de verificar a existência do mesmo em um período anterior a 1954, o mesmo processo de análise foi realizado com os nomes dos pais e avós das fichas de 1954 e 1964.

³⁶ Programa utilizado, principalmente na área das engenharias, para fazer gráficos, tabelas e analisar as variantes.

A partir da análise dos dados dos registrados, verificou-se a existência de nomes, duplos ou não, com a presença de letras não pertencentes ao alfabeto português e fenômenos não comuns ao sistema antroponímico brasileiro, tais como *ll*, *th*, *nn*, entre outros. Dessa forma, todos os nomes com algum tipo de variação gráfica foram separados com o intuito de verificar a frequência dos mesmos. Esperava-se, com a análise, que esse fenômeno fosse maior nas últimas décadas, decorrente da modernidade e da globalização. Foi possível comprovar a hipótese por meio da frequência, a qual mostrou um aumento significativo nas últimas décadas. Assim como no caso dos nomes duplos, também foi montado um gráfico para melhor ilustrar esse crescimento.

Considerando, então, a forma como os designadores escolhiam os nomes para os nomeados, foi possível observar como se dá o comportamento designativo na cidade de Toledo.

Cumprе esclarecer que todas as análises não deixaram de considerar o contexto histórico e social do meio onde os dados foram coletados, para tanto, as análises foram precedidas do estudo histórico e social da cidade, cujas características são apresentadas no capítulo a seguir.

3 CENÁRIO DA PESQUISA: A CIDADE DE TOLEDO

A escolha pela cidade de Toledo para a realização da pesquisa foi por, até o momento, não ter sido registrado nenhum estudo referente ao nome dos habitantes da cidade, o que nos motiva ainda mais a pesquisar.

Toledo foi emancipada em 1952, completando, em 2012, 60 anos, porém sua colonização iniciou-se já em 1946. O nome Toledo deve-se à cidade ter sido iniciada às margens do Arroio Toledo. A colonizadora Maripá foi responsável pelo crescimento da região, impulsionada pela política de governo: a “Marcha para o Oeste”, quando se estimulava a conquista da região fronteira com a Argentina e Paraguai. Tal movimento foi uma política implantada por Getúlio Vargas no período do Estado Novo, para ocupar e desenvolver o interior do Brasil. Naquele momento, toda a região compreendida, atualmente, entre Foz, Palotina e Toledo chamava-se unicamente *Fóz do Iguassú*. Dentro dessa região, havia a Fazenda Britânia, organizada estrategicamente para ser colonizada pelos migrantes de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Dentro da Fazenda, por sua vez, havia a Vila Toledo. Esta, por seu turno, tornou-se município apenas em 1952, quando se emancipou de Foz. No mesmo ano, Ernesto Dall’Óglio elegeu-se primeiro prefeito da cidade. A partir de então a cidade passou a ter políticas próprias (JORNAL DO OESTE, 2002, p.13).

Vale lembrar, também, que a Colonizadora Maripá era, primeiramente, dirigida por Alfredo Ruaro, descendente italiano e acionista da Colonizadora. A empresa tinha como objetivo trazer migrantes do sul do país para habitarem as novas terras do Oeste Paranaense. Para isso, Ruaro e sua equipe viajavam para Santa Catarina e Rio Grande do Sul a fim de propagar os benefícios das terras paranaenses e vendê-las, a baixo custo, aos agricultores. Assim, em 27 de março de 1946, chegaram os primeiros desbravadores das novas terras.

A instalação do acampamento provisório às margens do Arroio Toledo, feita pela primeira equipe de desbravadores sob a coordenação de Alfredo Ruaro e de seu assistente Zulmiro Ruaro, marcou o início da implementação do projeto de colonização da Maripá (GRONDIN, 2007, p. 112).

O que é notável é o fato de que, na primeira gestão da colonizadora Maripá, com a direção de Ruaro, a maioria dos migrantes era de origem italiana, devido à

forma como era propagada a colonização.

A propaganda de colonização era italiana, embora tivessem vindo também muitos colonos de procedência alemã. Mas, com a ascensão à chefia da Maripá ao chamado grupo alemão, houve mudança substancial na política de recrutamento. Por isso, a cidade de Toledo ficou uma mistura de italianos e alemães. Nos outros núcleos, colonizados com ascensão de Willy Barth à chefia da empresa, a porcentagem de elementos de origem alemã foi bem superior. O controle da Maripá pelos de origem alemã fez o recrutamento concentrar-se nos municípios de colonização alemã, tanto no Rio Grande do Sul como de Santa Catarina. O elemento foi escolhido. O elemento progressista do Rio Grande, que tinha dinheiro, era convidado. Esse vinha aqui e é esse que está aqui hoje (WACHOWICZ *apud* GRODIN, 2007, p. 238-239).

Com a mudança de gestão da colonizadora, mudaram também as estratégias de divulgação das terras do oeste. Quando Willy Barth assumiu, outra política foi empregada:

Essa política etno-cultural-religiosa aplicada pela Maripá foi arquitetada por Willy Barth. Ele alterou a política inicial seguida por Ruaro e que se reflete na composição étnica e religiosa apresentada até hoje por Toledo. A nova política não misturava, no mesmo local, descendentes de italianos e alemães ou católicos e protestantes. As comunidades deveriam aglutinar pessoas de mesma origem étnica e religiosa (WACHOWICZ, 1982, p. 177-178 *apud* GRODIN, 2007, p. 239).

E foi assim que surgiram as primeiras comunidades da região, como Rondon, Margarida, Novo Sarandi, Quatro Pontes, entre outras. Especificamente em Toledo, após a sua emancipação, a população passou a ser formada principalmente por descendentes de alemães, como afirma Grondin: “Depois de poucos anos de colonização, a distribuição étnica da população na região era de aproximadamente 60% de alemães, 35% de italianos e 5% de poloneses e outras etnias” (GRONDIN, 2007, p. 239).

Outra informação relevante é sobre os registros e fontes documentais do município. Até 1954, todos os nascimentos, óbitos e casamentos eram registrados na sede, onde é hoje Foz do Iguaçu. Portanto, os registros que se tem hoje em Toledo, iniciam-se apenas em julho de 1954 e não quando, de fato, a cidade foi emancipada.

3.1 História

Algumas bibliografias apresentam a caracterização sócio-econômica-política da cidade, entre elas há a *Cartilha de Toledo* (TOLEDO, 1984), *Toledo e seus distritos* (TOLEDO, 1986) e *Cinco décadas de história* (JORNAL DO OESTE, 2002). Além dessas, o livro *O alvorecer de Toledo na colonização do Oeste do Paraná* (GRONDIN, 2007) mostrou-se fundamental para a realização desta pesquisa. Muitos dados apresentados nesta seção foram obtidos oralmente, através da fala do responsável pelo Museu Histórico de Toledo, Anésio José Vitto, outros foram retirados do *site* do município.³⁷

A primeira obra, além de trazer os dados geográficos do município, seus distritos e limites, apresenta algumas caracterizações da cidade quanto à religiosidade, economia e educação. Contudo, devido às datas, os dados apresentam-se desatualizados. Os mais recentes dados foram apresentados pelo CENSO 2010. No entanto, algumas informações destas obras ainda permanecem iguais, tais como a localização e história.

A cidade de Toledo está situada numa região de colonização recente e recebeu seus primeiros moradores em 1946, a maioria vinda da cidade gaúcha de São Marcos, na época interior de Caxias do Sul.

³⁷ No *site* do Município, há algumas informações sobre a cidade (toledo.pr.gov.br). Há, também, um *site* particular que disponibiliza informações e fotos de Toledo, retiradas do Acervo da Secretaria Municipal de Comunicação (<http://www.portaltoledo.com.br/conheca/>)



Figura 2: Mapa do Paraná, com a localização do Município de Toledo.

Fonte: Wikipédia

Foi em 27 de março de 1946 que as primeiras famílias de colonizadores chegaram a Toledo e instalaram acampamentos. A identificação oficial de "Toledo" deu-se posteriormente, numa opção entre Toledo, Cristo Rei e Brasília.

Segundo o que informa o *site* do município, alguns registros de 1905 e 1906 atribuem vínculo ao nome de "Pouso Toledo", recanto de descanso de tropeiros ao longo de uma picada utilizada para transporte de produtos, especialmente da erva-mate, comercializados por estrangeiros que possuíam glebas na região oeste do Estado do Paraná, onde o Município está inserido.

A primeira eleição ocorreu em nove de novembro de 1952 e a instalação oficial em 14 de dezembro de 1952, quando se deu a posse do prefeito Ernesto Dall'Oglio (1952/1956 (JORNAL DO OESTE, 2002, p. 16).

Toledo surgiu quando a Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S/A - MARIPÁ adquiriu junto de uma companhia imobiliária inglesa uma gleba de terras denominada Fazenda Britânia, iniciando, em seguida, a ocupação e desbravamento da área ao trazer colonos do Rio Grande do Sul. A atividade inicial foi a extração de madeira para atender os mercados da Argentina e Uruguai. O plano de colonização fundamentou-se em pequenas propriedades, com média de 10 alqueires paulistas.

A partir disso, o desenvolvimento ocorreu de forma acelerada, inicialmente, em torno da economia das comunidades agrícolas. Na década de 1960 para 1970, a modernização da produção trouxe novas relações no campo e a especialização favoreceu a monocultura e a concentração de propriedade, ocasionando o êxodo rural e a acelerada urbanização.

O *site* da prefeitura disponibiliza informações a respeito da economia, sendo que a suinocultura, a qual era atividade complementar para os pioneiros, desenvolveu-se rapidamente na década de 50, culminando com a fundação do Frigorífico Pioneiro S/A. No ano de 1964, teve seu controle acionário adquirido pela empresa Sadia, a qual veio implementar o sistema de integração nas áreas de aves e suínos, além de um complexo fabril que a tornou a maior indústria instalada no município. Inicialmente, atuava por meio da Frigobrás, mas após a incorporação desta à Sadia S.A., o setor de compras foi transferido para outra localidade. Mais recentemente, a fusão entre a Sadia e a Perdigão, atual BRF, motivou a transferência da área administrativa para Curitiba, mas o complexo fabril permanece inalterado, com cerca de sete mil trabalhadores, cuja produção atende o mercado interno e externo.

Além da BRF, Toledo conta com outras indústrias fortes, como a Prati Donaduzzi, uma das maiores indústrias farmacêuticas do Brasil. Essas empresas geram muito emprego na cidade, o que acelera a economia.

3.2 Os colonizadores

A *Cartilha de Toledo* (1984) possui uma seção dedicada aos grupos étnicos da cidade. Nela, há fotos de construções e atividades realizadas pelos pioneiros que denunciam a sua etnia. De acordo com Grondin (2007), a história registrou como as primeiras famílias de colonizadores as de Ruaro e Dalcanale incumbiram-se de alistar outras famílias gaúchas para incrementar a colonização de Toledo.

De acordo com o Censo de 1980, além dos migrantes gaúchos, catarinenses e paranaenses, que compuseram o grupo inicial, outros estados de onde vieram muitos migrantes foram: Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Espírito Santo, Pernambuco, Ceará, Alagoas, Sergipe, Rio de Janeiro, Paraíba, Goiás, Mato Grosso do Sul, Piauí, Brasília, Acre, Pará, Rio Grande do Norte e Rondônia (CENSO, 1980).

Toledo recebeu, também, imigrantes de vários países como: Japão, Alemanha, Portugal, Argentina, Espanha, Itália, Rússia, Bolívia e outros (CENSO, 1980).

Entre os grupos étnicos, destacam-se os alemães e italianos, os quais trouxeram a sua cultura para o oeste do Paraná. Os primeiros trouxeram a sua religiosidade, marcada, principalmente, pela arquitetura dos templos evangélicos. Muitas residências também apresentam a arquitetura germânica, marca deste grupo. O bolão e a bocha, esportes muito praticados na cidade, principalmente entre a geração mais velha, também são cultura que foi trazida pelo grupo de alemães (PROJETO HISTÓRIA, 1984, p. 23).

Há, também, marcas das outras culturas, na cidade. No distrito de Vila Ipiranga, comunidade tipicamente italiana, há a Igreja Católica, uma das primeiras do município trazida pelo grupo italiano (TOLEDO, 1984, p. 23). Algumas residências, principalmente no início da colonização, eram tipicamente italianas, marcadas pela arquitetura simples (TOLEDO, 1984, p. 24). A cultura japonesa também esteve e continua presente na cidade. No distrito de Sol Nascente, há uma igreja católica especialmente para os descendentes nipônicos (TOLEDO, 1984, p. 24). Hoje, no centro da cidade, há um espaço exclusivo reservado para encontros entre os descendentes de japoneses.

Apesar das distintas comunidades ainda conviverem pacificamente em Toledo, a paisagem do município alterou-se, devido à urbanização e crescimento econômico. Uma das primeiras ruas de Toledo foi a Avenida Maripá, hoje é uma das principais avenidas da cidade, localizada no centro do comércio. Abaixo, seguem algumas fotos da avenida no início da colonização, retiradas do *site* do município.



Figura 3: Avenida Maripá (1950)

Fonte: Portal Toledo



Figura 4: Vista da Avenida Maripá, em 1950

Fonte: Portal Toledo

A primeira rua a receber pedras irregulares em Toledo foi a Rua Sete de Setembro. Até hoje, a arquitetura é conservada, como forma de homenagear os colonizadores. Na foto abaixo, tem-se a casa que abrigava o escritório da Colonizadora Maripá.



Figura 5: Escritórios da Maripá, localizados à Rua Sete de Setembro, esquina com a Rua Barão do Rio Branco, em 1950.

Fonte: Portal Toledo



Figura 6: Avenida Maripá, entrada da cidade, em 1950

Fonte: Portal Toledo

Considerando que, inicialmente, era significativa a parcela da população de cultura italiana ou germânica, surgiu a hipótese segundo a qual haveria correlação entre prenomes e sobrenomes no que respeita à origem etimológica dos nomes, esperava-se que mais nomes etimologicamente italianos seriam encontrados em famílias de sobrenome italiano e que, nas famílias alemãs, haveria, proporcionalmente, mais prenomes germânicos.

Assim na fase inicial da pesquisa, logo após a coleta de dados, fez-se uma classificação dos nomes em relação à etimologia. A hipótese inicial era que

houvesse uma correspondência etimológica entre prenome e sobrenome. Buscou-se, por meio de dicionários (GUÉRIOS, 1981, entre outros), a origem dos antropônimos. Iniciou-se pelos prenomes para, na sequência, fazer o mesmo com os sobrenomes. Entretanto, foram encontradas dificuldades ao tentar explicar a origem dos nomes apenas pela etimologia, gerando, assim, um capítulo específico sobre o assunto.

4 OS CUIDADOS DE UM ESTUDO ETIMOLÓGICO SOBRE OS ANTROPÔNIMOS

A palavra etimologia vem do Grego *étumos* (real, verdadeiro) + *logos* (estudo, descrição, relato) e significa “o estudo científico da origem e da história das palavras”. Um estudo etimológico busca compreender a origem e o significado das palavras. Conhecer a etimologia de uma palavra desde sua origem significa, então, descobrir seu verdadeiro sentido e conhecê-la de forma mais completa. Entretanto, há que se ter cuidado quando a palavra em questão é um antropônimo. Apesar de ter sido originado em algum momento, passou, ao longo do tempo, pelo fenômeno do esvaziamento semântico, além disso, a ligação existente entre nome e sua origem enfraqueceu-se pelo fato de um nome de pessoa poder ser utilizado por outros povos e culturas, tornando-se mais ou menos universais. Ter como base um estudo desse tipo para análise de antropônimos seria desconsiderar um conjunto de outros fatores que permeiam o ato de nomeação.

Assim como os substantivos comuns, os nomes próprios também possuem um significado, isso é inquestionável, afinal, eles surgiram um dia em determinado contexto e com algum objetivo. Contudo, com o passar dos anos – e muitos anos em alguns casos –, o significado desse antropônimo passa a ser desconsiderado ou, ainda, nem é de conhecimento do nomeador que o escolheu. Logo, considerar que um estudo de nomes é apenas considerar a etimologia dos mesmos é desconsiderar a importância cultural que eles trazem consigo. Seide (2012, p. 5) propõe que há duas formas de analisar os antropônimos: como uma forma linguística atrelada a um étimo e como forma linguística atrelada ao uso. Neste capítulo, será tratado sobre o primeiro, considerando os seus prós e contras. Cumpre ressaltar que as considerações sobre a análise etimológica dos antropônimos justifica-se haja vista a tradição da pesquisa toponímica no meio acadêmico brasileiro, pautada no estudo etimológico dos nomes.

Em estudo realizado para verificar a correlação etimológica entre nome e sobrenome, Seide (2013) concluiu que alguns nomes apresentam mais de uma origem etimológica, como o nome Antônio, o qual foi classificado como italiano e luso-brasileiro. Além disso, a autora verificou que é o “critério etimológico, no mínimo, insuficiente para dar conta dos padrões designativos [...]” (SEIDE, 2013, p. 7). Contudo, a autora esclarece que o critério etimológico mostra-se suficiente para

“a origem do sobrenome, não sendo preciso elaborar a análise etimológica do primeiro nome” (SEIDE, 2013, p. 7).

Viaro (2004) relata sobre a escassez de estudos etimológicos e em sua capa informa sobre a riqueza de um estudo etimológico:

Dominando a etimologia, teremos uma chave que abre o significado de milhares de palavras em Portuguesa e outras línguas, inclusive palavras desconhecidas que se fecham numa aparente opacidade. Muitas exceções e aparentes arbitrariedades ortográficas se tornarão meras decorrências da aplicação de algumas regras. Quando assimilarmos isso tudo, veremos com mais facilidade o que se passa por trás das palavras (VIARO, 2004, *apud* SILVA, 2011).

Viaro (2008, p. 1) alerta que os estudos etimológicos remontam ao século IV a.C., quando Platão (428-347 a.C.), em *Crátilo*, fez as primeiras considerações sobre o significado das palavras. Pontua, também, outros nomes que participaram do processo de formação dos estudos etimológicos: Santo Isidoro de Sevilha (c560-636), Duarte Nuns de Leão (c1530-1608), Franz Bopp (1791-1867), Jakob Ludwig Karl Grimm (1785-1863), August Schleicher (1821-1868), Friedrich Christian Diez (1794-1876) (VIARO, 2004, *apud* SILVA, 2011).

A etimologia, como ciência linguística, tem seu método de estudo. No entanto, muitas vezes, ela é utilizada de maneira errada, quando se busca compreender um nome apenas pelo seu significado.

Em relação a isso, Carvalhinhos (2003) afirma que:

A reconstrução etimológica, pois, é um dos instrumentos (e não um fim, como muitas vezes se pensa) para o resgate dos significados ocultos, no nível do intracódigo, muitas vezes 'socorrido' pelo extracódigo, visando preencher lacunas de significação (CARVALHINHOS, 2003, p. 173).

Muitas vezes, há tantas tentativas em buscar a etimologia de um nome que o mesmo acaba perdendo o seu real significado, causando até um esvaziamento semântico (CARVALHINHOS, 2003, p. 173).

Além dessa dificuldade em encontrar um único significado ou origem para uma mesma palavra, muitas vezes, a etimologia torna a origem de um antropônimo bastante generalizada. Guérios (1981, p. 14) alerta que “muitos antropônimos possuem mais de um étimo; geralmente são os casos controversos”. Dizer, por

exemplo, que um antropônimo tem uma determinada origem sem considerar aspectos históricos da localidade em que ele foi coletado é generalizar o estudo e desconsiderar a riqueza histórica do mesmo.

Pelo fato de haver duas possibilidades de estudar um antropônimo, Seide (2012) adverte que:

A partir desta distinção, Langendock defende que os nomes em função de nome próprios sejam estudados conforme os pontos de vista sintático, morfológico, semântico e pragmático. Levando em consideração como são usados os antropônimos, não é difícil perceber que, de modo geral, tanto os sujeitos que nomeiam seus filhos ou netos quanto aqueles que, posteriormente ao ato designativo, chamam as pessoas pelo nome, ignoram total ou parcialmente a origem dos pré-nomes. O mesmo não ocorre com os sobrenomes, cuja origem, muitas vezes, é conhecida. Deste ponto de vista, considerar somente a origem dos nomes de famílias e não a os pré-nomes é um procedimento que parece estar de acordo com o modo como os antropônimos são usados socialmente (SEIDE, 2012, p. 6).

No *corpus*, foram coletados 600 nomes com os quais foi feita a análise etimológica. Para tanto, os nomes foram separados por categorias, de acordo com a etimologia do sobrenome. Para isso, consultou-se o dicionário do professor Mansur Guérios (1981) e o *Dicionário de Nomes Próprios*, um dicionário online. Os resultados podem ser vistos nas tabelas abaixo.

Outro procedimento adotado foi a escolha pelo sobrenome paterno como definidor de ascendência, o que se deu pela tradição do sistema antroponímico brasileiro, em que o sobrenome do pai aparece por último no registro e sempre deve constar, a não ser em casos de paternidade não reconhecida. No Capítulo IV, artigo 55, da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973, consta que

quando o declarante não indicar o nome completo, o oficial lançará adiante do prenome escolhido o nome do pai, e na falta, o da mãe, se forem conhecidos e não o impedir a condição de ilegitimidade, salvo reconhecimento no ato (BRASIL, Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973).

Tabela 1

Origem do étimo	Indivíduos registrados em 1954
Alemã	29
Espanhola	2
Francesa	1
Hebraica	1
Inglesa	1
Italiana	31
Não encontrada	24
Polonesa	2
Portuguesa	7
Religiosa	2
TOTAL	100

Tabela 2

Origem do étimo	Indivíduos registrados em 1964
Alemã	14
Grega	2
Hebraica	2
Italiana	11
Não encontrada	24
Portuguesa	47
TOTAL	100

Tabela 3

Origem do étimo	Indivíduos registrados em 1974
Africana	1
Alemã	9
Italiana	6
Japonesa	1
Latina	8
Não encontrada	18
Portuguesa	57
TOTAL	100

Tabela 4

Origem do étimo	Indivíduos registrados em 1984
Alemã	9
Francesa	1
Grega	2
Hebraica	1
Italiana	12
Latina	5
Não encontrada	19
Polonesa	1
Portuguesa	50
TOTAL	100

Tabela 5

Origem do étimo	Indivíduos registrados em 1994
Alemã	8
Grega	1
Italiana	18
Latina	2
Não encontrada	13
Polonesa	1
Portuguesa	57
TOTAL	100

Tabela 6

Origem do étimo	Indivíduos registrados em 2004
Alemã	5
Italiana	5
Latina	8
Não encontrada	23
Portuguesa	58
Religiosa	1
TOTAL	100

Deve-se ressaltar que não há, em Toledo, comunidades específicas de todas estas origens etimológicas. Não há como afirmar, também, que há uma comunidade latina, sendo que latino é aquele povo que teve origem na cultura latina e, entre eles,

estão os italianos. Além disso, a origem etimológica não caracteriza uma cultura, uma vez que um indivíduo pode nascer no Brasil, tendo nacionalidade brasileira, mas seu sobrenome pode ter origem etimológica japonesa. Ademais, o fato de seu sobrenome ter etimologia japonesa não representa que ele faz parte dessa cultura, pois os nomes passaram por um processo de esvaziamento semântico e são universalmente utilizados por diversas culturas.

Percebe-se, por meio das tabelas, que, nos primeiros anos de colonização, a maioria dos habitantes de Toledo possuía sobrenomes com etimologia italiana ou alemã. Isso se deve à colonização da cidade, como já abordado no capítulo dois. Com o passar dos anos, houve um aumento de famílias com ascendência portuguesa, o que se registra até o último ano analisado. Viaro (2004) faz uma comparação com o uso de termos com origens distintas. Isso prova que determinados nomes, apesar da origem estrangeira, passam a fazer parte da cultura que recebeu o nome:

não fomos nós, brasileiros, que inventamos a Informática, então por que rejeitaríamos os termos do país em que se originou essa Ciência? Também não inventamos o *violino* e o *violoncelo* e usamos os termos Italianos desde o século XVI. Não inventamos a *pizza*, a *lasanha*, o *estrogonofe*, o *hambúrguer* ou o *sushi*, e não me consta que precisemos de nomes alternativos para eles (VIARO, 2004, p. 59, *apud* SILVA, 2011).

Da mesma forma como ocorre com os nomes comuns, os antropônimos – prenomes e sobrenomes – integram-se às novas culturas com o passar do tempo. Dizer, então, que um sobrenome é português porque possui étimo português sem fazer referência ao fato dele ser utilizado no Brasil é excluir a história da colonização do Brasil, por exemplo. Em 1822, o Brasil tornou-se independente, sendo que, antes disso, era uma colônia pertencente a Portugal. Por esse e por outros elementos referentes à sua colonização, o Brasil é considerado um país de cultura heterogênea. Hoje, elementos de distintas culturas, como alimentação, vestimenta, língua, religião, etc., estão embutidos e enraizados na cultura brasileira. Os nomes, assim como outros elementos, também foram incorporados à nossa cultura por causa da colonização mesclada pela qual passou o Brasil.

Além disso, na análise, apareceram diversas origens etimológicas de sobrenomes, sendo que tais comunidades não se fazem presentes em Toledo. Não

há, por exemplo, registros de nenhuma comunidade francesa, grega, hebraica ou polonesa na cidade. Contudo, há sobrenomes com tais origens etimológicas. Isso pode ser explicado pela universalização dos nomes decorrente dos processos de colonização ocorridos nos últimos séculos.

Neste sentido, a etimologia torna-se muito importante para entender a história e a origem de uma família, pois denunciam, por meio da etimologia do sobrenome, de onde o grupo familiar veio. Entretanto, não considerar a forma como o mesmo foi introduzido em outras culturas é desconsiderar a riqueza da história.

Os resultados da análise etimológica dos sobrenomes confirmam o proposto por Seide (2013) sobre as diferenças paradigmáticas existentes para o estudo dos topônimos e dos antropônimos, comentadas à página 49 desta dissertação. Refutada a hipótese inicial de pesquisa, tomou-se a decisão de investigar a totalidade dos dados de modo a descobrir as peculiaridades da norma antroponímica de Toledo.

Tendo em vista os novos objetivos, e sendo, então, o *corpus* analisado em sua totalidade e não mais em comunidades, percebeu-se que algumas formas de nomeação destacaram-se pelo alto número de ocorrências. Sem considerar a etimologia do sobrenome, percebeu-se que o número de registros de nomes duplos e de nomes com algum tipo de modificação de grafia disparou no último ano em relação ao primeiro ano de análise.

Desse modo, decidiu-se por analisar ambos os fenômenos, tendo em vista que ambas as formas são inovadoras em Toledo, já que tiveram um crescimento nos anos finais. No próximo capítulo, abordam-se os nomes duplos.

5 OS NOMES DUPLOS NA CIDADE DE TOLEDO

O nome próprio, por mais pessoal que seja, é a primeira marca que os pais dão aos filhos. Nem sempre ele agrada ao dono, mas, com certeza, é uma das principais formas de identificação de uma pessoa.

No sistema antroponímico brasileiro, os nomes seguem um padrão mínimo: prenome + sobrenome paterno. Contudo, muitas vezes, a criança recebe um segundo prenome além do sobrenome materno, vindo este grafado na certidão antes do sobrenome do pai. Alguns nomes, como Maria, Ana, Luiz e João, geralmente aparecem acompanhados de um segundo nome.

Há, porém, uma questão a ser respondida em relação aos nomes próprios e que, aqui, torna-se fundamental: quando formado por duas bases lexicais, deverá ser considerado um nome composto, assim como os nomes comuns?

Na língua portuguesa, as palavras são formadas por meio de dois processos: derivação e composição. No primeiro, tem-se uma base (radical) mais afixo/afixos e no segundo há duas bases (radicais) que podem sofrer processo de aglutinação ou justaposição. Na aglutinação, há perda de fonemas e acentos devido à união dos dois termos, já na justaposição, ambas as bases conservam suas estruturas. Além disso, uma palavra composta, mesmo possuindo duas bases, adquire um único significado, torna-se autônoma.

Ana Carolina Horta de Souza (2009), pautada nos estudos sobre formação de palavras de Villalva (2000), Alba Valéria Silva (2002) e Cunha e Cintra (2002), comparou a formação de nomes compostos comuns e antropônimos com mais de uma base e concluiu que ambos comportam-se da mesma forma.

Apresentando o que postulam Cunha e Cintra (2002), Souza (2009) afirma que a palavra composta traz sempre uma única ideia, apesar de ter mais de uma base lexical, sendo que, muitas vezes, o seu sentido destoa da noção individual que as palavras significam (SOUZA, 2009, p. 131). Contudo, a autora ressalta que o mesmo não ocorre com os nomes próprios, que passam por um processo de esvaziamento de sentido em relação ao significado que o nome possuía antes de ser um nome próprio (SOUZA, 2009, p. 131).

Com base nos critérios de um estudo de Villalva (2000), sobre as estruturas de composição (morfológica e sintática), Souza (2009) elaborou um quadro

comparativo, a fim de analisar a estrutura de formação de nomes comuns e de antropônimos com mais de uma base. Em relação à composição, Souza (2009) define a morfológica como “um processo de formação de palavras que pode dar origem a uma estrutura de modificação, por adjunção à esquerda, sendo binárias e tendo o núcleo à direita” (2009, p. 131), e a sintática como sendo “uma estrutura coordenada por conjunção (adjunção simétrica), em que é possível admitir que todos os radicais coordenados pertencem a uma mesma categoria sintática” (2009, p. 131).

A autora concluiu que os mesmos processos de formação de nomes comuns são utilizados em antropônimos, porém, fez uma ressalva: no caso dos nomes simples, o elemento modificador vem sempre à esquerda do núcleo (luso-descendente, por exemplo) e no caso dos antropônimos isso pode mudar (Ângela Cristina, por exemplo).

Na sequência, Souza (2009) afirma que, no geral, os nomes com mais de uma base lexical apresentam uma combinação formada por determinadas classes gramaticais: S (substantivo) +S / S+A (adjetivo) / A+S / V (verbo) + S / S+V / S+de+S, sendo que essas combinações são válidas, também, para os nomes duplos. O nome *Maria Clara*, por exemplo, pode ser considerado um exemplo de nome composto formado por substantivo mais adjetivo, visto que *Clara* é um adjetivo que caracteriza algo claro, iluminado.

Souza (2009) realizou outra comparação entre nomes comuns compostos e antropônimos duplos com base nos estudos de Alba Valéria Silva (2002). De acordo a autora, “os chamados nomes comuns compostos compõem um conjunto heterogêneo quanto à *forma, classe, sentido e estilo*” (SILVA, 2002, *apud* SOUZA, 2009). Após a análise, Souza (2009) concluiu que os nomes duplos comportam-se praticamente da mesma forma que os nomes compostos simples. Porém, a autora preferiu chamá-los de nomes duplos e não compostos por alguns motivos:

Primeiro, nada impede que todos os antropônimos de um língua sejam duplos, contudo, não parece ser plausível que todos os nomes comuns de uma língua sejam formados por composição; nem sempre os nomes próprios duplos representam uma ideia única e autônoma. Além disso, não se pode propor que os chamados *nomes próprios duplos* sejam dicionarizados, enquanto os *nomes comuns compostos*, em sua maioria, o são (SOUZA, 2009, p. 133, grifos da autora).

Lopez Franco (2010), em seu estudo sobre os nomes dos habitantes de Tlanelplanta de Baz, cidade mexicana, utiliza a terminologia *nomes múltiplos* e *nomes compostos* para aqueles formados por duas peças lexicais, diferenciando os dois. Para a autora, no sistema antroponímico espanhol, não há uma marca gráfica para diferenciar um nome composto de um múltiplo, ao contrário do que ocorre na França, por exemplo. Lá, os nomes compostos são marcados por um hífen (Marie-Louise) e os múltiplos não possuem nenhum sinal de justaposição (Marie Louise) (LOPEZ FRANCO, 2010, p. 136). No Brasil, assim como no México, os nomes próprios, quando formados por dois prenomes, também não recebem nenhum sinal gráfico para que haja uma distinção.

Assim como Souza (2009), os nomes formados por duas peças lexicais serão tratados neste trabalho como nomes duplos. Para fins de esclarecimento terminológico, nas ocorrências de nomes duplos, o primeiro nome será chamado de primeiro prenome e o segundo de segundo prenome. Assim, em um nome como *Nícolas Renan Chaves*, Nícolas é o primeiro prenome, Renan é o segundo prenome e Chaves é o sobrenome.

Após a coleta de dados ser finalizada, buscou-se encontrar nomes formados por dois prenomes, a fim de verificar se este tipo de formação era comum, também, na cultura de nomeação da cidade de Toledo. Caso fossem encontrados números significativos de nomes duplos, seria comprovado que esse fenômeno é global. Além disso, seria possível cruzar os dados com os de Lopez Franco (2010), a fim de verificar se as formações de nomes compostos eram as mesmas tanto aqui no Brasil quanto no México. Entretanto, caso não fossem encontrados dados suficientes ou não significativos, entender-se-ia que a nomeação dupla não faz parte da cultura de nomeação toledense, e, por isso, não poderia ser considerada um fenômeno global.

O primeiro passo para comprovar a primeira hipótese foi analisar os nomes dos registrados (600 no total). Nessa primeira etapa, comprovou-se que os nomes duplos fazem parte da cultura de nomeação da cidade de Toledo. Nos nascidos entre 1954 e 2004, encontrou-se um número significativo, principalmente nas últimas décadas.

A partir deste resultado, levantou-se outra hipótese: os nomes duplos também eram recorrentes entre os pais e avós dos registrados? Como as fichas coletadas traziam os nomes dos pais e avós dos registrados, seria possível, por meio da

análise desses nomes, comprovar se tal fenômeno já existia antes de 1954. Se fossem encontrados nomes duplos entre os pais e avós, seria comprovado que esse fenômeno não é recente e faz parte da cultura dos moradores de Toledo.

É válido ressaltar, entretanto, que houve uma falha de registro por parte do escrivão. Muitas vezes, alguns nomes foram suprimidos, principalmente entre as mulheres. Isso pôde ser comprovado em alguns casos pela ausência do sobrenome feminino, popularmente conhecido como “sobrenome de casa”. Muitos nomes referentes às mães ou avós dos registrados só continham o sobrenome do marido.

Assim, entendeu-se que alguns nomes que continham somente um prenome pudessem ter perdido um possível segundo prenome durante o registro. O motivo real para que isso fosse feito não se sabe, entretanto, os dados comprovam esta prática de nomeação.

Levando isso em consideração, entendeu-se que, se durante a análise dos nomes dos pais e avós dos registrados, não fossem encontrados casos de nomes duplos, isso não representaria uma ausência total do fenômeno. Seria comprovada, apenas, uma ausência de registros de nomes com esse tipo de formação.

Apesar disso, mesmo com a situação descrita, foi possível encontrar diversos casos de pais e avós dos registrados com nomes duplos, o que comprova a hipótese de que esse fenômeno não é recente.

Com a análise dos dados, averiguou-se qual é a frequência de utilização dos nomes duplos na cidade de Toledo, em que época o fenômeno mais obteve destaque. Além disso, buscou-se verificar quais os nomes que mais apareceram na formação desses nomes duplos.

Apesar de os dados deste trabalho indicarem um crescimento de nomes duplos nos anos finais analisados, essa formação composta por dois prenomes tem seus resquícios no período medieval. Irani Sacerdote de Souza Silva (2012) realizou uma pesquisa com nomes coletados em documentos dos séculos XIII, XIV e XV, a fim de verificar a estrutura antroponímica da era medieval. Em seu trabalho, Silva traça um histórico do surgimento do sobrenome, como necessidade de diferenciação dos indivíduos dentro e fora dos clãs. De acordo com Santos (2003, *apud* SILVA, 2012), na sociedade medieval, surgiu uma necessidade de identificação dentro das comunidades, “diferenciar um indivíduo no seio de uma família ou de alguma pequena localidade não era problemático, todavia identificar esse indivíduo em

comunidades mais vastas exigia formas de denominação mais complexas” (SILVA, 2012, p. 34).

Ainda em relação aos nomes na Idade Média, Câmara Jr. (1975) informa que, no Império Romano, as pessoas, para diferenciarem-se umas das outras, recebiam três nomes:

Cada indivíduo se identificava pelo nome de suas *gens*, ou grande grupo consanguíneo a que pertencia, reivindicando com os demais indivíduos do grupo um originário antepassado comum (*gentilicum*, como *Cornelius*, *Tullius*, *Iulius*), pelo nome do grupo familiar menor que se afirmava, dentre muitos, na ampla *gens* (*cognomen*, como *Scipio*, ou *Gracchus*, *Cicero*, *Caesar*) e pelo seu próprio nome individual (*praenomen*, como *Pubius*, *Tiberius*, *Marcus*, *Caius*). Esses termos entravam numa locução obrigatoriamente ordenados – *praenomes*, *gentilicum*, *cognomen*: *PubliusCorneliusScipio* [...] (CÂMARA, 1975, p. 207-208).

No século V, com a queda do Império Romano, a forma de nomeação dos indivíduos utilizada até então caiu em desuso. A partir de então, outras formas de nomeação, principalmente, influenciadas pelo cristianismo, passaram a difundir-se pela Europa (SILVA, 2012). Pode-se dizer, portanto, que os inúmeros nomes compostos por nomes de santos, tais como *Salete*, *Maria*, *João*, etc., têm suas raízes neste período.

Feita a contextualização histórica e teórica dos nomes duplos, passa-se para a apresentação dos dados do *corpus*.

5.1 Os nomes duplos de Toledo

Num primeiro momento da pesquisa, os nomes foram separados por categorias de acordo com a etimologia do sobrenome paterno. Para esta verificação etimológica, foi utilizado o *Dicionário Etimológico de Nomes próprios* (1981), do professor Rosário Mansur Guérios. Entretanto, no decorrer do trabalho, percebeu-se que não haveria necessidade de trabalhar com as comunidades, pelo fato de o critério etimológico não ter sido suficiente para a categorização das mesmas. Por isso, eliminaram-se as tabelas já realizadas e desconsideraram-se os dados e resultados obtidos com essa categorização.

Verificou-se a frequência de nomes duplos entre os sexos, e entre as

comunidades encontradas. Após a contagem dos dados, verificou-se que os nomes duplos não apresentaram uma diferença exagerada no decorrer dos anos. No entanto, houve um crescimento entre 1954 e 2004, que se mostrou significativo para este trabalho. Em 1954, dos 100 registros, 33 (33%) apresentavam nomes duplos. Em 1964, foram encontrados 43 (43%) nomes duplos, sendo que, no ano seguinte, 1974, houve uma queda, sendo registrados apenas 31 (31%). Em 1984, esse número dobrou, representando 62% (62 casos) do total de nomes. Em 1994 e 2004 apareceram 58 (58%) e 69 (69%) nomes duplos, respectivamente.

Considerando o total do *corpus* (600 nomes), foram encontrados 296 registros de nomes duplos, sendo 49,3%. Este número não apresenta disparidade em relação aos nomes com apenas um prenome, uma vez que é praticamente a metade dos registros. Contudo, esses dados ganham maior importância ao serem analisados diacronicamente. Abaixo segue um gráfico com o crescimento do fenômeno:

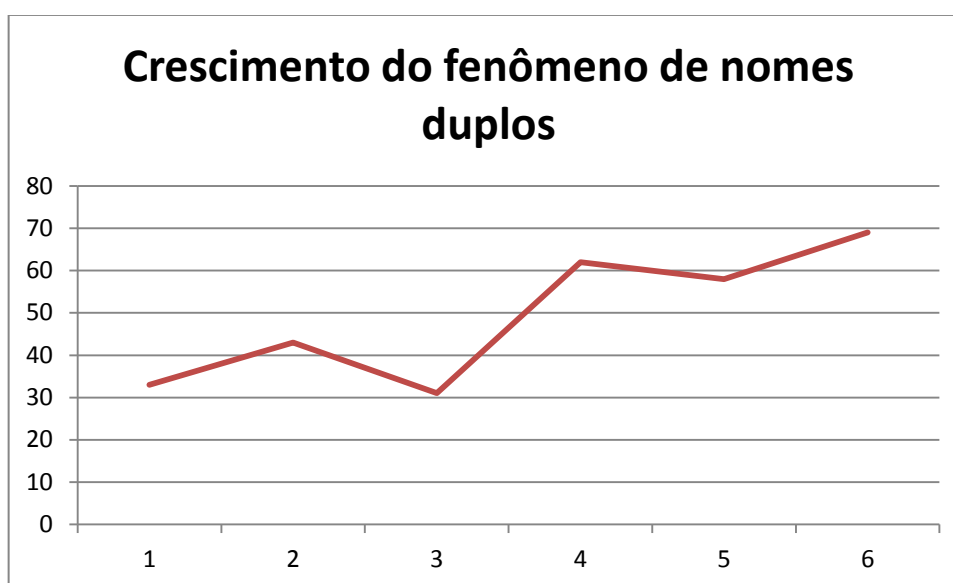


Gráfico 1 – Crescimento do fenômeno dos nomes duplos em Toledo, Paraná, entre 1954 e 2005.

No eixo vertical, informa-se a quantidade de registros e, no eixo horizontal, os números representam as seis décadas analisadas, sendo o número “1” referente ao ano de 1954, o “2” a 1964 e assim sucessivamente. Percebe-se que, em relação à primeira década, houve um crescimento de registros com dois prenomes.

Como pode ser observado, nos três primeiros anos, a frequência de nomes duplos é inferior à metade dos registros, ao contrário do que ocorre nos três últimos

anos, quando a frequência de nomes duplos mostra-se superior à metade dos casos.

Em relação à frequência de nomes duplos em ambos os sexos, não houve grande disparidade, tanto na comparação diacrônica quanto numa análise sincrônica. Em 1954, dos 33 nomes duplos, 17 eram masculinos e 16 femininos; em 1964, dos 43 casos, 23 eram nomes duplos femininos e 20, masculinos. No ano de 1974, com uma diferença um pouco maior, foram encontrados 18 nomes femininos e apenas 13 masculinos, totalizando os 31 nomes duplos. No ano seguinte, dos 62 nomes, 32 eram femininos e 30 eram masculinos. O ano de maior disparidade foi 1994, sendo que dos 58 casos de nomes duplos, 37 eram masculinos e apenas 21 eram nomes femininos. Em 2004, foram encontrados 37 casos de nomes duplos masculinos e 32, femininos. No total do *corpus*, dos 296 casos de nomes duplos, 154 eram masculinos e 142, femininos.

Após essa etapa, fez-se um levantamento a fim de verificar a repetição de nomes duplos ou, ao menos, a repetição do primeiro prenome que forma o nome duplo. Com isso, percebeu-se que o nome *Maria* foi o mais utilizado para a formação de nomes duplos femininos, sendo encontradas 13 ocorrências, porém, apenas cinco são de 2004. Outro dado interessante em relação ao uso do nome *Maria* é que, no *corpus*, ele não foi usado nenhuma vez como nome simples, vindo sempre acompanhado de um segundo prenome. No primeiro ano analisado, foram encontrados três casos de nomes com *Maria*, no segundo mais três e dois no ano seguinte. Em 1984 e 1994, não houve nenhum registro de nome duplo sendo formado pelo primeiro prenome *Maria*, no último ano, contudo, cinco casos foram registrados, sendo que dois deles são *Maria Vitória* e *Maria Victória*.

Já em relação aos nomes masculinos, não houve nenhum nome que tenha se destacado nas décadas analisadas. Contudo, o nome *Luiz/Luis* foi o que mais apareceu como primeiro prenome. Sua primeira ocorrência foi em 1964, em dois casos, e depois, em 2004, sendo utilizado cinco vezes. Em 1984, o nome foi utilizado uma vez como segundo prenome. Em 1954, dentre os nomes duplos não houve nenhum caso de repetição. Em 1964, apenas o nome *Carlos* foi utilizado em duas ocorrências, sendo *Carlos Alberto* e *Carlos Almiro*. No ano seguinte, o nome *Luiz* também formou dois nomes duplos: *Luiz Henrique* e *Luiz Carlos*. A partir de 1984, a ocorrência de prenomes repetidos foi maior. Neste ano, foram registrados

três casos com *Fábio/Fabio*: *Fabio Diego*, *Fábio Rodrigo* e *Fábio Júnior*³⁸; dois casos com *Juliano*: *Juliano Luiz* e *Juliano Pedro*; e dois com *Rafael/Raphael*: *Rafael Cristiano* e *Raphael Gustavo*. Em 1994, cinco nomes repetiram-se como primeiro prenome: *Adriano*, *Felipe/Fellipe*, *Fernando*, *João* e *Marcelo*. No último ano, foram seis nomes repetidos: *Carlos*, *Gabriel*, *João*, *Luiz/Luís*, *Matheus/Mateus* e *Wellington/Wellyngton*.

Na tabela a seguir, há as ocorrências de repetição do primeiro prenome que forma o nome duplo e, entre parênteses, as combinações encontradas:

Tabela 7 – Nomes duplos frequentes na cidade de Toledo, registrados entre 1954 e 2004

	Feminino	Masculino
1954	3 Maria (Maria Natalina, Maria Salete, Maria Tereza)	
1964	3 Maria (Maria Inez, Maria Jane, Maria Lourdes)	2 Carlos (Carlos Alberto, Carlos Almiro)
1974	2 Maria (Maria Izabel, Maria Lucia) 2 Rejane (Rejane Mara, Rejane Maria)	2 Luiz (Luiz Henrique, Luiz Carlos)
1984	2 Adriana/Adriane (Adriana Cristina, Adriane Cristhina) 2 Thaís (Thais Regina, Thais Aline)	3 Fabio/Fábio (Fabio Diego, Fábio Rodrigo, Fábio Júnior) 2 Juliano (Juliano Luiz, Juliano Pedro) 2 Rafael/Raphael (Rafael Cristiano, Raphael Gustavo)
1994		3 Adriano (Adriano Marcos, Adriano Júnior, Adriano Diego) 2 Felipe/Fellipe (Felipe Augusto, Fellipe Miguel) 2 Fernando (Fernando Henrique/ Fernando Henrique) 2 João (João Pedro/João Victor) 2 Marcelo (Marcelo Rodrigo / Marcelo Victor)
2004	2 Ana (Ana Vitória, Ana Clara) 5 Maria (Maria Eduarda, Maria Isabelle, Maria Vitória, Maria Luisa, Maria Eduarda)	2 Carlos (Carlos Eduardo, Carlos Eduardo) 3 Gabriel Henrique, Gabriel Logan, Gabriel Rodrigo) 4 João (João Vitor, João Pedro, João Vitor, João Douglas) 5 Luiz/Luís (Luiz Miguel, Luiz Miguel, Luiz Henrique, Luís Henrique, Luiz Gabriel) 2 Matheus/Mateus (Matheus Filipe, Mateus Henrique) 2 Wellington/Wellyngton (Wellington Fernando/ Wellyngton Patrick)

Fonte: Própria

³⁸ É importante informar que o nome *Júnior* não é comumente utilizado como prenome. Sua função é marcar a geração, assim como *Filho* ou *Neto*. Comumente, o nome *Júnior* é utilizado quando o filho possui o mesmo nome que o pai. Nesse caso, contudo, o nome *Júnior* foi utilizado como segundo prenome, sem correspondência com o nome paterno.

Como pode ser observado, o número de variedades de nomes duplos femininos mostrou-se superior em relação aos masculinos, haja vista a quantidade de prenomes masculinos repetidos. Um dado que chamou a atenção foi em relação às duas ocorrências do nome *Fernando Henrique*, em 1994. Neste ano ocorreu a eleição para presidente da República no Brasil, sendo que *Fernando Henrique* foi o candidato eleito. O nome *Gabriel* apareceu três vezes como primeiro prenome em 2004, sendo que no mesmo ano foi utilizado como segundo prenome em quatro ocorrências.

Como o nome Maria foi o recordista como formador de nome duplo entre os registrados das fichas, resolveu-se verificar se essa era uma característica presente também entre os pais e avós desses registrados, uma vez que o nome *Maria* é um nome tradicional. Ser tradicional significa que o nome deve aparecer em todas as gerações, conforme se explica, em nota de rodapé, na página seis desta dissertação. Para comprovar a hipótese, foram analisadas as composições dos nomes duplos dos pais e avós desses nascidos.

Contudo, optou-se por considerar apenas as fichas de 1954 e 1964. O critério de escolha para que apenas essas duas décadas fossem analisadas foi pela geração desses pais e avós. Entendeu-se que os pais dos nascidos em 1954 provavelmente são da geração de 1930 ou 1940, e os avós, por sua vez, nasceram por volta de 1920 ou 1910.

Sabe-se, porém, que essas datas não são precisas e, além disso, alguns registros de 1954 datam um nascimento bastante anterior a esse ano. No livro número 1, folha A44 de setembro de 1954, há o registro de uma mulher chamada Maria que nasceu em 13/09/1941, mas foi registrada em 10/09/1954, com quase 13 anos de idade.

Mesmo assim, considerou-se os nomes desses pais e avós pelo fato deles pertencerem a uma geração anterior à primeira (1954) e, assim, seria possível verificar se o fenômeno também ocorria em décadas anteriores.

No primeiro ano analisado, obteve-se um total de 559 nomes, desconsiderando as fichas com dados repetidos (filhos de uma mesma família) ou nos casos de omissão do nome do pai ou avós. Dentre esses nomes, encontrou-se 79 nomes duplos, um total aproximado de 14% do *corpus*. Como destaque, obteve-se, novamente, o nome *Maria* aparecendo cinco vezes. Em relação aos nomes

masculinos, *João* e *José* apareceram em quatro ocorrência cada um, como primeiros prenomes.

Ainda entre os pais e avós dos registrados de 1954, encontraram-se os nomes formadores do segundo prenome que obtiveram destaque: mais uma vez o nome *Maria* esteve em evidência, aparecendo em sete casos. Entre os nomes masculinos, *Antonio* apareceu em cinco ocorrências e *Guilherme* e *Ludovico*, três vezes cada um.

O mesmo foi feito com as fichas de 1964, obtendo-se os seguintes resultados: dos 545 nomes analisados, 112 eram duplos (20%), um número mais expressivo do que o da década anterior. Desses 112, 17 tinham *Maria* como o primeiro prenome. Entre os nomes masculinos, sete eram iniciados por *José*, cinco por *Pedro* e quatro por *João*. Em relação ao segundo prenome, *Maria* apareceu 15 vezes, *Rosa* em cinco ocorrências e *Madalena*, em quatro. Em relação aos masculinos, *José* foi o mais evidente, aparecendo em quatro casos.

A hipótese sobre a presença do nome *Maria* em todas as gerações foi comprovada. Percebeu-se, por meio dessa ampliação do *corpus*, que o nome *Maria* destacou-se em todas as décadas, tanto como formador de primeiro prenome quanto de segundo prenome. Outro dado interessante é que esse nome não forma apenas prenomes femininos. No ano de 1954, por exemplo, no livro número 01, folha A47, do mês de setembro, encontrou-se o pai de um registrado com o nome de *João Maria*.

A partir desses resultados, buscou-se entender o porquê da ocorrência elevada do nome *Maria*. Uma das explicações foi encontrada na obra de Lopez Franco (2010).

Lopez Franco (2010), em seu trabalho sobre os nomes dos habitantes de Tlanelpantla de Baz, fez um levantamento dos nomes ao longo do século XX e constatou que *María* foi o nome mais encontrado em seu *corpus*. Foram 80 casos, representando 2,6% dos registros, um número alto por conta do vasto *corpus* de 100 anos de registro. Em nosso *corpus*, *Maria* foi o antropônimo mais utilizado para a formação de nomes duplos femininos.

Uma explicação para a alta ocorrência deste nome tanto em nosso *corpus*, quanto na pesquisa realizada por Lopez Franco (2010), é que *Maria* é um dos nomes femininos mais tradicionais, por conta de sua origem religiosa. De acordo

com Guérios (1981): “Hoje em dia é comum o nome *Maria*, mas seguido de outro, que se explica ou por devoção ou por homenagem a uma pessoa da família [...]” (GUÉRIOS, 1981, p. 26). Muitos nomes religiosos são utilizados pelas famílias cristãs como forma de evocação de proteção ou até mesmo para que os portadores dos nomes criem uma certa devoção do santo homenageado (GUÉRIOS, 1981, p. 26).

Outro dado interessante do nosso trabalho foi a ocorrência de nomes duplos formados por, pelo menos, um prenome com variação gráfica, fenômeno analisado em profundidade no capítulo a seguir.

Com relação aos formantes dos nomes duplos, percebeu-se que, no município de Toledo, há cada vez mais a procura por combinações neológicas, aquelas formadas sem a utilização de nomes considerados comuns para esse tipo de formação, tais como *Maria*, *João* ou *Ana*. Há cada vez mais *Wéllicas Samaras* e *Hendryas Nicoles*, e menos *Marias Luíças* e *Joões Pedros* nos registros, nomes nada tradicionais e com grafias estrangeiras. Houve registro significativo de prenomes duplos com um formador tradicional, tanto que, em alguns anos, houve grande número de ocorrência dos mesmos. Porém, o que se mostrou evidente, foi a quantidade de nomes duplos, não repetidos, formados por nomes neológicos, se bem que, em comparação com outros estudos, como o de Lopez Franco (2010), o prenome *Maria* mostrou-se bastante comum em ambos os trabalhos, principalmente na formação de nomes duplos.

Por meio da análise dos dados, descobriu-se que, na cidade em que os dados foram coletados, o número de registros de nomes duplos é praticamente o mesmo que o de nomes com apenas um prenome. Contudo, em uma análise diacrônica, verificou-se que cada vez mais há registros de crianças com dois prenomes. E este, a partir da revisão de literatura, não é um fenômeno local, uma vez que já foi objeto de estudo em outros momentos e em outras localidades. No capítulo seguinte, será abordado com maior profundidade o fenômeno de modificação de grafia, fenômeno que se mostrou presente, também, na formação dos nomes duplos.

6 A VARIAÇÃO GRÁFICA NOS ANTROPÔNIMOS DE TOLEDO

Considerou-se como caso de variação os nomes grafados com *ll*, *yh*, *th*, *dj*, *ff*, *nn*, e/ou as letras *k*, *y* e *w*, incorporadas no alfabeto nacional apenas em 2012. O crescimento desses nomes foi considerável no último ano analisado, tendo casos com três fenômenos em um único nome (Wellyngton Patrick, por exemplo). Outros casos também foram encontrados, como *Wéllica Samara*, *Hendrya Nicole* ou *Kaio Lenon*, todos registrados em 2004. Apesar de parecerem estranhas, essas novas formações são cada vez mais comuns, de acordo com Lira e Hosokawa (2012) e Megale (2012).

Para as primeiras pesquisadoras, nos últimos anos, a escolha de prenomes tem sido feita de maneira criativa pelos pais, mesmo que estes não tenham consciência da escolha realizada:

A escolha de prenomes vem se mostrando cada vez mais criativa e diversificada, em prejuízo de critérios religiosos, de homenagens e, até mesmo de eufonia. Esse fato demonstra crescente individualismo do brasileiro, e, ao mesmo tempo, uma ilusão de que, adotando-se um nome "americano" o nomeado será transportado, ao menos ideologicamente, ao "american way of life" (MEXIAS-SIMON, 2010, p. 114, *apud* LIRA e HOSOKAWA, 2012, p. 47).

Assim como Lira e Hosokawa (2012), Megale (2012) também observa o crescimento dessas variações nos nomes brasileiros. No entanto, Megale (2012) salienta que há cada vez mais uma mescla da cultura brasileira e americana na composição dos nomes:

No Brasil, observa-se a adoção indiscriminada de nomes próprios em inglês, sobretudo, mas não exclusivamente, nos baixos estratos sociais. João, Manuel, Maria e Severina parecem estar sendo substituídos por Magaiver, Kelly, Marilyn e Kennedy. Não se pode esquecer também dos nomes que não são, mas parecem ter origem estrangeira por conta da ortografia adotada, como por exemplo, Christiany, Thatyana, Karla e Edwardo. Há ainda nomes próprios de origem estrangeira que são adaptados à ortografia do português, tais como Taison, de Tyson, e Uílson, de Wilson. Esse fenômeno pode ocorrer devido ao fato de que, na legislação brasileira, só há dois impedimentos na escolha de nomes próprios: serem ridículos ou imorais, não sendo proibido ao pai registrar seu filho com a ortografia que lhe pareça mais conveniente (MEGALE, 2012, p. 16-17).

A autora ainda afirma que esse fenômeno de *americanismo* pode ser explicado por um desejo de mudança de realidade dos filhos, sendo um “desejo de mudança do *status quo*. Nessa direção, denota-se o desejo de que os filhos tenham chances diferentes na vida, se comparadas com as de seus pais, oriundos, na maioria das vezes, de classes desprivilegiadas” (MEGALE, 2012, p. 17). Em alguns casos, porém, há uma tentativa de aproximação com outra língua. Observa-se, nesses casos, uma reinvenção da língua inglesa, que se estende dos nomes dos estabelecimentos aos nomes próprios adotados.

Durante a análise do *corpus*, chamou a atenção pelo seu índice de crescimento com o passar dos anos: a presença de letras não pertencentes ao alfabeto português nos registros e nomes. Tal fenômeno, à primeira vista, faz com que se pense que se trata de nomes com origem estrangeira por possuírem dígrafos ou simplesmente letras não corriqueiras no nosso sistema antroponomástico.

Considera-se como nomes com grafia modificada aqueles que possuíam as letras *k*, *w* e *y*, letras dobradas (*ll*, *nn*, *tt*), e outros dígrafos (*th*, *ph*, *dj*, *yh*, etc). Utilizou-se esse critério pelo fato de que tais letras até a data do registro não pertenciam ao alfabeto nacional, além de que os dígrafos citados não fazem parte da fonética portuguesa, logo, não possuem um “som” correspondente.

Dos 600 nomes analisados, apenas 73 apresentaram algum tipo de modificação gráfica. O número torna-se insignificante quando analisado de uma maneira geral (12%), contudo, torna-se expressivo quando analisado diacronicamente. Considerou-se não apenas o primeiro nome, mas também o segundo nome formador do antropônimo. Portanto, não está se considerando a quantidade de peças léxicas com modificação, mas o número de indivíduos. Os nomes estão na ordem em que foram registrados.

No ano de 1954, nove nomes apresentaram grafia modificada (Anildo Mathias, Clecio Ary, Elizabetha, Moacyr, Waldemar, Waldemi, Waldi, Waldori, Yvone). Em 1964 e 1974, foi registrado apenas um caso em cada ano (Adelino Ely e Leyza). Em 1984, apareceram treze nomes (Adriane Cristhina, Dayane Cristhine, Cristhian Patrick, Raphael, Gracielle, Cesar Augustus Giovanni³⁹, Stella, Tathiane, Martha, Anna, Thais, Vanessa Kelly, Thais) e, em 1994, esse número subiu para

³⁹ Neste caso, há uma retomada da cultura latina e uma tentativa de aproximação da cultura italiana. Um caso diferente, já que a maioria apresenta fenômenos comuns à língua inglesa.

dezoito (Mayara, Herverny, Thainá, Jéfferson, Thaís, Yohanna, Jhonata, Patrick William, Arthur, Douglas William, Cristhian, Fellipe, Thania, Thaynnan, Wagner, Mychael, Deivid Matheus, Jeniffer). No último ano, esse número subiu para trinta e um (Kaio, Kauana, Wéllica, Maryhanne⁴⁰, Wellington, Karoline, Hendrya, Gabrielly, Thiago Kenji, Kévyn, Iury, Djhonata, Maria Isabelle, Vinícios Raphael, Jenyffer, Hendry, Matheus, Thatiana, Adrian, Rayssa, Kawã, Wellyngton, Kamila, Thacielly, Mayara, Dyogo, Karlla, Matheus, Cleviany, Eduarda Camily, Mylena).

Nos primeiros anos, registrou-se um número considerado alto de antropônimos com alguma modificação, principalmente da letra “w”. Nos anos seguintes, houve uma queda, com um crescimento alto nos anos seguintes. Como pode ser visto, em alguns registros, há a presença de mais de um fenômeno. Na maioria dos antropônimos, há uma nítida tendência à aproximação da escrita inglesa, já que fenômenos como *th*, *ph*, *ll*, *nn*, etc. são corriqueiros nessa língua. Se os sobrenomes dos registrados fossem dessa origem haveria uma explicação cultural ou de tradição, contudo, a maioria não é.

Abaixo um gráfico demonstrando o crescimento desse fenômeno:

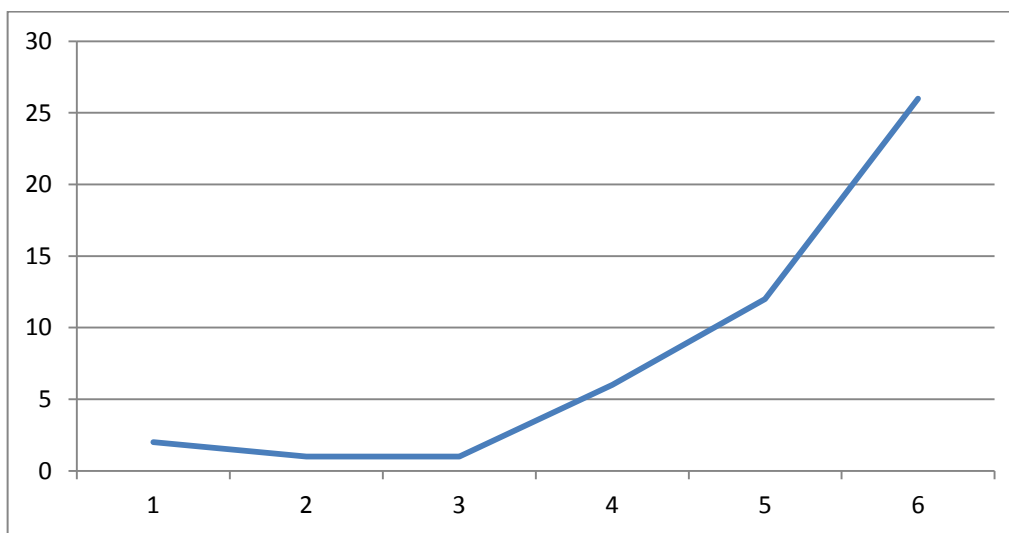


Gráfico 2 – Crescimento do fenômeno de modificação de grafia

⁴⁰ Aqui percebe-se uma nítida modificação de grafia, com diversos fenômenos. A letra “h” após uma vogal não possui nenhum som e antes de vogal costuma ter som de “rr”. Como não foi realizada entrevista, não se sabe a pronúncia do nome, apenas que é uma modificação do nome *Mariane*.

Percebe-se, com base nos dados, que o registro em língua inglesa – considerando os fenômenos gráficos e nomes comuns nesta língua, como *William*, *Cristhian*, *Kelly*, *Michelle*, etc. – ocupa um lugar predominante nas modificações, apesar de a colonização de Toledo não ter sido influenciada diretamente pelos ingleses. Além disso, as modificações gráficas mais frequentes foram aquelas em que houve uma tentativa de aproximar o nome a um nome inglês – *Hendrya*, *Cleviany*.

Esse crescimento de nomes com modificação de grafia possui, com certeza, uma explicação. Não é ao acaso que tanto em nosso *corpus* quanto nos dos demais pesquisadores o aparecimento desses novos fenômenos tenha se mostrado relevante. Considera-se que o fator globalização (maior acesso à internet e a outros tipos de mídias), juntamente com a necessidade de dar o filho um nome “diferente”, tenha sido responsável pelo crescimento de *Kelly*, *Jocielly* e afins. Não se considera, aqui, o fator socioeconômico, porém, ao que tudo indica, este tem uma grande parcela de responsabilidade no contexto de nomeação. Percebe-se, na sociedade em geral, que quanto menor a classe econômica do nomeador, maior será a quantidade de fenômenos modificadores de grafia presente no antropônimo do nomeado. Isso não significa, porém, que nas classes mais altas também não haja esse tipo de formação, conforme afirma Oliveira (2012).

A utilização das letras *k*, *w* e *y* mostrou-se muito frequente principalmente nos últimos anos de análise. Além disso, nomes com *ll*, *th*, *nn*, etc., tiveram um número alto de registro. Estes casos tornaram-se bastante frequentes principalmente nos dois últimos anos analisados (1994 e 2004), nos demais anos, casos semelhantes foram encontrados, apesar de o serem em número reduzido. Em princípio, buscou-se explicar este fenômeno como sendo um caso de “estrangeirismo”⁴¹.

Além de Oliveira, diversos autores têm buscado compreender esse fenômeno tão presente na antroponímia brasileira (FREITAS, 2007, 2008; SABOIA, 2010; LIRA e HOSOWAKA, 2012; MEGALE, 2012; OLIVEIRA, 2012). Em que pese a atualidade

⁴¹ De acordo com a Linguística, estrangeirismo é o processo que introduz palavras vindas de outros idiomas na língua portuguesa. De acordo com o idioma de origem, as palavras recebem nomes específicos, tais como anglicismo (do inglês), galicismo (do francês), etc. O estrangeirismo é um fenômeno linguístico que consiste no uso “emprestado” de uma palavra, expressão ou construção frasal estrangeira, em substituição de um termo na língua nativa. Por algumas gramáticas é considerado um método de composição de palavras, por outras é considerado uma figura de linguagem, e há as gramáticas mais conservadoras que tratam o estrangeirismo como sendo um vício de linguagem. Por este motivo, tratar os antropônimos modificados como casos de estrangeirismos torna-se incoerente, já que, muitas vezes, o nomeador não possui a consciência da sua escolha.

dos estudos citados, não se pode concluir que a variação ortográfica dos nomes nos registros de nascimento seja acontecimento recente. Guérios já registrava a utilização dos grafemas *y*, *w*, *h* e *k*, inclusive na obra *Genealogia Paranaense*, de Francisco Negrão, que cobre o período de 1926 a 1929, e que é citada por Guérios (GUÉRIOS, 1981, p. 29).

Diante da importância desse assunto e da necessidade de melhor compreendê-lo, busca-se, neste capítulo, estudar o fenômeno verificando se trata-se ou não de estrangeirismos.

Ao buscar outros trabalhos que tratassem do assunto, encontrou-se um problema: como chamar esse fenômeno sem deturpar o conceito de estrangeirismo postulado, há tempos, pela Linguística? Como chamar tais casos de estrangeirismos sendo que não se tratavam de empréstimos linguísticos, mas apenas modificações da escrita oficial da língua materna?

A Lexicologia estuda os estrangeirismos, sua origem e sua inserção na nova língua. Sabe-se que o léxico é uma das faces mais dinâmicas da língua, uma vez que novas palavras estão sendo retiradas ou introduzidas diariamente no idioma.

Sobre a origem/introdução das palavras em uma língua, Nelly Medeiros de Carvalho (2006) afirma que:

Historicamente toda palavra foi, um dia, nova, isto é, a partir de certo momento é que passou a fazer parte de uma comunidade. O reconhecimento do estado de uma língua implica no reconhecimento intuitivo do caráter de novidade de certas palavras. Algumas pertencem à fala, mas ainda não à língua, porque têm condição provisória (CARVALHO, 2006, p. 192).

É sabido, conforme aponta Maria Tereza Biderman (2001, p. 208), que a língua inglesa é hegemônica no mundo atual por conta da influência econômica norte-americana: é, portanto, dela que se tomam emprestados inúmeros vocábulos e termos. Ao tratar dos estrangeirismos, Biderman (2001, p. 209) classifica-os de três maneiras. A primeira chama-se *decalque* e refere-se às palavras que foram adaptadas ou traduzidas literalmente da língua inglesa para a língua portuguesa, como em “cartão de crédito” (*creditcard*). O segundo modelo contempla as palavras que foram adaptadas ortográfica e foneticamente ao português, tais como “boicote” (*boy-cott*) e “drinque” (*drink*). A última categoria refere-se às palavras que foram

incorporadas a nossa língua com a grafia original, como *hamburger*, *xerox*, *cowboy*, etc.

Sabe-se que a língua portuguesa, assim como as demais, utiliza empréstimos linguísticos não só da língua inglesa, mas também de diversos outros idiomas. De acordo com Borstel (2009),

o empréstimo, de acordo com o ponto de vista linguístico e, ou cultural, pode enriquecer as línguas ou criar polêmicas segundo o recorte sincrônico dado por um estudioso. O empréstimo pode assumir aspectos linguísticos (formas lexicais, fonológicas, morfossintáticas e semânticas), sociolinguísticos, pragmáticos, culturais, sincrônicos e diacrônicos em uma dada língua. (BORSTEL, 2009, p. 4).

Os empréstimos são percebidos, principalmente, quando há algum tipo de relação entre o país que “empresta” e o país que “adota” algum termo. Essas relações podem ser comerciais ou até históricas, quando uma nação coloniza a outra. Ainda, de acordo com Carvalho (2006, p. 191), quanto maior o destaque ou o nível científico-econômico de uma nação, maior será a quantidade de empréstimos linguísticos para outros idiomas. Esta é uma explicação plausível para que se possa compreender a quantidade de termos estadunidenses/americanos encontrados no português e em outros idiomas.

Em muitos casos, os empréstimos vindos de outros idiomas sofrem algumas alterações, seja no campo fonético, morfológico, sintático e, principalmente, no que tange à grafia. Neste último é que podem ser inseridos os casos de antropônimos com variação gráfica, na hipótese de serem eles nomes “americanizados”. Eis onde se situa um impasse conceitual e terminológico: deve-se tratar os nomes próprios como estrangeirismos ou como modificações gráficas, possivelmente motivadas por uma tentativa de aproximação a uma língua estrangeira? É suficiente dizer que o nome *Katy* é um estrangeirismo apenas por ser um antropônimo comum em outro país e porque é grafado com a letra *y* (até então não oficializada no nosso alfabeto)?

Há uma ressalva que deve ser feita em relação à variação gráfica e à ortográfica. De acordo com Saboia (2010), a variação ortográfica tem um caráter oficial, enquanto a gráfica não. Nessa perspectiva, pode-se considerar, a fim de exemplificação, que a palavra *abajur* – proveniente da palavra francesa *abat-jour* - sofreu uma alteração ortográfica ao ser incorporada no léxico do português do Brasil,

modificação de caráter oficial, algo que não aconteceu com a palavra *show*. Um exemplo de alteração gráfica, não oficial pode ser encontrado na palavra xampu quando grafada com “sh”. Para Borstel (2009), um empréstimo linguístico também pode ocorrer quando há uma tentativa de aproximação da pronúncia da palavra nativa, mesmo que os fonemas originais não existam no idioma que emprestou o termo. A palavra “*show*”, por exemplo, é comumente utilizada e já foi dicionarizada. Contudo, não há na língua portuguesa a presença do fonema “w”. Tal letra, quando presente em algum nome, pode ser lida de duas formas: com som de “u” ou “v”.

Não se pode, ainda, afirmar se que o caso dos antropônimos é um empréstimo, uma vez que não há a necessidade da utilização do termo/antropônimo. Os antropônimos, porém, assim como os nomes comuns, entram na língua e passam a fazer parte de um idioma, naturalmente. O que difere os dois casos, entretanto, é que os nomes comuns passam a ser termos dicionarizados quando se fixam no léxico, ao contrário dos antropônimos.

Por não se poder afirmar se os antropônimos aqui analisados são escolhas conscientes dos nomeadores, não se tratará, neste trabalho, o fenômeno encontrado como “estrangeirismos”, e sim como variações gráficas.

Lira e Hosawaka (2012) pesquisaram a incidência de nomes com origem americana na cidade de Rio Branco, no Acre. No *corpus*, as autoras encontraram diversos fenômenos de grafia, também encontrados em no *corpus toledano*, tais como *ll*, *nn*, *ph*, *th*, *dh*, além das letras *k*, *w* e *y*.

Os objetivos do trabalho de Lira e Hosawaka (2012) eram verificar se houve uma modificação na cultura de nomeação na cidade, após a chegada da televisão em Rio Branco, capital do Acre e “[...] fazer um estudo sobre a influência da cultura americana em nosso meio e analisar a *variação gráfica* dos antropônimos para depois apresentar os resultados através de dados estatísticos [...]” (LIRA e HOSAWAKA, 2012, p. 49, grifos nossos).

Para chegar aos objetivos almejados, as autoras analisaram os nomes de alunos que nasceram após a década de noventa e compararam-nos com nomes presentes em cartas do arquivo do Centro de Documentação Histórica – CDIH (Museu UFAC) e os nomes de alunos de três escolas do município. Das vinte cartas analisadas, as autoras fizeram um levantamento, totalizando 50 nomes, sendo 29 femininos e 21 masculinos. Comparando os dados obtidos em cada *corpus*, as

autoras concluíram:

Pudemos perceber, com esse trabalho, que com o passar dos anos foram aumentando, consideravelmente, os nomes com **origem estrangeira**, pois os pais querendo modificar nomes comuns adicionam letras como: Y, TH, PH, CT, TT, LL para **torná-los mais bonitos, ou apenas diferentes**, e com isso criam nomes de origem norte-americana, podemos citar como exemplo nomes compostos como: *Cauane, Cauany, João David*, um nome composto, mas um com origem norte-americana e outro com origem indígena e portuguesa, com isso a mudança vai ocorrendo e o estrangeirismo tomando espaço no processo de nomeação no município de Rio Branco (LIRA e HOSAKAWA, 2012, p. 55-56, grifos nossos).

A explicação das autoras para os fenômenos de variação gráfica é o fato de a televisão, no município de Rio Branco, ter atingido seu ápice no ano de 2000. As autoras acreditam que os meios de comunicação em massa foram os grandes responsáveis pela americanização dos nomes na região. Percebe-se que, para as autoras, variação ortográfica e escolha de nomes por eles serem supostamente norte-americanos equivalem-se. Para chegarem a tais resultados, as pesquisadoras analisaram os nomes retirados das cartas (anterior à década de 80) e das listas de chamadas (posterior ao 2000) segundo sua etimologia.

A pesquisa ora relatada mostra, indiretamente, alguns cuidados que devem ser tomados na análise antroponímica. As autoras partiram do princípio de que o uso de grafemas como *nn*, *th*, *k*, *y* ou *w* implicava a escolha de nomes etimologicamente norte-americanos por parte do designador, como se variação gráfica e origem norte-americana se equivalessem. Cumpre ressaltar, também que, por a pesquisa não ter sido feita por meio de entrevistas e sim pela análise de listas de matrículas e cartas, não há nenhuma informação sobre qual teria sido a real motivação para a escolha do antropônimo.

Outro problema encontrado no trabalho de Lira e Hosawaka (2012) está relacionado à escolha da etimologia para a classificação dos nomes. O fato de um nome, etimologicamente, ser considerado como pertencente a um idioma, não significa que se possa desconsiderar a forma como ele foi introduzido e tornado comum em outros. No caso da cultura brasileira, não se pode afirmar, por exemplo, que o nome Joaquim seja apenas de origem portuguesa sem considerar a formação da nação brasileira, conforme comentado à página 71 desta dissertação.

Apesar de apresentar algumas ressalvas, o trabalho de Lira e Hosawaka (2012) deve ser considerado, uma vez que apresenta a necessidade de estudo desse fenômeno de alteração de grafia e avaliar a mídia como principal responsável pela proliferação de nomes com grafia modificada.

Consoante à ideia de Lira e Hosawaka (2012), Megale (2012) também examina o fenômeno aqui analisado como casos de americanismos. De acordo com Megale,

No Brasil, observa-se a adoção indiscriminada de nomes próprios em inglês, sobretudo, mas não exclusivamente, nos baixos estratos sociais. João, Manuel, Maria e Severina parecem estar sendo substituídos por Magaiver, Kelly, Marilyn e Kennedy. Não se pode esquecer também dos nomes que não são, mas parecem ter origem estrangeira por conta da ortografia adotada, como por exemplo, Christiany, Thatyana, Karla e Edwardo. Há ainda nomes próprios de origem estrangeira que são adaptados à ortografia do português, tais como Taison, de Tyson, e Uílson, de Wilson. Esse fenômeno pode ocorrer devido ao fato de que, na legislação brasileira, só há dois impedimentos na escolha de nomes próprios: serem ridículos ou imorais, não sendo proibido ao pai registrar seu filho com a ortografia que lhe pareça mais conveniente (MEGALE, 2012, p. 16-17).

A autora ainda afirma que esse fenômeno de *americanismo* pode ser explicado por um desejo de mudança de realidade dos filhos, sendo um “desejo de mudança do *status quo*. Nessa direção, denota-se o desejo de que os filhos tenham chances diferentes na vida, se comparadas com as de seus pais, oriundos, na maioria das vezes, de classes desprivilegiadas” (MEGALE, 2012, p. 17).

A pesquisadora comprova essa ideia com um dado da pesquisa de Arai e Thoursie (2009), os quais relataram que imigrantes vivendo na Suécia conseguiram acréscimos salariais ao modificarem seus nomes originais a fim de que “soassem” mais suecos.

Com uma perspectiva um pouco diferente, mas não menos importante, encontram-se também os trabalhos de Freitas (2007, 2008). Com o viés da Sociolinguística e da Lexicologia, Freitas (2007, 2008) pesquisou os antropônimos de alunos, registrados em inglês, nas escolas da Baixada Fluminense, além de nomes de comércios e produtos nessa mesma região. A explicação do autor para a utilização da Lexicologia é que a língua está em constante modificação e só se cristaliza quando morre, como aconteceu com o Latim.

Por Freitas (2007, 2008) ter coletado os dados em diversos ambientes, o trabalho tornou-se bastante abrangente. Foram investigadas populações de diversas localidades, faixas etárias, classes sociais e culturas, o que possibilitou um cruzamento de dados satisfatório e resultados bem próximos da realidade. Após levantar os nomes estrangeiros, Freitas (2008) passou para a fase de entrevistas.

O fato de o pesquisador ter utilizado questionários – para pais, alunos das escolas, empresários e clientes de produtos–fez com que seus resultados não ficassem apenas na hipótese ou na interpretação de dados, uma vez que os indivíduos portadores dos nomes e os que nomearam disseram a real motivação para a escolha de tais antropônimos. Freitas (2008, p.169) concluiu que a escolha de nomes com origem anglicana está diretamente ligada à classe social. Durante as entrevistas com empresários e clientes de marcas com nomes estrangeiros, o pesquisador percebeu que há uma consciência da escolha de tal marca. Além disso, a opção por marcas estrangeiras faz-se pelo sucesso que ela proporciona.

O mesmo não ocorreu com os designativos pessoais. Freitas (2008, p. 170) percebeu uma infinidade de variações gráficas de um mesmo antropônimo, sendo que as motivações para as escolhas dos mesmos eram diversas. Devido a fatores como desconhecimento da língua estrangeira, visão e/ou audição prejudicada, idolatria por personagens estrangeiros, modismos e mídia (FREITAS, 2008) é que tais variações foram encontradas. Entre os vários exemplos dados por Freitas, tem-se as variações dos nomes “William”, tais como “Uilham” e “Uilha”.

Oliveira (2012) sugere que a classe social está direta e proporcionalmente ligada à criatividade dos antropônimos. A pesquisadora estudou listas de nomes de alunos de duas escolas de Ipanema, Zona Sul do Rio de Janeiro, uma particular e outra da prefeitura. De acordo com a autora, o objetivo era comprovar se a afetividade do nomeador (quando diretamente ligado à criança) supera o poder de influência da mídia e da moda e, para isso, utilizou questionários com entrevistas direcionados aos responsáveis pelas crianças.

Constituído seu *corpus*, Oliveira (2012) classificou os nomes encontrados nas seguintes categorias⁴²: estrangeirismos (ex.: Will, Wendell, Robert); nomes que apresentam letras duplicadas (ex.: Annalys, Mirella, Myllena); prenomes compostos

⁴² As ocorrências não foram excludentes. De acordo com a autora, pode aparecer mais de um fenômeno no mesmo nome/prenome. No total, foram classificados 150 (cento e cinquenta nomes/prenomes). Entretanto, em seu trabalho, não foram especificados os critérios para a classificação dos nomes.

(ex.: Ágatha Victória, Pedro Henrique, Francisco Rafael); grafia modificada (ex.: Derick, Rhyana, Laylla); nomes com as letras *k*, *w* e *y* (ex.: Kelvyn, Karolayne, Aylla); nomes considerados tradicionais/simples (ex.: Francisca, Gustavo, Samuel); e neologismos (ex.: Cleisley, Wicley, Weberson).

A classificação da autora é bastante interessante uma vez que ela considera como estrangeirismos apenas os nomes que realmente existem em outros países e não simplesmente aqueles que são grafados com letras que não pertencem/pertenciam ao nosso alfabeto. Além disso, os fenômenos encontrados no corpus de Oliveira (2012) são praticamente os mesmos encontrados no nosso, o que reforça ainda mais a necessidade de estudo desses fenômenos, já que não se tratam de fenômenos locais e isolados.

Além disso, a pesquisadora concluiu com o estudo dos antropônimos que as novas criações da língua portuguesa – neologismos – tendem para palavras influenciadas pela língua inglesa e completou que essas novas construções estão presentes também nas camadas sociais mais altas, o que indica que não é a falta de cultura ou conhecimento do nomeador o fator essencial para que esses antropônimos existam. Convém retomar a pesquisa de Thonus (1992) sobre o uso de nomes de língua inglesa no Brasil. A pesquisadora percebeu que nomes considerados tradicionais ou até aqueles herdados da cultura portuguesa têm sido substituídos por nomes puramente americanos – por influência da mídia estadunidense – ou até por nomes com alguma modificação de grafia.

Outro estudo que registrou a presença de nomes com grafia modificada foi o de Yolanda Guillermina Lopez Franco. A autora pesquisou os nomes dos habitantes de uma cidade do México, Tlalnepantla de Baz, registrados durante um século. Lopez Franco (2010) registrou, além de outros dados, as línguas/idiomas distintos em que os nomes do seu *corpus* estavam expressos. A autora, ao contrário de outros pesquisadores, não utilizou a etimologia para tal classificação, mas sim o idioma em que o nome estava registrado. Como exemplo, Lopez Franco cita o nome *Iván*, o qual possui etimologia hebraica, porém está registrado em russo, uma vez que equivale ao nome *Juan*.

Utiliza-se em nosso trabalho o mesmo critério escolhido por Lopez Franco (2010): não levando em conta a etimologia para a classificação da origem de um antropônimo.

Com relação ao fenômeno de “empréstimos de nomes de outros idiomas”, a pesquisadora afirma que o mesmo não é algo recente e está presente desde a origem das línguas romanas. (LOPEZ FRANCO, 2010, p. 88) Outro resultado do seu trabalho foi a presença de nomes de origem inglesa, explicado pela autora como um fenômeno muito mais decorrente da globalização do que pelos meios de comunicação como televisão e cinema (LOPEZ FRANCO, 2010, p. 92). Para Lopez Franco, a mídia tem a função de propagar a tendência e não de formá-la.

Emilia Aldrin (2008) realizou uma pesquisa no ano de 2007, em Gotemburgo, na Suécia, para verificar como os suecos nomeiam os seus filhos. Naquele país, há famílias monolíngues e multilíngues, sendo que Aldrin (2008) verificou se há alguma diferença no ato de nomeação entre essas famílias. Para tanto, a pesquisadora entrevistou pais multilíngues que tivessem filhos nascidos entre maio e junho 2007. No total, foram 126 famílias entrevistadas. Aldrin percebeu que, ao escolherem um nome tipicamente sueco, um nome que é típico de outra cultura ou um que é comum em ambas – do pai e da mãe –, os pais podem estabelecer uma base de como a criança vai perceber a si próprio: como um verdadeiro sueco ou como um estrangeiro. Na Suécia, de acordo com Aldrin (2008), o nome também sinaliza a pertença da criança a determinado grupo étnico.

A pesquisadora percebeu que para cerca de 55% das crianças cujos pais foram entrevistados foi dado um nome oficial – um nome que é bem estabelecido na Suécia (Agnes, Alva, Ebba, Ellen, Julia, Nellie, Nora, Olivia, Ronja, David, Elias, Emil, Eric, Leo, Noel, Oscar, Viggo, William) (ALDRIN, 2008, p. 3). Aldrin (2008) reforça que apesar de esses nomes serem comuns na Suécia, a maioria deles tem outras origens culturais e podem ser considerados internacionais.

Da mesma forma como ocorre no Brasil, assim como relatado por Freitas, 2007, 2008; Saboia, 2010; Lira e Hosowaka, 2012; Megale, 2012; Oliveira, 2012, Aldrin (2008) registrou a presença de nomes com grafia alterada. A autora notou a presença de nomes que são comuns na Suécia, porém registrados com uma grafia diferente. Segundo a pesquisadora, 10% das crianças em famílias multilíngues receberam nomes que são comuns na onomástica sueca, mas sob uma forma alterada. Alguns exemplos desses nomes são Ania, Emilija, Yasmine, Aleksin (formas suecas Anja, Emilia, Jasmim, Alex). (ALDRIN, 2008, p. 3). De acordo com a autora, os pais fazem essa alteração de grafia para que o nome do filho não seja

nem completamente sueco nem estrangeiro. Para 36% das crianças, foi dado um nome estrangeiro – incomum no país -, considerado, de acordo com Aldrin (2008), “estranho” para os suecos. Aldrin conclui que não há um padrão utilizado pelas famílias multilíngues, sendo que cada família utiliza uma estratégia para nomear os filhos e reforçar uma cultura ou outra.

Identifica-se, por meio do estudo e dos resultados de Aldrin (2008), que o fenômeno de modificação de grafia é comum a diversos países, representando um fenômeno global, mas que apresenta motivações distintas. Aldrin (2008) concluiu que a adaptação da grafia à língua sueca e a mistura de nomes de diferentes etnias são estratégias comuns entre as famílias da Suécia. Entre as famílias multilíngues, a escolha do nome foi utilizada como ferramenta para que a criança não se sentisse isolada das demais. Além disso, nas famílias multilíngues, Aldrin (2008) percebeu que a maioria das crianças recebe o nome por influência da cultura do pai, o que indica uma cultura paternalista.

Lopez Franco (2010) também apresenta diversos casos de modificação gráfica em seu *corpus*. Entretanto, a autora frisa que quando há uma mudança de gênero no nome (Rudy – Ruthie, por exemplo) não se pode chamar de modificação (Franco, 2010, p.97). Em seu trabalho, Lopez Franco (2010) afirma que os nomes em “inglês” (assim os chama) começou a ser utilizados a partir de 1980. Em nosso *corpus*, os nomes com grafia modificada também começam a ascender na década de 1984, coincidindo com os resultados de Lopez Franco (2010).

Tanto o *corpus* de Freitas (2008) quanto o de Oliveira (2012) foram coletados após o ano 2000. Contudo, Freitas (2008) possui um leque maior de possibilidades já que coletou nomes de diversas faixas etárias. Freitas (2008) não informa, em seu trabalho, a data de nascimento dos alunos, portanto, não há como fazer o cruzamento ou a equiparação dos dados.

Oliveira (2012) analisou nomes de crianças de uma creche – provavelmente entre um e quatro anos – e de alunos – sem especificar a idade dos sujeitos. Aldrin (2008) pesquisou nomes de crianças nascidas no ano de 2007, portanto, sem possibilidade de equiparação com os demais trabalhos aqui citados. O fato de as idades não terem sido especificadas na maioria dos trabalhos prejudica a comparação dos nossos dados com os de Oliveira (2012), Freitas (2007,2008) e Lira e Hosawaka (2012), uma vez que o recorte temporal torna-se extremamente

necessário para que seja feito o cruzamento de dados.

Para exemplificar a sua hipótese de que existe uma relação de afeto entre quem nomeia e quem recebe o nome, Oliveira (2012) cita o livro *Freakonomics – O Lado Oculto e Inesperado de Tudo o que nos Afeta*, uma coletânea de estudos do jornalista Stephen J. Dubner e do Economista Steven D. Levitt (2005). O livro traz alguns casos que ilustram o fenômeno da criatividade linguística em algumas localidades dos Estados Unidos. Dentre os casos apresentados no livro, Oliveira (2012) cita três: o primeiro é de dois irmãos, cujo pai nomeou o primeiro como Winner (vencedor) e o segundo como Loser (perdedor). Não se sabe ao certo o porquê da escolha do nome do segundo, mas se supõe que tenha sido por brincadeira. O primeiro supostamente representou o desejo do pai. Quando adultos, o que recebera o nome de Loser atingiu sucesso pessoal e profissional, enquanto Winner tem uma vasta lista de passagens pela polícia.

Outros casos interessantes foram apresentados pela autora, cujo objetivo é demonstrar como o subjetivo pode afetar a vida de um indivíduo. Além disso, Oliveira (2012) afirma que as motivações que cercam o nomeador, sejam elas históricas, sociais ou culturais, estão diretamente ligadas à escolha do antropônimo. Entre essas condições, a autora apresenta a questão da mídia, a qual, atualmente, é vista como uma influência negativa e rotulada até mesmo como uma falta de cultura daqueles que são atingidos pela mesma. Por este motivo é que se acredita, cada vez mais, que a “criatividade” na criação dos nomes está presente em número maior nas classes mais baixas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metodologia documental escolhida para a realização deste trabalho, apesar de todas as suas limitações, foi suficiente para que fossem cumpridos os objetivos propostos para a pesquisa. Por meio das análises dos registros de nascimento, foi possível comparar a maneira de nomear dos habitantes de Toledo ao longo do tempo, verificando o que permaneceu e o que se modificou ao longo dos 60 anos de análise.

Desse modo, chega-se à conclusão de que, na cultura de nomeação toledense, dar nomes duplos às crianças, bem como utilizar letras e fenômenos modificadores (ll, th, nn, etc.) são comportamentos inovadores, característicos de modismos. No que se refere ao primeiro, percebe-se nitidamente a ascensão e a queda de registros, característica fundamental para a definição de moda, de acordo com o que atestou Lopez Franco (2010). Com relação ao segundo, observou-se que se trata de fenômeno muito mais crescente, e a revisão de literatura sugere que este não é um fenômeno local, mas sim global.

O fato de Toledo ser uma cidade que comporta distintas culturas ficou evidente nos registros de nomeação, pois foram encontrados, por exemplo, prenomes italianos com sobrenomes alemães ou vice-versa (Tania Cecilia Schneider/ José Roberto Dessardi/ Carlos Pedrini). Assim, percebeu-se que o nome próprio consegue revelar as características culturais de uma comunidade.

Dessa forma, a pesquisa pode contribuir para a caracterização da forma de nomear dos habitantes do oeste do Paraná e enriquecer os dados do “Antroponímia, cultura e identidade em Marechal Cândido Rondon, Toledo e Missal”, reforçando a hipótese de que o nome pode revelar as características de uma comunidade.

Cumprido ressaltar, contudo, que, como qualquer pesquisa de base documental, os resultados deste trabalho são suposições levantadas a partir dos dados analisados. Apesar de esta ser uma metodologia comum, tanto na Toponímia quanto na Antroponímia, sabe-se que uma pesquisa que tivesse como base metodológica as entrevistas com informantes teria resultados mais fidedignos, contudo, não foi possível a realização das entrevistas pelo tempo demandado para a coleta dos informantes e dos resultados, sem contar o que precisaria ser destinado à tramitação burocrática exigida pelo Comitê de Ética da Unioeste para este tipo de

pesquisa. Apesar dos objetivos cumpridos, a não realização de entrevistas não permitiu que fossem relatadas as verdadeiras motivações para a escolha dos prenomes. Independentemente do étimo do sobrenome, entrevistar informantes permitiria saber quais são as principais motivações (religiosa/parental/midiática) adotadas pelos nomeadores de Toledo.

Além disso, após os resultados obtidos com esta dissertação, seria necessário entrevistar os nomeadores do nosso *corpus* para comprovar as hipóteses levantadas aqui. Seria válido, também, entrevistar os próprios registrados a fim de verificar se eles têm consciência da escolha de seu nome (motivação) e de seu significado (etimologia). Dessa forma, poderia ser comprovado o que afirmou Seide (2013) sobre a consciência etimológica dos nomeadores.

Por motivos já ressaltados no início desta seção, fazem-se necessárias pesquisas posteriores a esta, para que o perfil nomeador dos habitantes de Toledo seja melhor caracterizado.

REFERÊNCIAS

- Acervo Museu Histórico Willy Barth. In: Reginaldo Aparecido dos Santos: **Narrativas Urbanas: cidade, fotografia e memória**, Toledo- PR (1950-1980). Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Marechal Cândido Rondon, PR, 2010.
- ALDRIN, Emilia. The choice of firsts names as a social resouce and act of identify among multilingual families in comtemparary Sweden. In: **Names in multi – lingual, multi – cultural and multi – ethnic contact. Proceedings od the 23 rd. International Congress of Onomastic Sciencces**. Aug. 17-22, York University, Toronto, Canada, 2008, p. 86-92.
- ANANIAS, Anna Carolina Chierotti dos S. **Um caminhar pela toponímia das microrregiões de Toledo e Foz do Iguaçu**. Paraná: UEL, 2013. [Dissertação de Mestrado].
- BIDERMAN, Maria Tereza C. **Teoria linguística**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BRAMWELL, Ellen S. Naming and transplanted traditions: change and continuity in Glasgow's Pakistani Muslim community. **Revista Onoma**, n. 46, 2011.
- BRASIL, Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. **Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015.htm>. Acesso em: 10 jun. 2013.
- CALVET, Louis-Jean. **Lire Saussure Aujourd'hui**. In: **Ferdinand de Saussure Cours de linguistique générale**. Edition critique prepare par Tulio de Mauro. Paris: Pautot & Rivages, 1995 [1967].
- CAMARA JR, J. Mattoso. **História e estrutura da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.
- CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. Onomástica e lexicologia: o léxico toponímico como catalisador e fundo de memória. Estudo de caso: toponímia os sociotopônimos de Aveiro (Portugal). **Revista USP**, São Paulo, n. 56, p. 172-179, dez./fev., 2002-2003.
- _____. **As origens dos nomes das pessoas**. 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/11401/6686>>. Acesso em: 20/01/2013.
- CENEVIVA, Walter. **Lei dos Registros Públicos Comentada**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- IBGE, Censo Demográfico. 2010.
- ILARI, Rodolfo. O Estruturalismo Lingüístico: alguns caminhos. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Orgs.) **Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2004.

COSERIU, Eugenio. Sistema, norma e fala. In: **Teoria da linguagem e linguística geral**. 2. ed., 1987.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de Estudos. 2. ed. São Paulo: FFLCH, 1992.

LOPEZ FRANCO, Yolanda Guillermina. **Um siglo de nombres de pila em Tlanepantla de Baz**. Universidad Nacional Autónoma de México, 2010.

FREITAS, Antônio Elias Lima. Estrangeirismos de língua inglesa (o caso dos antropônimos). **SOLETRAS**, a. VII, n. 14. São Gonçalo: UFRJ, jul./dez., 2007.

GRONDIN, Marcelo. **O alvorecer de Toledo na colonização do Oeste do Paraná**. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2007.

GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. **Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes**. 2. ed. São Paulo: Ave Maria, 1981.

HENRIQUES, Stefania Montes. O nome próprios nos manuscritos saussureanos. **Anais do SILEL**, Volume 2, Número 2. Uberlândia: EDUFU, 2011.

HESS, Débora. **Os antropônimos da população escrava de Santa Rita do Passa Quatro no último período escravista e da população negra em 1918**. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 1995.

JORNAL DO OESTE. Toledo 50 anos – Cinco Décadas de História. **Jornal do Oeste**, Toledo, PR, 2002.

LEPSCHY, Giulio. O estruturalismo linguístico: alguns caminhos. In: Introdução à Linguística. **Fundamentos espistemológicos**, v. 3, 5. ed. MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.), São Paulo: Cortez, 2011, p. 52-92.

LIRA, Michely de Souza; HOSOKAWA, Antonieta Buriti de Souza. A influência norte-americana nos nomes próprios de alunos de escolas públicas de ensino médio da rede estadual de ensino do município de Rio Branco, Acre. **Revista Philologus**, Suplemento: Anais da VII JNLFLP. Rio de Janeiro, a. 18, n. 54, CiFEFiL, 2012.

MEGALE, Antonieta Heyden. O impróprio do nome próprio na Roliúde brasileira. **Revista do Curso de Letras da UNIABEU**, Nilópolis, v. 3, n. 3, set.-dez., 2012.

NGADE, Ivo. Bakassi names, naming culture and identity. **Journal of African Cultural Studies**, v. 23, n. 2, Dec. 2011, p. 111-120.

RAE. **Historia de la Real Academia Española**. Disponível em: <<http://rae.es/la-institucion/politica-linguistica-panhispanica/historia>>. Acesso em: nov. 2013.

SABOIA, A. M. T. A desconstrução do sistema ortográfico da língua portuguesa oficial: o caso dos antropônimos. **Acta Semiótica et Linguística**, v. 15, p. 207-229, 2010.

SANTOS FILHO, J. Camilo dos. Pesquisa quantitativa versus pesquisa qualitativa: o desafio paradigmático. In: SANTOS FILHO, J. Camilo dos; GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p.13-59.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 2000.

SEIDE, Márcia Sipavicius. **A semântica de Michel Bréal: recontextualização, fortuna crítica e aplicação**. São Paulo: FFLCH/USP, 2006. [Tese de doutorado].

_____. Importância relativa da etimologia para análise dos antropônimos. In: ENCONTRO DO CÍRCULO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO SUL, 10, 2012, Cascavel, PR. CORBARI, Alcione Tereza (Org.). Anais. Cascavel, [s.n.], 2012. p. 1-10. Disponível em: <<http://www.celsul.org.br/Encontros/10/artigos/AnaAmaliaSouza.htm>>. Acesso em: 18 jul. 2013.

_____. **Moda e tradição na antroponímia de Marechal Cândido Rondon – PR**. Disponível em: <http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:v8eK7F3w0_MJ:scholar.google.com/+moda+e+tradi%C3%A7%C3%A3o+na+antrop%C3%ADmia+de+marechal&hl=pt-BR&as_sdt=0,5>. Acesso em: 3 nov. 2013. (Resumo expandido)

_____. Toponomástica e Antroponomástica: paradigmas e métodos. **Revista Confluência**, Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Irani Sacerdote de Souza. Antroponímia portuguesa: um breve estudo acerca dos sobrenomes no período medieval. **VOOS Revista Polidisciplinar Eletrônica da Faculdade Guairacá**, Guarapuava, Paraná, v. 4, ed. 1, dez. 2012.

SILVA, José Pereira da. De volta às Etimologias. **Revista Philologus**, a. 17, n. 49, Rio de Janeiro: CiFEFiL, jan./abr. 2011.

SOUZA, Ana Carolina Horta. A recorrência de Anas e de Antônio na formação dos nomes duplos na antroponímia baiana. In: Kebson Oliveira, Hirão F. Cunha e Souza, Luís Gomes (Orgs.). **Novos tons de Rosa**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 129-141.

TAUSTE, Ana M. Vigara, Ortografía e ideologia: los nombres propios no castellanos em los medios de comunicación. **Espéculo. Revista de estudios literarios**. MadridUniversidad Complutense de Madrid, 2000.

TESCH, Rosane. Nomes próprios: formando palavras e ideia o neologismo na antroponímia. **Anais do XVI CNLF**. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2012.

THONUS, Terese. Anderson, Maicon, and Thyago: "English" Names in Brazil. **American Speech**, v. 67, n. 2, p. 175-189, 1992.

TOLEDO. PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE. **Cartilha do Município**. Toledo, Prefeitura Municipal, 1984.

_____. Projeto História. **Toledo e seus distritos (repensando os distritos de Toledo)**. Toledo, Prefeitura Municipal, 1986.

VON BORSTEL, Clarice Nadir. Os empréstimos linguísticos em "Grande Sertão: Veredas". **Espéculo (Madrid)**, v. 42, p. 01-11, 2009.